



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DE  
SISTEMAS PRODUTIVOS**

**LEONCIO ELIDIO DOS SANTOS JUNIOR**

**ECONOMIA CRIATIVA COMO FERRAMENTA DE RESSOCIALIZAÇÃO DOS  
INTERNOS DA PENITENCIÁRIA DE AMAMBAI – MS**

**PONTA PORÃ  
DEZEMBRO - 2018**



**LEONCIO ELIDIO DOS SANTOS JUNIOR**

**ECONOMIA CRIATIVA COMO FERRAMENTA DE RESSOCIALIZAÇÃO DOS  
INTERNOS DA PENITENCIÁRIA DE AMAMBAI – MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, como requisito para obtenção de título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Fabricio Antonio Deffacci

**PONTA PORÃ  
DEZEMBRO - 2018**

S236e Santos Junior , Leoncio Elidio dos

Economia criativa como ferramenta de ressocialização dos internos da penitenciária de Amambai – MS/ Leoncio Elidio dos Santos Junior. – Ponta Porã, MS: UEMS, 2018.

161p.

Dissertação (Mestrado) – Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Fabricio Antonio Deffacci.

1. Ressocialização 2. Economia criativa 3. Desenvolvimento regional I. Deffacci, Fabricio Antonio II. Título

CDD 23. ed. - 331.51

LEONCIO ELIDIO DOS SANTOS JUNIOR

**ECONOMIA CRIATIVA COMO FERRAMENTA DE RESSOCIALIZAÇÃO DOS  
INTERNOS DA PENITENCIÁRIA DE AMAMBAI – MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS) da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos.

Aprovada em 14/12/2018

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Fabricio Antonio Deffacci  
Orientador  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Eliana Lamberti  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo França  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS

---

Prof. Dr. Aldenor da Silva Ferreira  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

## DEDICATÓRIA

Dedico este Trabalho ao meu DEUS soberano, por ter me direcionado em tudo que ocorreu neste período e, se chegamos até aqui, foi por sua graça e misericórdia.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço o apoio incalculável de minha família que, mesmo distante fisicamente, sempre me apoiou. Ao meu Pai pela serenidade e positivismo ao aconselhar, sendo um alicerce nos momentos de tribulação. Até hoje não ouvi dele outra palavra senão “fica tranquilo, vai dar tudo certo”. Agradeço a minha Mãe, “in memoriam”, por ter nos educado a nunca desistirmos de nossos sonhos, nos nossos últimos contatos, me ensinou que a vitória exige mais transpiração do que inspiração (e ela não leu Albert Einstein). Aos meus irmãos, que de tão diferentes, me completam e são referências em minhas tomadas de decisões. Honrá-los é missão para toda a vida.

Agradeço a JÚ, (VIDA, MAJÚ) minha jóia preciosa, que fui presenteado para ser minha companheira não só neste mestrado, mas na formação de uma família e por ter me presenteando com a oportunidade de participar do crescimento dos seus presentes de DEUS (Be e Dani). Só nós sabemos as dificuldades que enfrentamos até chegarmos a este momento. Sua energia e determinação proporciona o crescimento de todos que estão a sua volta. Contigo, resgatei o direito de sonhar novamente. Obrigado por você existir.

Agradeço ao meu orientador, Professor Fabricio Antonio Deffacci, que neste período, me enriqueceu com conhecimentos não só acadêmicos, mas compartilhando experiências de vida que levarei para sempre comigo. Seu profissionalismo e competência disputam espaço com empate técnico com o seu enorme coração. Um modelo que propagarei por onde os caminhos da docência e pesquisa me levarem.

Agradeço aos colegas de trabalho que sempre me apoiaram, mas em especial a pessoa do Diretor Alexandre Ferreira de Souza, que não mediu esforços para abrir as portas para que eu pudesse concluir essa missão. Não foram dias de apoio, foram anos. Dificilmente no ambiente corporativo encontrarei tamanho apoio e lealdade.

Agradeço ao senhor Pacheco, que nos momentos de tribulação estive ao meu lado, sendo um verdadeiro amigo. Sinto sua falta e de seus conselhos. Antes de aposentar, eu tomava decisões mais coerentes. Perdi um grande suporte.

Agradeço o apoio do grande médico na cidade de Amambai, Alessandro Godoy que nos momentos em que tanto a mente quanto o corpo não funcionavam,

não mediu esforços para atender. Agradeço também a pessoa do Sr. Ailton Rosendo Salgado que, em 2014, quando coordenava uma instituição de ensino, me convidou para lecionar, mesmo sabendo de minha inexperiência, disse: “Se queres entrar em um Mestrado, precisa dar aula para saber se é isso que você quer”. E aqui estamos.

Aos meus colegas de Mestrado (3º Turma), sem medo de errar, foi o melhor grupo que conheci e convivi. Nunca vi um grupo tão homogêneo, apesar de formações tão diferentes. Tive prazer de fazer café a todos neste período.

Aos professores do Programa, que cativaram o prazer pela pesquisa e tornaram o ambiente prazeroso, não medindo esforços para nos ajudar.

Aos membros da banca, que contribuíram em minha formação e desenvolvimento da pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo apoio financeiro. A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, ao qual fui bolsista e fomentou o desenvolvimento da pesquisa.

A todas as pessoas, que de alguma forma contribuíram para que pudesse concluir essa missão (a lista é grande).

E disse ao homem:  
Eis que o temor do Senhor é a sabedoria,  
e o apartar-se do mal é o entendimento.  
(Jó 28.28)

## RESUMO

A discussão sobre como resolver os gargalos existentes na redução da criminalidade, especificamente no Estado de Mato Grosso do Sul, impulsionou o desenvolvimento da pesquisa. A unidade penal, objeto de estudo, está localizada na cidade de Amambai/MS, onde a maioria dos internos se deslocou até a região com o objetivo principal: tráfico de drogas e armas, facilitado pela proximidade com a fronteira do Paraguai, país este fornecedor destes ilícitos. Mas puni-los com a restrição da liberdade, por determinado tempo, não proporcionará ao interno alternativa de mudança de sua realidade. Neste entendimento, propomos como ferramenta de ressocialização dos internos da unidade de Amambai, o incentivo de projetos voltados Economia Criativa. A partir disso, buscou-se identificar primeiramente com pesquisas bibliográficas, obras de pensadores que descrevessem o que impulsiona o indivíduo a tomar decisões que sejam contrárias as normas legais do convívio em sociedade e de que forma essa pulsão pode ser controlada. A pesquisa identificou três fontes de controle: o trabalho, a educação e a religião, e demonstrou que a Economia Criativa pode ser uma alternativa de ressocialização dos internos. Concomitante a isso, foi analisado o contexto socioeconômico atual, voltado ao neoliberalismo, que em nações pesquisadas demonstraram uma outra finalidade para as prisões. A pesquisa utilizou a metodologia desenvolvida por Habermas, denominada de Eu-Identidade, caracterizada pela participação do pesquisador no ambiente de estudo, sendo que o pesquisador é servidor lotado na unidade prisional. Foram utilizadas no desenvolvimento a pesquisa bibliográfica, quantitativa, descritiva, com aplicação de questionários, entrevistas tendo uma abordagem qualitativa dos resultados. Nos resultados foi identificado uma potencialidade na implantação de projetos voltados a economia criativa na unidade penal de Amambai, tendo em vista, não haver nenhum projeto em andamento. O incentivo de impulsionar o interno que possui talentos criativos, a desenvolve-la nas unidades prisionais, mudara sua perspectiva ao retornar a sociedade, cabendo ao interno a decisão de permanecer utilizando de seus talentos criativos para geração de renda, o distanciando das oportunidades que a criminalidade um dia lhe proporcionou.

**Palavras-chave:** Ressocialização. Economia Criativa. Desenvolvimento Regional

## ABSTRACT

The discussion on how to solve existing bottlenecks in crime reduction, specifically in the State of Mato Grosso do Sul, has boosted the development of the research. The criminal unit, object of study, is located in the city of Amambai / MS, where most of the inmates moved to the region with the main objective: drug and arms trafficking, facilitated by proximity to the border of Paraguay, of these illicit. But punishing them with the restriction of freedom, for a certain time, will not provide the internal alternative to change their reality. In this understanding, we propose as a tool for resocialization of the inmates of the unit of Amambai, the incentive of projects focused on Creative Economy. From this, we sought to identify first with bibliographical research, works of thinkers that describe what drives the individual to make decisions that are contrary to the legal norms of society in society and how this drive can be controlled. The research identified three sources of control: work, education and religion, and demonstrated that the Creative Economy can be an alternative of resocialization of inmates. Concomitant to this, the current socioeconomic context, focused on neoliberalism, was analyzed in the surveyed nations and demonstrated another purpose for the prisons. The research used the methodology developed by Habermas, denominated Eu-Identity, characterized by the researcher's participation in the study environment, being that the researcher is a full server in the prison unit. We used bibliographic research, quantitative and descriptive, with the application of questionnaires, interviews with a qualitative approach of the results. In the results, a potentiality was identified in the implementation of projects aimed at the creative economy in the Amambai criminal unit, in view of the lack of any project in progress. The incentive to propel the inmate who possesses creative talents, to develop it in the prison units, has changed his perspective when returning to society, being the internal one the decision to remain using his creative talents for income generation, distancing him from the opportunities that the crime one day provided.

**Keywords:** Resocialization. Creative economy. Regional development

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.</b> Unidades Prisionais por complexidade – Campo Grande – MS.....	57
<b>Gráfico 2.</b> Ranking dos países exportadores dos bens criativos.....	107
<b>Gráfico 3.</b> Saldo do emprego formal por atividade econômica.....	108
<b>Gráfico 4.</b> Entrada e Saída de internos (2012 – 2018) .....	110
<b>Gráfico 5.</b> Trabalho Prisional – 2012.....	112
<b>Gráfico 6.</b> Trabalho Prisional – 2017.....	113
<b>Gráfico 7.</b> Trabalho Prisional – 2018.....	114
<b>Gráfico 8.</b> Quantidade de presos por grau de instrução.....	116
<b>Gráfico 9.</b> Quantidade de presos por nacionalidade.....	117
<b>Gráfico 10.</b> Quantidade de presos por tempo total de pena.....	117
<b>Gráfico 11.</b> Tipos de crimes.....	118
<b>Gráfico 12.</b> Quantidade de presos por faixa etária.....	119
<b>Gráfico 13.</b> Quantidade de presos por cor da pele / etnia.....	120
<b>Gráfico 14.</b> Questionário aplicado aos internos.....	121

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1.</b> Faixa de Fronteira no Estado de Mato Grosso do Sul.....	56
--	----

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Servidores Entrevistados – Unidade de Amambai/MS.....	94
--	----

<b>Tabela 2.</b> Número de Empregados da Indústria Criativa no Brasil, por Áreas Criativas e Segmentos 2004 e 2013.....	106
---	-----

<b>Tabela 3.</b> Evolução anual da flutuação do emprego no Estado de Mato Grosso do Sul.....	107
--	-----

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b> Diretorias da AGEPEN e suas atribuições.....	60
---	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- AGEPEN** – Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário
- CF** – Constituição Federal
- CT** – Centro de Triagem
- CTC** – Comissão de Tratamento e Classificação
- DEPEN** – Departamento Penitenciário Nacional
- ENCCEJA** - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
- ENEM** – Exame Nacional do Ensino Médio
- FIRJAN** – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPCG** – Instituto Penal de Campo Grande
- IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- LEP** – Lei de Execuções Penais
- MS** – Mato Grosso do Sul
- MTE** – Ministério de Trabalho e Emprego
- NIC** – Núcleo de Informações Criminais
- PCC** – Primeiro Comando da Capital
- PIB** – Produto Interno Bruto
- RIBUP** – Regimento Interno Básico das Unidades Prisionais
- SEMADE** – Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico
- SIAPEN** - Sistema Integrado de Administração do Sistema Penitenciário
- UEMS** – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
- UNCTAD** – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>19</b>
2.1 Modernidade e Criminalidade.....	19
2.2 O fenômeno da criminalidade no mundo moderno.....	20
2.3 A civilização numa abordagem teológica/científica.....	35
2.4 Economia criativa no processo de ressocialização (Herbert Marcuse) .....	40
2.5 A ressocialização como desenvolvimento social (Amartya Sen) .....	50
<b>3. O ESTADO DA ARTE.....</b>	<b>58</b>
3.1. Experiências concretas de ressocialização.....	58
3.2. Unidades prisionais – Campo Grande.....	61
3.2.1. Complexo Penitenciário Masculino de Campo Grande – MS.....	63
3.2.2. Ressocialização e trabalho.....	68
<b>4. O SISTEMA PENAL NA ÓTICA NEOLIBERAL.....</b>	<b>76</b>
<b>5. SISTEMA PRISIONAL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....</b>	<b>93</b>
5.1. Metodologia Aplicada: Eu-Identidade.....	93
5.2. Tipo e Descrição da pesquisa.....	96
5.3. Pesquisa de Campo – Sistema Prisional de Mato Grosso do Sul.....	97
5.3.1. Histórico da Penitenciária de Amambai.....	99
5.3.2. Projetos de Ressocialização.....	100
5.4. Potencialidade da Economia Criativa.....	109
<b>6. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>114</b>
6.1 Desenvolvimento de oportunidades (2012 – 2018) .....	114
6.2.1 Perfil dos internos da Penitenciária de Amambai.....	120
6.3 Questionário Aplicado.....	125
6.4 Entrevistas.....	127
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>136</b>
<b>8 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>140</b>

<b>APÊNDICE A – Relação Nominal dos Entrevistados.....</b>	<b>144</b>
<b>ANEXOS 01 - Entrevistas com Servidores .....</b>	<b>145</b>
<b>ANEXOS 02 - Entrevistas com Internos.....</b>	<b>152</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Aspectos do cotidiano de nossa sociedade são constantemente representados nos meios de comunicação voltados ao aumento das incidências de crimes, de todos os tipos. Atribuir um fator determinante seria imprudente, tendo em vista, que as pulsões humanas podem levar aos mais diversos caminhos. Essas pulsões são descritas por Freud, como a oportunidade latente de expelir algo que está concentrado, seja por uma somática, pelo corpo, uma exigência do trabalho ou da mente.

O que permeia o foco dessa pesquisa é, de certa forma, buscar uma qualificação do perfil do ser humano que esteja propenso ao desvio de conduta que o direcione ao caminho distinto ao cumprimento das leis, ocasionando a incidência de crimes. As condições psicossociais que influenciaram na tomada de decisão entre escolher o caminho da racionalidade e suas normas e padrões, ou na fragilidade de sua resistência, ou seja, encontrar nas pulsões um caminho alternativo para solução de seus problemas.

Todavia, o Estado no papel regulador de oportunidades, dentro de suas possibilidades busca alternativas, que de certa forma, não atendem a necessidade daqueles que sofrem as sanções punitivas nas prisões. As realidades das prisões, a nível nacional, não vislumbram uma expectativa de ressocialização do apenado. São centenas de exemplos, de rebeliões, motins, mortes, condições insalubres das unidades prisionais, superlotação, baixo investimento em infraestrutura e capacitação do servidor penitenciário.

Entretanto, uma oportunidade de mudança no formato do sistema penitenciário nacional, pode ser explorado, a partir da possibilidade do interno ser preparado para o retorno a sociedade com qualificação educacional e profissional por meio da economia criativa. Essa ferramenta, pode contribuir na mudança conceitual do interno de que as prisões apenas punem, mas que fornecem condições a partir da preparação profissional dentro das prisões, com base no conhecimento e talento profissional do interno.

Alavancar tal oportunidade, semeia a ideia de que mesmo condicionado a prisão, a pessoa pode retornar a sociedade, aplicando aquilo que ele tem de melhor na sua capacidade individual. Sendo assim, temos na Economia Criativa um

caminho alternativo, para que o indivíduo, sendo preparado para o retorno a sociedade, possa, mesmo com o arbítrio de suas escolhas, saber que tem a possibilidade de não retornar as prisões. Diante do incentivo ao seu reingresso a sociedade, as prisões poderão reduzir a reincidência, mudar suas políticas de ampliação de unidades prisionais, para outros projetos voltados a qualidade de vida tanto do interno quanto de sua família. E o corpo social representado pelos poderes públicos, nessa inversão de sua engrenagem, deve promover políticas públicas também voltados ao bem-estar da sociedade.

Com isso, identificar oportunidades a partir do potencial humano torna-se prioritário, devendo ser analisado nas decisões estratégicas de controle das pulsões e do investimento em capacitação dos internos das unidades prisionais, ressaltando que o objeto de estudo abrange a Penitenciária de Amambai, no Estado de Mato Grosso do Sul. A unidade possui uma peculiaridade por estar localizada na região de fronteira com o Paraguai, pelo fato, de que o país vizinho ao Brasil, possui uma vulnerabilidade territorial<sup>1</sup> que permite que seja utilizada como caminho para o tráfico de drogas, tráfico de armas, contrabando, entre outros.

Sendo assim, a Penitenciária possui um quantitativo elevado de internos, segundo Agência Estadual de Administração Penitenciária (AGEPEN,2018) que cumprem penas por estes crimes, em sua maioria, oriundos de outros Estados da federação, que na ânsia do ganho do dinheiro fácil no transporte dos referidos produtos, acabam ingressando na Penitenciária e superlotando o local. Logo, a pesquisa verificou um potencial no perfil destes internos e no objetivo da pesquisa de campo buscará analisar o perfil, no que tange, sua vida pessoal, suas formações, sua família, e no diálogo com os internos, identificar de que forma a economia criativa pode contribuir na ressocialização e não reincidência do mesmo a nenhum sistema prisional.

Utilizando de todo o aparato teórico, divididos em capítulos, de forma que represente a finalidade de fortalecer o entendimento dos autores dentro dos seus conceitos e relevância ao estudo, juntamente com os dados dos internos da Penitenciária de Amambai, efetuar um levantamento quantitativo, que discorra qualitativamente os seus resultados. Segundo Thiollent (2003),

---

<sup>1</sup> O termo vulnerabilidade territorial refere-se a peculiaridade geográfica, tendo em vista, que alguns municípios de Mato Grosso do Sul não possuem separações ou barreiras para adentrar ao município vizinho.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 2003, p.14)

Com isso, para que o conteúdo atinja seus objetivos, a utilização da pesquisa-ação foi indicada para determinada abordagem, tendo em vista, que o pesquisador compõe a equipe de servidores da Penitenciária e, dentro dos preceitos do eu-indivíduo, pode levantar todos os recursos necessários para que a pesquisa identifique os pontos elencados e que os resultados sejam os mais reais e transparentes possíveis, dentro do que a conduta e as normas de pesquisa exigem.

O desenvolvimento de determinado tema e a busca por resoluções de seus objetivos, mesmo em ambientes onde a complexidade exige uma atenção diferenciada, não torna a pesquisa em si, deslocada dos objetivos iniciais da instituição pesquisadora. Fomentar estudos em desenvolvimento regional e sistemas produtivos, abrange uma personificação do ambiente numa amplitude além de um tangente padrão, elencando uma discussão em que a reincidência de crimes e a discussão para propor soluções as problemáticas do sistema prisional, contribui para uma sociedade mais igualitária.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Modernidade e criminalidade

A sociedade moderna interage com as mudanças constantes no seu modo de conduzir, não só os modelos econômicos, mas tudo aquilo que envolve os aspectos culturais, sociais, políticos, etc. Essa interação, segundo Castells (2005), promove um fluxo significativo de informações, o que tem modificado a forma como as pessoas em sociedade urbanizada se relacionam. Nesse sentido, o poder da informação atinge as mais diversas áreas da sociedade. Desde os pequenos negócios (finanças), até grandes investimentos. Tudo gira em torno de um processo contínuo de informação.

A economia global/informacional é organizada em torno de centros de controle e comando capazes de coordenar, inovar e gerenciar as atividades interligadas das redes de empresas. Serviços avançados, inclusive finanças, seguros, bens imobiliários, consultorias, serviços de assessoria jurídica, propaganda, projetos, marketing, relações públicas, segurança, coleta de informações e gerenciamento de sistemas de informação, bem como P&D e inovação científica, estão no cerne de todos os processos econômicos, seja na indústria, agricultura, energia, seja em serviços de diversos tipos. (CASTELLS, 2005, p.469)

A sociedade vigente, oriunda das novas revoluções, principalmente a tecnológica, tem presenciado acontecimentos, ao mesmo tempo impactantes, pelo teor do efeito ocasionado na sociedade, citando como exemplo a internet e a rede de computadores que tornaram a informação e a comunicação de acesso mundial, assim como o quantitativo de novos produtos, serviços, inovações em todos os ramos da sociedade.

Esse processo de introdução da tecnologia e de todos os seus aparatos, circundam as mudanças na estrutura e no modo como a sociedade dirige seus hábitos, formando uma nova organização social. Na contemporaneidade, a capacidade cognitiva do ser humano em absorver informação e filtrar aquilo que é necessariamente imediato reflete na possibilidade de ampliação das formas e estratégias de desenvolvimento de uma determinada localidade. Logo, na sociedade em rede, própria da nossa época, informação e conhecimento são pares inclusivos do mesmo processo.

A sociedade em rede converge para a sociedade informatizada, mediante a qual as novas gerações são levadas a obter um conjunto cada vez maior de

informações. O convívio em sociedade, seguindo as tendências das gerações, coloca novas exigências no campo da pesquisa, levando a ciência para discussões voltadas a suprir as novas demandas de informação.

Diante disso, temos um cenário marcado pela existência de uma sociedade em rede, por uma complexidade do convívio altamente informatizado e, junto a isso, o aparato científico e tecnológico em função da racionalização das diferentes esferas da vida cotidiana. As implicações deste quadro social para a vida dos indivíduos são incontáveis. Cabe em cada contexto delinear os condicionantes socioeconômicos que influenciam as tomadas de decisão por parte dos indivíduos.

A capacidade de absorção de conhecimento das gerações atuais, combinado com o que já existe de entendimento sobre o que tal mudança acarreta no convívio social desperta a necessidade de investigação das ações individuais e o sentido destas ações mediante a complexidade social na qual aparecem. Todavia, o foco da presente pesquisa caminha na direção de compreender os condicionantes das diferentes ações que o ser humano executa no cotidiano de suas relações interpessoais com a atenção voltada para o estereótipo “criminoso” e de que forma ele terá as condições de readequação ao convívio social.

## **2.2 O fenômeno da criminalidade no mundo moderno**

As tensões sociais do mundo moderno estão fortemente conectadas com o modo de produção capitalista. A busca pelos meios de sobrevivência material é determinada pela esfera econômica e competitiva, segundo a qual o indivíduo é responsável pela sua existência. Segundo Foucault (1975, p.74) “uma modificação no jogo das pressões econômicas, de uma elevação geral no nível de vida, de um forte crescimento demográfico, de uma multiplicação das riquezas e das propriedades”. Essa lógica de funcionamento do capitalismo reordena constantemente a relação do ser humano diante das oscilações do capital.

Em uma perspectiva diacrônica, ocorre uma mudança no perfil da criminalidade na passagem para o mundo moderno. Se no período anterior ao mundo moderno a criminalidade pode ser entendida a partir das disposições individuais, no contato com o capitalismo as ações destoantes das formas normativas da conduta social são representações de um sistema socioeconômico em constante oscilação e provedor de desigualdade. Em outras palavras, antes

deste processo de transição, a relação entre capital e criminalidade se dava por meio de propósitos diferenciados. Para Foucault (2011, p.73), temos neste momento “a mudança do perfil do delinquente limitado que roubava e cometia vigarices”.

Essa mudança remete ao século XVII e tem em sua base de análise do processo cronológico a transformação da sociedade voltada ao consumo, em detrimento ao modo feudal de desenvolvimento daquela sociedade. A partir do século seguinte surgiram mutações nos perfis dos delinquentes “velhacos espertos, matreiros que calculam, com menos assassinatos e aumentos de assaltos e roubos” (FOUCAULT, 2011, p.73). A inclusão destes novos delitos oriundos dessa mudança de perfil da pessoa que, com características voltadas a delinquência, obrigaram as instituições sociedade (população, governantes, pensadores, profissionais da área jurídica, etc) a identificar novos meios de lidar com a criminalidade.

O desenrolar do processo histórico apresenta alterações e o surgimento de novos paradigmas acerca da questão da criminalidade. Em linhas gerais, tais alterações estão diretamente ligadas ao novo modelo econômico vigente à época. O entendimento desta transição paradigmática em grande medida não conseguirá responder todos os questionamentos com base na transição econômica e os reflexos no perfil do criminoso. No entanto, emerge a formação de uma estrutura judiciária, o qual passou a ser preponderante no acompanhamento da criminalidade. Se observarmos o cenário contemporâneo, Leis como, por exemplo, Maria da Penha, Femicídio, entre outras, são frutos do desdobramento histórico da questão da criminalidade quando apreciada pelo campo jurídico.

Neste sentido, Foucault (2011, p.75) relata as relações entre os magistrados e o campo da criminalidade: “afirmam os magistrados que o número de processos é excessivo: a miséria do povo e a corrupção dos costumes multiplicam os crimes e os culpados”. Logo, a questão da criminalidade fica reduzida a inserção de um poder exercido por profissionais que estabelecem a ordem e a formação das leis, em substituição a métodos estabelecidos conforme as condições socioeconômicas.

Tais métodos colocados em desuso eram no período anterior aplicados de forma que a conduta humana fosse condicionada a não repetir as infrações e, portanto, o indivíduo deveria ser retirado da criminalidade. As infrações quando descobertas originavam o *suplício*. De acordo com Foucault (2011, p.71) o suplício se manifestava na “confrontação física entre o soberano e o condenado”. Este

soberano pode ser entendido como a pessoa que foi afligida pelo crime. A questão, no entanto, envolve a forma como se aplicava esse tipo de castigo.

A resposta imediata à sociedade, demonstrando com o ato de suplicio, a existência de regras da insatisfação do delito cometido. Tal delito, tornava-se segundo Foucault (2011, p.71) uma arena de confronto entre “príncipe, povo, supliciado e carrasco”. Essa disposição para o confronto entre as partes, tinha o efeito de representar o calor do confronto e a necessidade que aquela sociedade tinha de cumprimento do dever. O poder do Estado fica latente e com isso, o povo reforçava o sentimento de segurança com relação aquele governo vigente.

Esse sentimento de satisfação inserido ao povo, pelo ato de justiça aplicado pelo suplicio, tem reflexo direto na sociedade contemporânea. Temos no país segundo CNJ<sup>2</sup> (Conselho Nacional de Justiça) em agosto de 2018, um total de 655.899 pessoas privados de sua liberdade, desencadeando a superlotação nas unidades prisionais, independente do porte. Essa aglomeração de seres humanos, em um ambiente paralelo a sociedade, semeou a formação de leis nas prisões, de forma que, naquele espaço restrito a ordem fosse mantida. A implantação de leis internas nas prisões, ocasionou o reestabelecimento do ato de suplicio, até então extinto das normas gerais que regulam as leis de execuções penais atuais.

Essa massificação de detentos somada à ineficiência dos órgãos reguladores em parceria com o poder público, em fornecer as condições mínimas de internação que estivesse com o processo voltado a recuperação do indivíduo. A controvérsia ocorre na aplicação de leis e normas voltadas a delimitação física alocando estas pessoas em ambientes ociosos. Tal delimitação, fruto do encarceramento e punição com base na limitação temporal da vida em sociedade, representa um viés do processo de renúncia humana contra seus delitos, tendo em vista, a eficácia da relação entre o lapso temporal e a reordenação de sua conduta.

Por certo, as ações humanas sofrem influência direta do meio. Em se tratando dos detentos o meio prisional pode despertar aspectos de agressividade. Em linhas gerais, é possível destacar o fenômeno da “animalidade” adormecida nos indivíduos,

---

<sup>2</sup>[https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=qvw\\_l%2FPaineiCNJ.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shBNMPIIMAPA](https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=qvw_l%2FPaineiCNJ.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shBNMPIIMAPA)

o que para Marcuse (1975), seguindo a perspectiva freudiana, implica no “retorno do reprimido”:

O retorno do reprimido compõe a história proibida e subterrânea da civilização. E a exploração dessa história revela não só o segredo do indivíduo, mas também o da civilização. A psicologia, individual, de Freud, é em sua própria essência uma psicologia social. A repressão é um fenômeno histórico. A subjugação efetiva dos instintos, mediante controle repressivos, não é imposta pela natureza, mas pelo homem. (MARCUSE, 1975, p.35)

A repressão imposta pelo Estado na forma de punição é contraposta no cotidiano das unidades prisionais por forças paralelas que interpelam os indivíduos, promovendo a elevação da agressividade. Este fator emerge como problema interno na forma de punição presente na contemporaneidade. Em contrapartida, diante dessa dimensão humana que expressa aquilo que se encontrava em secreto, podemos entender a necessidade de implantação de normas de conduta específicas para aquele determinado ambiente. Entretanto, essas regras, especificamente o caso brasileiro, são fomentados por organizações criadas dentro das prisões. As regras neste tipo de ambiente são elaboradas e todos que adentram em determinado local tomam ciência dos termos.

Tais termos, expressam com clareza que o descumprimento de determinado procedimento, após breve verificação dos fatos e identificado o erro é supliciado de forma aberta para que sirva de exemplo aos demais, impondo o fato de que determinada regra deve ser respeitada. O surgimento de uma organização dentro das prisões, com base nestes termos de ordem, tendo o suplício como condenação, demonstra a seriedade e aplicabilidade do ato. Submeter determinada pessoa a castigo físico em detrimento do seu erro, alimenta a participação dos detentos no processo de identificação de sua conduta.

Na medida em que, as pessoas são condenadas pelo seu crime e de certa forma, se arrependem do erro, a possibilidade de reparo é extinta quando se aplica o suplício como forma de pena. O suplício envolve a liberação do ser humano de seus instintos e representa o retorno do reprimido. Temos diversos exemplos de rebeliões ou motins em que o indivíduo muitas vezes no período em que esteve preso jamais demonstrou ato de violência, mas que na liberação das suas pulsões vem à tona reações de extrema agressividade. Nesta direção, as unidades prisionais que atuam na forma de punição imposta pelo Estado também sedimentam o suplício imposto

internamente por forças paralelas, o que se manifesta na forma de agressividade nos indivíduos e, por sua vez, expõe o retorno do reprimido.

No século XVII as leis utilizavam-se do suplicio como método de enfrentamento da criminalidade. A via de arrependimento por parte do indivíduo condenado é extinta com a punição com base no suplicio. Não havia piedade e tampouco a possibilidade de mudança de conduta. Havia apenas o flagelo físico. Para Foucault (2011, p.73) neste período se deu a transição em que a justiça criminal surgiu com o papel de punir, em substituição da vingança. Concomitantemente, diversos pensadores citados por Foucault “ Beccaria, Servan, Dupaty, Duport, Pastorer, Target e Bergasse” são alguns que contribuíram na inserção dessa mudança na concepção. As implicações desta transição estão no fato de que com o “afrouxamento da penalidade no decorrer do século XVIII, ou de maneira mais precisa o duplo movimento pelo qual durante esse período os crimes parecem perder violência, enquanto as punições reduzem sua intensidade, mas a custa de múltiplas intervenções.” (FOUCAULT, 2011, p.73).

Essa reorganização da estrutura do método de punição, ajustado às transformações, tendo como destaque as socioeconômicas e culturais, fomentaram o processo de criação de estruturas físicas, até então utilizadas para determinado tipo de crime, tendo como finalidade específica retirar a pessoa condenada da sociedade. Não havia o interesse, neste período, de análise do perfil do interno, que levasse a criação de determinadas políticas de reinserção na sociedade. Tal possibilidade de reinserção em momento algum foi analisada como proposta ou mudança nas normas penais.

Todavia, a formação de uma nova penitência, com base na reclusão, sofreu influência de um movimento citado por Foucault (2011, p.74) como “suavização dos crimes antes das suavizações das leis”. Isto vem ao encontro do que Foucault (2011, p.74) também descreve como possíveis motivos dessa mudança: “pressões econômicas, elevação geral do nível de vida, crescimento demográfico, multiplicação das riquezas e das propriedades”.

Em meio a este processo, as determinações socioeconômicas assumem força sobre o fenômeno da criminalidade. Diante disso, podemos compreender tanto o fenômeno do crime como também as respectivas mudanças no perfil dos crimes. Na dimensão econômica, no caso específico de meados do século XVIII, na Europa, o

movimento revolucionário desencadeado pela burguesia provocou alterações substanciais na forma de produção, o que atingiu diretamente o mundo do trabalho.

O movimento revolucionário que abriu as portas para a industrialização no mundo moderno viabilizou a massificação do mundo da produção. Neste contexto, decorreu a alteração das formas de trabalho em diferentes segmentos produtivos, o que desencadeou a instabilidade social nas camadas sociais desfavorecidas economicamente. Marx, na obra *O Capital*, apresenta a forma pela qual a sociedade moderna se adequou a este novo movimento e os indivíduos foram introduzidas aos processos produtivos.

A cooperação fundada na divisão do trabalho assume sua forma clássica na manufatura. Como forma característica do processo de produção capitalista, ela predomina ao longo do período propriamente manufatureiro, que, em linhas gerais, estende-se da metade do século XVI até o último terço do século XVIII. A manufatura surge de dois modos. No primeiro, reúnem-se numa mesma oficina, sob o controle de um mesmo capitalista, trabalhadores de diversos ofícios autônomos, por cujas mãos tem de passar um produto até seu acabamento final. Uma carruagem, por exemplo, era o produto total dos trabalhos de um grande número de artesãos independentes, como segeiros, seleiro, costureiro, serralheiro, correeiro, torneiro, passamaneiro, vidraceiro, pintor, envernizador, dourador, etc. (MARX, p.411).

Marx demonstra de que forma essa transição afetou a economia no âmbito do mundo do trabalho. A impulsão de novas profissões a partir do deslocamento dos ofícios tradicionais coloca os indivíduos na condição de submissão ao que Marx denomina de “um mesmo capitalista”. Além disso, o esfacelamento das ocupações tradicionais passou a implicar a quebra dos saberes transmitidos de geração para geração. Em seu lugar, apareceu um conjunto novo de técnicas e procedimentos que permitiu a consolidação gradativa de um processo produtivo alicerçado na especialização e fragmentação. Por conseguinte, os indivíduos mantiveram-se presos numa instabilidade socioeconômica, em vista da qual até mesmo os indivíduos inseridos no mercado de trabalho tiveram que redescobrir sua orientação de mundo.

Com isso, a tendência passou a ser a elevação da agressividade que subjaz o ser humano e, portanto, o aumento da criminalidade. Logo, entende Foucault (2011, p.76), que a época esteve balizada pela “inserção de princípios econômicos que geraram novos delitos”. Estes novos crimes segundo Foucault (2011, p.75), representaram uma transição da perspectiva de uma sociedade que punia crimes de

“sangue” (assassinatos principalmente), por uma sociedade voltada ao surgimento dos crimes de “fraude”.

Conforme destaca Foucault (2011, p.75) para os magistrados da época “o número de processos é excessivo: a miséria do povo e a corrupção dos costumes multiplicaram os crimes e os culpados”. Diante deste cenário, a questão passou a ser como estabelecer que a infração das leis pudesse existir, já que, o discurso da época filtrado pelas práticas jurídicas passava a buscar explicações de ordem quantitativa e moral para o fenômeno da criminalidade.

Todavia a identificação de posicionamentos em que o papel da Revolução Industrial no formato de uma sociedade em construção com base na citação anterior de Marx e culminado com a perspectiva da conduta humana semeado por Foucault, em que a relação de criminalidade, mesmo com a introdução do judiciário como regulador, tem um viés nessa transição de uma sociedade agrícola para a industrial, converge com o que Polanyi (2000) retrata como “moinho satânico”. A Revolução Industrial causou na sociedade Inglesa do Século XVIII a transformação acompanhada pelo dilaceramento de uma ordem social tradicional, refletindo no fenômeno dos “cercamentos” e que mais de um século depois contribuiu na reordenação tanto estrutural quanto demográfica da Inglaterra. De acordo com Polanyi (2000, p.51):

Que “moinho satânico” foi esse que triturou os homens transformando-os em massa? Quanto se pode atribuir, como causa, as novas condições físicas? E quanto se pode atribuir as dependências econômicas, que funcionavam sob novas condições? Qual foi o mecanismo por cujo intermédio foi destruído o antigo tecido social e tentada, sem sucesso, uma nova integração homem-natureza?

Polanyi, com diversos questionamentos inicia a discussão com a utilização do termo “moinho satânico”, termo este utilizado como título de um dos capítulos de sua obra, mas com o propósito de impactar a reflexão sobre a mudança ocorrida na relação homem-natureza com a Revolução Industrial. O processo de mudança de uma sociedade manufatureira para um sistema fabril, orientado para a produção em massa, alterou o formato da sociedade, bem como do ordenamento populacional e suas relações sociais.

Polanyi ressalta que os propulsores da revolução, liberais econômicos, justificavam a conjuntura da sociedade com base na formação econômica do local. Entretanto, essa economia tem em sua base propulsora a produção de matéria-

prima para atender as demandas da indústria nascente a partir de um processo com expressões sociais conhecido como “cercamento”, no qual as terras foram demarcadas e conseqüentemente possibilitaram a transformação radical das estruturas sociais e do formato em que as pessoas viviam com suas famílias. Polanyi descreve esse processo:

Ao evocar a desgraça do povo provocada pelo cercamento e conversões, nosso propósito será, de um lado, demonstrar o paralelo existente entre as devastações causadas pelos cercamentos, finalmente benéficos, e as que resultaram na Revolução Industrial e, de outro lado – de uma forma mais ampla – esclarecer as alternativas enfrentadas por uma comunidade no paroxismo de um progresso econômico não-regulado. (POLANYI, 2000, p.52)

Esse dimensionamento entre os fatos e suas conseqüências, principalmente na população acometida pelo cercamento deve ser analisado como uma variável no processo de formação da sociedade vigente. A questão a ser observada é o processo em formação do “dominante e dominado”. A Revolução Industrial concentrou em uma única pessoa duas forças de propulsão deste sistema: o trabalho e a matéria-prima. O cercamento é segundo Polanyi (2000, p.53) “revolução dos ricos contra os pobres”. O cercamento teve o papel de modificar a estrutura social, promovendo de forma forçada o deslocamento populacional do meio rural para o meio urbano, o que contribuiu para a ampliação das novas formas de sociedade e sua urbanização.

Neste sentido o moinho satânico implica de modo específico na retirada das pessoas das suas tradicionais ocupações e formas de sociabilidade. Tal retirada se deu pelo uso da força bruta. As terras antes utilizadas na agricultura foram adequadas para a criação de carneiros, que com a produção de lã, alimentavam as indústrias têxteis. A população já desprovida de suas terras, em busca de uma alternativa legal por meio do acionamento da justiça, segundo Polanyi (2000, p.55) “um prevalecimento tão fácil de interesses privados sobre a justiça é visto, muitas vezes, como um sinal certo da ineficácia da legislação”.

Este conluio entre as forças legais, com a crença de um propósito econômico vislumbrado pelo progresso, coloca a população a mercê dos interesses da burguesia em ascensão. Um único ente, denominado juridicamente como detentor de todo o processo de produção, conduzirá toda uma geração excluída de seu meio, para alimentar o processo de formação de mão de obra e consumo dos produtos,

bem como a criação de um contingente de reserva que facilitará a relação entre burguesia e proletariado, forçando este último a se ajustar as novas determinações inerente ao mundo moderno. Essa inserção forçada, cria um contingente de pessoas nas cidades, vivendo conforme as condições que as indústrias fornecem ou, o que é devastador, sobrevivendo sem as condições mínimas. É neste ponto que Polanyi descreve a Inglaterra pós cercamento e imersa no processo revolucionário.

Antes que o processo tivesse ido suficientemente longe, os trabalhadores já se amontoavam em novos locais de desolação, as assim chamadas cidades industriais na Inglaterra; a gente do campo se desumanizava em habitantes de favelas; a família estava no caminho da perdição e grandes áreas do País desapareciam rapidamente sob montes de escória e refúgios vomitados pelos “moinhos satânicos” (POLANYI, 2000, p. 58)

Nesta direção, Hill (1983) descreve essa transição do feudalismo para um processo produtivo massificado a partir do momento em que as frotas marítimas começaram a expandir e ao relacionar-se com outras nações. Essas navegações impulsionaram segundo Hill (1983, p.27) “os alimentos e a lã produzidos pela aldeia começaram a ser vendidos mais longe.” Esse novo mercado com base em investimentos voltados ao mercado externo sedimentou a formação das indústrias.

O surgimento deste novo modo de produção, segundo Hill (1983, p.28) originou “os primórdios de uma divisão do trabalho especializado”. Esse formato de trabalho, com base na demanda proeminente, revelou que no processo revolucionário “todos esses acontecimentos modificavam a estrutura da sociedade rural inglesa” (HILL, p.29). Essa reorganização da sociedade contribuiu para o surgimento de uma nova classe, que acometidos pelo interesse de uma oportunidade de trabalho, se aglomeravam em ambientes onde a qualidade de vida não representava o que foi almejado.

Essas condições em que se encontravam os trabalhadores das fabricas, Hill (1983, p.31) descreve “como um ultraje a moralidade dessa sociedade” e complementa: “serem lançados pelas estradas, mendigando, roubando ou morrendo de fome”. São situações fruto da transformação descontrolada que fomentaram essa condição social. No comparativo com a realidade contemporânea as condições se equivalem no contexto social.

Ser parte desse processo também potencializou mudanças na personificação dos ruralistas. Segundo Hill “uma nova espécie de agricultor emergia, assim, nos vários condados – o agricultor capitalista” (HILL, 1983, p.32). Ao desfrutar dos

benefícios que o processo capitalista de geração de riqueza, ou precisamente o seu acúmulo, modificou a perspectiva do agricultor. Tendo dentro do seu espaço a possibilidade de produzir não apenas para a subsistência, mas de forma que, mesmo com a mudança do que estava sendo produzido, deixando a subsistência de lado para alimentar as demandas das fábricas, o agricultor identificava a possibilidade de melhorar suas condições de vida.

É evidente que o processo de inclusão destes agricultores numa sociedade em que o potencial de riqueza delimitado pelos ambientes urbanos, contribuiu na inclusão de um processo cíclico de crescimento das cidades beneficiadas. O desejo pela obtenção de produtos, impulsionados pelas condições que agora permitem a aquisição, solidificaram este novo processo econômico de vida em sociedade.

O modelo de produção agrícola caracterizado pelo modo familiar, anteriormente combatida com o sistema feudal de ajustamento de produção de subsistência, vivenciava o glamour do movimento capitalista. Todavia, a exploração do capital humano, novamente em segundo plano, desencadeou a relação de ambiguidade entre o empregador e empregado. Seja nas grandes e medias propriedades, o processo de dominação se arregimentava. Polanyi (2000, p.59) remete a uma reflexão sobre o processo de industrialização “será que foi o aparecimento de cidades fabris, a emergência de favelas, as longas horas de trabalho das crianças, os baixos salários de certas categorias de trabalhadores, o aumento da taxa populacional, ou a concentração das indústrias? ”. O desenvolvimento constante exemplifica que a revolução ocorreu não apenas no processo de produção, mas desencadeou um complexo movimento em toda a sociedade.

Uma exposição desse movimento e os seus efeitos em que o dominante, ou seja, aquele que possui os meios de produção, sobre o dominado (comprador) de determinado produto, torna possível observar a relação destes resultados com a formação de uma classe populacional inferior, que sujeito as normas do capitalista, precisa respeitar as legislações de um convívio harmônico em sociedade. Nesse processo de adequação as normas, enumerados com direitos e deveres, a ausência de controle as regras cadenciavam a punição, como forma de controle e manutenção do modelo de sociedade vigente.

A vida não estava fácil para a população que migrava para as cidades em busca de trabalho e renda para suprir as necessidades básicas. Desencadeado com a inserção de forma abrupta na vida urbana, com escassez de recursos básicos e desprovidos de expectativas, as possibilidades de conduzirem suas vidas sem que assumissem riscos ao descumprir as leis abria espaço para a ampliação do fenômeno da criminalidade.

A condição humana na abertura do mundo moderno foi modificada: “a motivação do lucro passa a substituir a motivação de subsistência” (POLANYI, 2000, p.60). Mas a conquista deste lucro, frente as contradições sociais impulsionadas por um capitalismo que emergia, priorizando a competitividade pelo espaço no mercado consumidor, impulsionando determinada exclusão social entre aqueles que alcançavam os objetivos econômicos, daqueles que fracassaram. Logo, na mentalidade social em formação no período aquele que obtivesse um melhor resultado com menos recurso investido seria englobado neste mercado. Por outro lado, uma concentração expressiva de indivíduos não inseridos passam a caracterizar a periferia degradante do sistema. O trabalho tornou-se peça chave para a classificação entre inseridos e excluídos.

Há neste ponto duas concepções distintas em relação a ideia de trabalho: labor e trabalho. Arendt descreve com certa ressalva essa possibilidade “o desprezo pelo labor, originalmente resultante da acirrada luta do homem contra a necessidade” (ARENDR, 2007, p.91). Afinal o que seria levado em conta na formação do indivíduo no mercado de trabalho. O labor ou trabalho? Arendt distingue o labor enquanto do nosso corpo e o trabalho feito das próprias mãos.

De que forma as percepções das atividades laborais podem diferenciar as aptidões? Arendt coloca um desafio: “A distinção que proponho entre labor e trabalho é inusitada” (ARENDR, 2007, p.90). O discernimento da sociedade, voltado a uma mudança conceitual e prática da forma como denominamos o conceito de ofício, recebe uma injeção de incentivo quando Arendt descreve o que poderia modificar na condução da sociedade.

Essa concepção de que as pessoas oferecem determinado tipo de resultado e que produzem por meio de uma concepção errônea do seu ato, o provedor da renda, modifica o conceito da definição entre o labor e trabalho.

A palavra labor como substantivo, jamais designa o produto final, o resultado da ação de laborar. Por outro lado, é da palavra correspondente a trabalho que deriva o nome do próprio produto, mesmo nos casos em que o uso corrente seguiu tão de perto a evolução moderna que a forma verbal da palavra “trabalho” se tornou praticamente obsoleta. (ARENDR 2007, p.91)

O uso do termo “labor” mesmo com o aspecto citado por Arendt, voltado a substituir o termo “trabalho”, não foi suficiente para que a denominação emplaceasse um novo conceito. O desenvolvimento de um termo padrão que identificasse o esforço e o resultado humano dos seus talentos e capacidades. Arendt cita que “somente a partir de fins do século V que a “polis” passa a classificar as ocupações segundo a quantidade de esforços que exigem” (ARENDR 2007, p.92).

Esses esforços humanos, independente do uso de ferramentas, começa a valorizar o resultado individual. Arendt (2007, p.96) parafraseia “labor do nosso corpo e o trabalho de nossas mãos”, retrata exatamente a complexidade do entendimento e de que forma o exercício do corpo diferencia-se do executado pelas mãos. Os resultados desse processo convergem na dispersão do modo como compreendemos o resultado. Com isso, a redução do formato do resultado desencadeou uma amplitude da fenda que emergiria o labor com o trabalho. Arendt transcreve o antagonismo “ao invés disso, encontramos primeiro a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, qualificado e não qualificado e finalmente, a divisão de todas as atividades entre trabalho manual e intelectual”. (ARENDR, 2007, p.96)

Essa distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, disseminou a concepção de que o trabalho manual poderia ser considerado improdutivo, comparado ao produtivo, oriundo do trabalho intelectual. A capacidade de mensuração de um trabalho (manual), contribuiu na distinção e formação dos conceitos contemporâneos dos resultados. Uma obra de arte, seja em pinturas ou esculturas, tem um potencial inferior de atingir um resultado tangível do que a produção de bem que seja utilizado e palpado. O conceito de manual, converge com a definição de resultado “não-qualificado”, opostamente ao “qualificado”.

Com isso, a sociedade foi condicionando seus hábitos com base na ideia de “qualificado e produtivo”. As relações de necessidade da produção não-qualificado são entendidas por Arendt, “que a própria atividade do trabalho (labor), possui realmente uma produtividade própria, por mais fúteis ou pouco duráveis que sejam os seus produtos” (ARENDR 2007, p.96). Podemos verificar uma formação de conduta do consumidor, sendo alienados a adquirir determinados produtos sem a

devida necessidade. A aquisição com base na inserção ao grupo alimenta momentos de crescimento elevado, já que, os mesmos resultados são identificados numa sociedade contemporânea quando observamos que um produto recém lançado atinge um elevado número de vendas, independente da valorização do idealizador do produto ou serviço.

Os exemplos são inúmeros, se delimitarmos a partir da Primeira Revolução Industrial. A maioria das invenções que representaram uma notável mudança na forma em que o ser humano conduz a sociedade são descritos como frutos de um trabalho “produtivo, qualificado e manual”. A máquina de tear até os produtos eletrônicos de última geração, não seriam enquadrados no mérito intelectual, improdutivo e não-qualificado. A ideia implantada de que os filhos quando adentrarem ao mercado de trabalho devem se tornar médico, engenheiro, etc., isto é, a condição de sucesso no mundo do trabalho está vinculada às profissões liberais.

A mera indicação de que o desejo do indivíduo que está em formação, esteja voltado a profissões de cunho intelectual, corrobora com a ideia que labor não prediz um processo de satisfação dos desejos da sociedade dos resultados do trabalho do indivíduo. Todavia, “essa produtividade não reside em qualquer um dos produtos do labor, mas na força humana, cuja intensidade não se esgota depois que ela produz os meios de sua subsistência e sobrevivência” (ARENDR, 2007, p.96).

Com a concepção de que labor não era trabalho Arendt fala “ao contrário da produtividade do trabalho, que acrescenta novos objetos ao artifício humano, a produtividade do labor só ocasionalmente produz objetos” (ARENDR 2007, p.99). Essa ideia de que labor está abaixo do trabalho, com base nos resultados, fomentou as cidades a incentivar a produção em massa em confronto a produção individual. A reflexão sobre os resultados alcançados nesta nova concepção de produção, ainda estão em expansão, todavia, modificaram completamente a forma como os meios são produzidos. Ainda vislumbramos alguns processos produtivos com base no labor, tais como as produções artesanais (alimentos, tapetes, materiais de uso diário, etc).

Entretanto, esse tipo de produção artesanal, obtém um valor agregado na exclusividade do produto ou serviço, fruto do ato de pensar: “o processo de pensar, que se presume seja a atividade da cabeça, é ainda menos produtiva que o labor”

(ARENDR 2007, p.101). O fato da produção ser inferior que a produção laboral em massa, não retira os valores agregados que os seus resultados podem atingir. A fidelização de um cliente, em determinada situação pode estar vinculado, justamente neste tratamento individual, a exclusividade de tratamento. A personificação de uma encomenda pode gerar um valor diferenciado, quando adquirimos determinado produto criado em regime de escala.

Numa tentativa de esclarecer a diferença no uso dos termos trabalho e labor Arendt aborda o questionamento com base no resultado “o resultado é que o que é comprado e vendido no mercado de trabalho não é a qualificação individual, mas a força de trabalho (labor) ” (ARENDR 2007, p.101). Com isso, pode-se identificar a definição daquilo que possui um valor agregado com relação a sociedade e seus desejos em obter determinado produto que satisfaça suas necessidades. Num produto acabado, se vislumbra por meio da observação do que é produzido e remotamente observa-se as qualidades individuais do autor.

Essa perspectiva, até certo ponto, frustrante para o criador, haja vista, todo o processo de formação de sua obra não ser identificado ou valorizado, justifica a reflexão que norteia o interesse das pessoas pelo produto final. Arendt fala que essa qualificação individual foi distribuída de forma igualitária a todas as pessoas: “como intelectual realmente não é um trabalhador” (ARENDR 2007, p. 104). Relata que “o processo de pensar e o processo de trabalhar são duas atividades diferentes que nunca chegam a coincidir” (ARENDR 2007, p.102).

Estas afirmações, mesmo com uma concisão que bloqueia qualquer processo de interpelação, aplicado numa sociedade que passa por uma transição de um modo de produção individual para um modo de produção em escala, converge com os pensamentos vigentes a época. As indústrias que despontavam não precisavam de pensadores, mas de especialistas que realizassem determinada tarefa: “o pensador que deseja dar a conhecer ao mundo o “conteúdo” de seus pensamentos deve, antes de mais nada, parar de pensar e rememorar seus pensamentos” (ARENDR 2007, p. 102).

Esse isolamento ao que foi incluído aquele que exercia sua laboralidade com base no intelectual, limitou o incentivo em desenvolvimento de pesquisas com base no empirismo. A reflexão é parte do processo de formação das ideias e o mecanicismo aplicado a esta sociedade, ocupou todo o tempo do indivíduo

envolvido na atividade industrial. A capacidade intelectual foi ocultada pela busca da subsistência criada a partir da inclusão de necessidades até então inexistentes.

A produtividade do trabalho é medida e aferida em relação as necessidades do processo vital para fins da própria reprodução; reside no excedente potencial inerente a força de trabalho humana e não na qualidade ou caráter das coisas que produz. (Arendt 2007, p.105)

O trecho ratifica a concepção de que a Revolução Industrial valorizou o esforço do cumprimento das tarefas, contrapondo a capacidade intelectual do assalariado. Tal procedimento, numa posição empírica, pode ser justificada de diversas formas: o trabalhador não ter o controle do capital, os industriais acreditarem que já possuíam controle do que necessitavam, enfim, inúmeras alternativas podem ser citadas. No entanto, a rejeição do empenho intelectual dos seus colaboradores não impede que a reflexão de que forma poderia ter ocorrido a revolução industrial com base na atividade intelectual.

A era da informação, com todas as revoluções tecnológicas e cibernéticas que alteram o modo como a sociedade direciona seu mercado, não estaria num patamar evolutivo a frente do que se encontra. Arendt narra uma sociedade baseada no trabalho: “o trabalho, e não o labor, é destrutivo, uma vez que o processo de trabalhar subtrai material da natureza sem o devolver no curso rápido do metabolismo natural do organismo” (ARENDR 2007, p.112). A extração sem um entendimento de que nem todos os produtos são renováveis, compõe exatamente a identidade da sociedade baseada na exploração sem medição de esforços.

Na verdade, condicionam a demanda de um determinado produto, e baseado na justificativa de suprir tal demanda, desencadeiam um processo de exploração, que até o esgotamento dos recursos segue normalmente. Ao identificar que o ser humano explora todos os recursos, ausente de uma reflexão de que forma o meio está sendo afetado, o labor contorna o caminho do trabalho manual ao invés do intelectual. O ato de pensar foi substituído por métodos de trabalho definidos antecipadamente. Arendt (2007) numa crítica reflexiva descreve este momento “ao contrário do processo de trabalhar, que termina quando o objeto está acabado, pronto para ser acrescentado ao mundo comum das coisas, o processo de labor move-se sempre no mesmo círculo prescrito” (ARENDR 2007, p.109). A comprovação de que o ato de trabalhar refere a atingir determinado objetivo,

finalizando com o produto acabado, o labor mantém a conexão de um ato contínuo e sistêmico em que o resultado final é fonte geradora de um novo resultado.

A incapacidade de inserção de indivíduos que buscam seu espaço no mercado trabalho, fruto de certa forma, da capacidade do Estado de suprir demandas, e vinculado ao entendimento de que a competitividade restringe as vagas. Essa capacidade reduzida de inserção, principalmente nas cidades com densidade populacional elevada afligem os piores resultados com base no mercado de trabalho. Um certo tipo de sociedade, com base em classes sociais, começa a se desenvolver e as diferenças entre quem tem o controle do capital tanto humano quanto intelectual.

### **2.3 A civilização numa abordagem científica/teológica**

A concepção de um entendimento sobre a capacidade humana em interferir na forma como as pessoas devem reagir as situações cotidianas do seu dia a dia, são frutos da concepção de sociedade. A capacidade intelectual e o acesso a uma formação educacional, permitiu que cada indivíduo contribui-se na padronização das concepções de cada um. Essa perspectiva no que pode ser representado a potencialidade do local. Somos parte da formação de nossos pais, que são dos nossos avós e assim sucessivamente.

Alguns conhecimentos ocorrem a partir da construção da pessoa, com base na atividade que ela desenvolve. A limitação ao conhecimento descaracteriza o indivíduo, entretanto impulsiona uma flexibilidade dos atos do ser humano. Freud (1996) num contexto sobre o papel da religião na formação da pessoa afirma que a religião funciona como uma ilusão. A definição de ilusão permeia o entendimento de que o ser humano passa por um processo, em que os aprendizados religiosos são fontes de doutrinação e controle das ações humanas.

Freud (1996) descreve a fé “configura um fato puramente subjetivo e não um artigo de fé.” A fé exercida nos preceitos de Freud não possui contextos que a justifiquem, exercendo o papel de regulação das ações do indivíduo. Esse método de restrição da ação humana, fomenta a ideia da repressão do indivíduo, baseado numa vontade confrontada com o desejo de organização de sua mente.

Assim, acaba-se por aprender um processo através do qual, por meio de uma direção deliberada das próprias atividades sensoriais e de uma ação

muscular apropriada, se pode diferenciar o que é interno – ou seja, que pertence ao ego – e o que é externo – ou seja, que emana do mundo externo. Desse modo dá-se o primeiro passo no sentido da introdução do princípio da realidade, que deve dominar o desenvolvimento futuro. Essa diferenciação, naturalmente, serve à finalidade prática de nos capacitar para a defesa contra sensações de desprazer que realmente sentimos ou pelas quais somos ameaçados. (FREUD 1996, p.4)

Essa diferenciação entre interno e externo, permeia o processo de repressão dos indivíduos, no que tange a sua capacidade de adaptação a sociedade. Mesmo numa condição que permita a ação de atividades externas, o ser humano transita nas duas vertentes que em conjunto ou distintas transformam a realidade. Freud incita a pensar quando diz “nada do que uma vez se formou pode perecer” (FREUD 1996, p.5). A afirmativa remete ao entendimento de que as ações são construídas em um processo vivencial e deixam uma marca de permanência. Num comparativo com o contexto histórico do Império Romano, o Império deixou ruínas para o futuro, mas não pode ser excluída as tendências e ensinamentos no campo político para o processo posterior.

As ações humanas cristalizam processos de formação de um campo amplo no qual se insere o próprio sentido da humanidade, mas são gradativamente alternadas por novos movimentos. Com isso, a dimensão da interioridade carrega os movimentos condensados na exterioridade da própria formação do campo simbólico humano. Concomitantemente Freud afirma “o fato de que só na mente é possível a preservação de todas as etapas anteriores” (FREUD 1996, p.6).

A reflexão sobre a forma como a mente humana preserva suas informações, e que a temporalidade não apaga ou confunde suas vivências estão correlacionadas com a inclusão da fé, a partir do *sentimento oceânico* é possível remeter a dimensão da religiosidade. Logo, “a origem da atitude religiosa pode ser remontada, em linhas muito claras, até o sentimento de desamparo infantil” (FREUD 1996, p.7). Freud relata a importância do papel do pai na formação da criança, mantendo um contexto de interesse sobre a fé.

A crítica de Freud com relação ao papel da religiosidade e a sua capacidade de controle dos atos humanos contribuiu na criação de aspectos relativos do cotidiano, que de certa forma, na ausência dos preceitos religiosos, atenuaria a necessidade humana de um referencial.

A vida, tal como a encontramos, é árdua demais para nós; proporcionamos muito sofrimento, decepção e tarefas impossíveis. A fim de suportá-las, não

podemos dispensar as medidas paliativas. Não podemos passar sem construções auxiliares. Existem talvez três medidas desse tipo: derivados poderosos, que nos fazem extrair luz de nossas desgraças; satisfação substitutivas que a diminuem; e substancias toxicas que nos tornam insensíveis a ela. (FREUD 1996, p.8)

Os três caminhos sugeridos por Freud são voltados a uma perspectiva paliativa de substituição de um ser superior que regesse nossas decisões. Os derivativos poderosos são comparados a determinadas ocupações, tais como, terapia ocupacional, o cultivo de uma horta, o *trabalho manual*, etc. Com relação a satisfação substitutiva Freud cita a *arte* como ferramenta, entretanto, a prática de *leitura e escrita* também poderia ser incluída como um meio de satisfações substitutivas.

De acordo com Freud, o controle das decisões humanas, ou num contexto moderno, uma consultoria superior, é uma predisposição humana identificada também em períodos anteriores. A utilização de substancias toxicas como substância de resolução imediata para uma determinada fuga do indivíduo. São caminhos descritos como alucinógenos que intervêm na escassez humana de um ser superior que o direcione.

O serviço prestado pelos veículos intoxicantes na luta pela felicidade e no afastamento da desgraça é tão altamente apreciado como um benefício, que tanto indivíduos quanto povos lhes concederam um lugar permanente na economia de sua libido. Devemos a tais veículos não só a produção imediata de prazer, mas também um grau altamente desejado de independência do mundo externo, pois sabe-se que, com o auxílio desse “amortecedor de preocupações”, é possível, em qualquer ocasião, afastar-se da pressão da realidade e encontrar refúgio num mundo próprio, com melhores condições de sensibilidade. Sabe-se igualmente que é exatamente essa propriedade dos intoxicantes que determina o seu perigo e a sua capacidade de causar danos. São responsáveis, em certas circunstâncias, pelo desperdício de uma grande quota de energia que poderia ser empregada para o aperfeiçoamento do destino humano. (FREUD, 1996, p. 10-11)

O desenvolvimento das concepções sobre a fé e os atenuantes descritos no parágrafo anterior, fizeram Freud (1996) aceitar, mesmo com demasia ressalva a importância da religião na conduta do ser humano “mais uma vez, só a religião é capaz de resolver a questão do propósito da vida” (FREUD, 1996, p.9). A ideia de que o ser humano precisa de um referencial desencadeou a busca de mecanismos para uma vida plena, sendo o princípio de todas as ações vinculado ao prazer.

A identificação do prazer, como fonte de satisfação, segundo Freud domina o aparelho psíquico humano. Nessa busca pelo prazer, as possibilidades são limitadas

em dar ou não certo a busca pelos objetivos, o que recai na possibilidade de recolhimento das pulsões humanas. Entretanto, sabemos a resposta quando o resultado é positivo, todavia, na possibilidade de não alcançar os resultados almejados Freud (1996) define o sofrimento em três pontos:

O sofrimento nos ameaça a partir de três direções: do nosso próprio corpo, condenado a decadência e a dissolução, e que nem mesmo pode dispensar o sofrimento e a ansiedade como advertência; do mundo externo, que podem voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadora e impiedosas; e finalmente de nossos relacionamentos com os outros homens. (FREUD, 1996, p.9 -10)

O sofrimento emerge a partir de um fator gerador do dano e que está para além do controle das pulsões humanas. O próprio corpo é uma condição inerente ao tempo, e mesmo que haja procedimentos que retardem esse processo, a depreciação dos organismos tanto internamente quanto externamente é preceito da vida humana, ou seja, nascer e morrer. A busca pela inovação a partir de uma mudança conjuntural de sua estrutura mental insere o indivíduo no mundo externo, que pode ou não entrar em conflito.

Diante disso, a fuga do desprazer desponta como uma solução para o sofrimento. Segundo Freud (1996) o sofrimento é causado por uma sensação de que algo está errado. Esta sensação ocorre com a regulação do organismo ao ambiente. Os impulsos instintivos compõem parte desse pensamento que permeiam o caminho trilhado entre felicidade e sofrimento.

Ademais, os instintos são direcionados a encontrar determinado caminho que cause conforto na relação homem-sociedade. Freud chama esta técnica de sublimação dos instintos.

Outra técnica para afastar o sofrimento reside no emprego dos deslocamentos de libido que nosso aparelho mental possibilita e através dos quais sua função ganha tanta flexibilidade. A tarefa aqui consiste em reorientar os objetivos instintivos de maneira que eludam a frustração do mundo externo. Para isso, ele conta com a assistência da sublimação dos instintos. (FREUD 1996, p.11)

A técnica de sublimação dos instintos, foi estabelecida de forma que, possa ser utilizada tanto na arte quanto na religião, sendo o mecanismo encontrado no processo de inserção da pessoa a sociedade. Diante do risco do sofrimento, a sublimação veio como uma solução para o problema da felicidade.

Pode-se, porém, fazer mais do que isso; pode-se tentar recriar o mundo, em seu lugar construir um outro mundo, no qual os seus aspectos mais insuportáveis sejam eliminados e substituídos por outros mais adequados a nossos próprios desejos. Mas quem quer que, numa atitude de desafio desesperado, se lance por este caminho em busca da felicidade, geralmente não chega a nada. (FREUD 2006, p.12)

O vasto mundo de pesquisas, voltados a exploração da mente humana, em detrimento da felicidade atingiu uma saturação de conceitos, haja vista, que o caminho citado e em desacordo com o entendimento de Freud, cadencia um novo aspecto da capacidade de intervenção do homem no seu meio. Freud denomina de “delírio de massa” este caminho e afirma “aquele que partilha um delírio jamais o reconhece como tal” (Freud 1996, p.12). A descrição do ato como um delírio é utilizado na busca felicidade e afastando do sofrimento.

Numa tentativa de desvendar todos os caminhos que permeiam a felicidade e o sofrimento, Freud relata a existência do que ele denomina como a técnica da arte de viver. Nesta técnica, o indivíduo “localiza a satisfação em processos mentais internos” (Freud 1996, p.13), e mediante a afirmativa da busca define que amar torna-se o centro de tudo. Freud descreve este momento como uma entrega do ser humano aos desejos latentes da afeição, sem a preocupação dos riscos, principalmente com a vulnerabilidade ao sofrimento a partir do momento em que se escolhe amar incondicionalmente.

Logo, amar e ser amado são condicionamentos com riscos calculados de suas possibilidades, não existindo uma receita específica que norteie o caminho.

Não existe uma regra de ouro que se aplique a todos: todo homem tem de descobrir por si mesmo de que modo específico ele pode ser salvo. Todos os tipos de diferentes fatores operarão a fim de dirigir sua escolha. É uma questão de quanta satisfação real ele pode esperar obter do mundo externo, de até onde é levado para tornar-se independente dele, e, finalmente, de quanta força sente à sua disposição para alterar o mundo, a fim de adaptá-lo a seus desejos. Nisso, sua constituição psíquica desempenhará papel decisivo, independentemente das circunstâncias externas. (FREUD 1996, p.14)

A busca da felicidade e a sublimação dos desejos tornam-se expressões tanto da religião quanto de outros mecanismos que promovem o conforto do indivíduo mediante a fuga de seus desejos e pulsões. Nessa batalha travada entre felicidade e sofrimento, a religião emerge como a anteparo do desconforto. Freud destaca:

A religião restringe esse jogo de escolha e adaptação, desde que impõe igualmente a todos o seu próprio caminho para a aquisição da felicidade e da proteção contra o sofrimento (FREUD, 1996, p.14).

O caminho da fé está trilhado e as pessoas estão cada vez mais condicionadas aos seus métodos: “muitos caminhos que podem levar a felicidade passível de ser atingida pelos homens, mas nenhum que faça com toda a segurança” (Freud 2006, p. 15). E conclui:

Sua técnica consiste em depreciar o valor da vida e deformar o quadro do mundo real de maneira delirante – maneira que pressupõe uma intimidação da inteligência. A esse preço, por fixá-las à força num estado de infantilismo psicológico e por arrastá-las a um delírio de massa, a religião consegue poupar a muitas pessoas uma neurose individual. (FREUD, 1996, p.14)

A visão crítica de Freud sobre o papel delimitador que a execução dos preceitos religiosos, com base nas mais diversas doutrinas, reluta sobre a forma como o entendimento sobre a fé pode despertar uma mudança no comportamento do indivíduo, fomentado pela necessidade de inserção a sociedade acompanhando um nicho específico da população.

## **2.4 Economia Criativa no processo de ressocialização (Herbert Marcuse)**

A discussão que envolve a capacidade do ser humano em adaptar-se ao meio em que ele vive e as mudanças que ocorrem em determinado momento, que exige além da capacidade adaptativa, um preparo mental na compreensão das vertentes que estarão emergindo. Ao abordarmos sobre como a fé exerce esse papel, e conforme o perfil de cada pessoa, identificando as potencialidades adaptativas.

O conceito de preparo está direcionado na condição mínima de adaptação ao meio em que executa suas ações. A ideia central de uma relação de harmonia com a sociedade envolve o seu condicionamento naquilo que está predisposto naquele momento. Tomemos o exemplo de uma pessoa que tenha nascido no período feudal, onde para que ela fosse aceita no grupo, deveria adaptar seus modos com base nas determinações definidas como regra geral de vivência em harmonia daquele período.

Essa regulação das ações do ser humano segundo Marcuse (1975, p.33) delimitou o posicionamento das sociedades e suas capacidades de suportarem a inserção dos novos hábitos. “A cultura coage a sua existência social como a biológica, não só partes do ser humano, mas também sua estrutura instintiva. ”

(p.33) A estrutura instintiva descrita por Marcuse nos remete a pensar nas ações mais simples e cotidianas de sobrevivência. A vida em civilização coloca o regramento como condição de possibilidade de sobrevivência e, ao mesmo tempo, regramento das formas destoantes, de modo que “A civilização começa quando o objetivo primário, isto é, a satisfação integral de necessidades é abandonada” (MARCUSE, 1975, p.33). Com isso, a importância de controlar as ações humanas formou o caminho de realização e implantação de um modo de vida denominado “civilização”. Em outras palavras, temos a substituição de formas de vida no processo civilizatório: “Satisfação imediata para satisfação adiada, do prazer para restrição do prazer, júbilo (atividade lúdica) para trabalho (esforço), de receptividade para produtividade, de ausência de repressão para segurança” (MARCUSE, 1975, p.33). Isto implica na necessidade de adaptação do indivíduo dentro do convívio social.

Todavia, o entendimento sobre o conceito de realidade baseado então, em movimentos definidos por regras, determinando um processo de ajuste social é definida por Freud como o alcance da realidade. Esse alcance da realidade permeia observações condizentes ao que se define como real. O que é real para mim é real para você? No entanto, de modo subjetivo a conceituação do ambiente deixa um vago espaço na percepção do que seria o ideal para o convívio em sociedade, mas em termos institucionalizados por regras e leis, os indivíduos são coagidos ao ajustamento.

No entanto, a necessidade imposta no regramento recai sobre o indivíduo como responsabilidade de inserção social, tendo em vista padrões moralmente aceitos e que devem ser cumpridos, o que exige uma constante adaptação, embora este não seja explícito no cotidiano. Essa via reflete nos conceitos de inclusão e exclusão mediante as normas objetivas e subjetivas do meio social.

Neste sentido, para Marcuse (1975, p.33) o ser humano passa por um duplo processo: consciente e inconsciente:

É como se o indivíduo existisse em duas diferentes dimensões “caracterizadas por diferentes processos e princípios mentais. A diferença entre essas duas dimensões” é tanto de natureza histórico-genética, como estrutural: o inconsciente, governado pelo princípio do prazer, compreende “os mais remotos processos primários, resíduos de uma fase de desenvolvimento em que eles eram a única espécie de processos mentais” Lutavam unicamente para obter prazer, a atividade mental retrai-se, evitando qualquer operação que possa dar origem a sensações de desprazer (“dor”). Mas o princípio de prazer irrestrito entra em conflito com o

meio natural e humano. O indivíduo chega a compreensão traumática de que uma plena e indolor gratificação de suas necessidades é impossível.

O relato feito pelo autor, das duas dimensões, permite que tenhamos um empenho em entender que o indivíduo adapta-se em um processo transitório. Essa mutação ocorrida, corrompe o entendimento atual e segundo Marcuse (1975, p.34) estabelece um novo princípio de realidade: “O princípio de prazer converte-se em prazer com ego organizado”.

Observamos que a discussão envolvendo a mudança conceitual da capacidade humana ajuda a difundir o que leva o ser humano tomar determinadas decisões na vida em sociedade. Essa vida em sociedade deve estar sustentada em preceitos e regras que determinam a ordem social, definidos por leis penais. Tais leis, que utilizam de um entendimento voltado a compreensão racional, convergem para a “função da razão” descrita por Marcuse (1975, p.34): “aprende a ‘examinar’ a realidade, a distinguir entre bom e mau, verdadeiro e falso, útil e prejudicial. ” A afirmação de que a elaboração de normas que regulam a condução da vida em sociedade, com a adaptação descrita por Marcuse, de uma função voltada a razão no princípio da realidade, fomenta a busca pelo entendimento do que levaria o homem a assumir os riscos de punição ao infringir as normas.

A formação da sociedade e a vida estabelecida com as condições mínimas de subsistência, incentivaram a elaboração de um método controlador das ações impulsivas do ser humano. Todavia, diante da tentativa de imposição de normas, numa análise do juízo de suas decisões, Marcuse (1975) descreve uma atividade mental idealizada a partir do desenvolvimento desse novo processo: *a fantasia*. Tal estado mental, está vinculado ao princípio de prazer, o qual remete ao entendimento de que essa nova ordem de vivência estaria vinculada a uma busca por liberdade, em detrimento aos novos princípios e normas construídos na sociedade vigente.

O âmbito dos desejos humanos e a instrumentalidade para sua gratificação foram, assim, incomensuravelmente aumentados, e sua capacidade para alterar a realidade, conscientemente, de acordo com o que é útil, parece prometer uma remoção gradual de barreiras estranhas a sua gratificação. (MARCUSE, 1975, p.35)

Logo, para a vida social a vontade humana deve ser regulada por normas, e qualquer esboço de ação que cause divergência às normas carrega consigo a necessidade da presença de meios de representar exemplos punitivos. Assim, a

regulação do modo de agir do ser humano implica inevitavelmente em afirmar que “[...] substituição do princípio de prazer pelo princípio de realidade é o grande acontecimento traumático no desenvolvimento do homem” (MARCUSE, 1975, p.35). A perspectiva de Marcuse vai ao encontro da concepção freudiana de que o princípio de prazer sendo subjugado pelo princípio da realidade é algo presente em diferentes períodos e civilizações.

Por um lado, a manifestação do que se conceitua como uma norma social de conduta compõem parte de um processo civilizatório ampliado. Por outro, ocorre a reatualização das normas que procuram controlar o princípio do prazer, submetendo-o ao princípio de realidade. Logo, o modo de vida em civilização passa a ser o campo de repressão dos desejos humanos. Freud denomina como dinâmica da civilização um processo de ações repressoras do próprio ser humano com relação a sua liberdade, utilizando de meios repressores, Marcuse (1975, p.36) cita Freud na concepção de viver em civilização é uma “eterna luta primordial pela existência...que persiste até hoje. ” Sendo assim, a repressão auto imposta, na verdade, é parte de um processo de adaptação e sobrevivência ao meio em que mantém suas relações sociais.

A particularidade deste ato está no fato de que a vida em sociedade, na esteira do processo civilizatório, em determinado momento necessita do indivíduo uma capacidade de adaptação. Essa imposição adaptativa, remete ao caminho seguido em diversos momentos na história das transições das sociedades. Moisés, por exemplo, guiado por uma ordem divina, conforme descrito no livro de Êxodo retirou mais de 1 milhão de pessoas da escravidão<sup>3</sup> das terras egípcias, modificando a condição em que aquele povo vivia, com base em nenhuma perspectiva de mudança da sua situação. Essa relação de possibilidades criada a partir da mudança de ambientes, de certa forma, passa por um processo de transformação mental condicionado ao meio social.

O caminho do êxodo remete a constatação de que o “povo de Israel” carregava consigo a necessidade de adaptação mediante regras impostas. Se aquele povo já tinha em mente o condicionamento de que viveríamos o restante de tempo de vida que lhe eram oferecidos, sob o jugo da escravidão, e consoante a isso, surge a possibilidade mediante condições da mudança de situação, o que se

---

<sup>3</sup> Ver livro de Êxodo Capítulo 12, a partir do versículo 37.

pode esperar é na eminência da situação, o desenvolvimento de uma resistência e pessimismo diante das regras apresentadas. Contudo, a aceitação das regras passaria pela própria alteração do princípio de realidade em contraposição ao princípio de desejo, o que Marcuse denomina como “luta primordial pela existência”. Por conseguinte, a luta paradoxal entre os dois princípios recai, segundo Marcuse citando Freud (1975, p.37) naquilo que denominou de metapsicologia:

A metapsicologia de Freud é uma tentativa sempre renovada para desvendar e investigar a terrível necessidade de vinculação íntima entre civilização e barbarismo, progresso e sofrimento, liberdade e infelicidade...Freud discute a cultura não de um ponto de vista romântico ou utópico, mas com base no sofrimento e miséria que sua implementação acarreta.

Essa transposição de ideias, de certa forma, com um antagonismo exacerbado, assemelha-se ao que Freud relata como o antagonismo da felicidade. Enquanto o povo hebreu era resgatado da escravidão egípcia, em dado momento, manifesta a descrença com relação ao desafio proposto por Moises mediante as Tábuas da Lei.

Freud descreve esse momento da seguinte forma “ e na medida em que a plena satisfação de necessidades é felicidade, a liberdade na civilização é antagônica da felicidade, por que envolve a modificação repressiva (sublimação) da felicidade” (p.37). O relato corrobora com o relato bíblico, quando descreve que o ser humano, dentro de suas condições utiliza da felicidade de uma conquista para uma nova busca. Essa capacidade de inovação de objetivos e metas, de certa forma, fomenta a capacidade do ser humano em desenvolver novos caminhos. Esses caminhos são desenvolvidos com base no que o ambiente em que ele vive lhe proporciona no processo de mudança.

Entretanto, uma ruptura acaba delineando duas linhas de pensamento com base em diretrizes e características de análise dos aspectos do modo em que o ser humano trilha o desenvolvimento de seu aparelho mental. Essa quebra na continuidade permitiu que fossem definidas por Freud dois caminhos a seguir: o Ontogenético e o filogenético.

No que tange o posicionamento do movimento ontogenético, Marcuse citando Freud descreve “a evolução do indivíduo reprimido, desde a mais remota infância até a sua existência social consciente” (p. 38). Com base no que a citação nos

elucida, podemos identificar uma perspectiva de identificação da evolução do movimento repressor. Essa idiosincrasia que envolve os aspectos do homem e suas reprimendas cognitivas compõem a organização dos conceitos sobre o tema.

Essas mudanças no aparelho mental com base na ruptura entre a realidade e cognição que o cérebro deixa de produzir, conduz a formação do aspecto reprimido do ser humano. Se em determinado momento, devido, as suas responsabilidades com relação ao envolvimento, por exemplo no ambiente de trabalho, tendo em vista, que o indivíduo tem a consciência (realidade) de que o a participação do mesmo em determinado trabalho depende do seu envolvimento naquele processo de troca entre sua capacidade técnica e profissional por determinado tipo de renda que possa, de certa forma, suprir suas necessidades, e que em momento anterior, esse mesmo indivíduo dedicava, no referido tempo, a pratica de um esporte que mais sentia prazer e que foi devido as obrigações com relação ao trabalho, o mesmo deixa de praticar (repressão cognitiva).

Esse poder de decisão, reinventa a condição humana no convívio em sociedade, e que Marcuse no capítulo 2 de sua obra, fornecera diversas fontes que identificam, de que forma, esse processo ocorreu e os seus resultados mais expressivos. Essa reinvenção na forma de pensar e agir do ser humano, com a repressão dos seus atos e desejos, em troca do desenvolvimento de um novo formato, baseado nos aspectos do grupo que compõem determinada sociedade.

Freud descreve “o desenvolvimento da repressão na estrutura instintiva do indivíduo”. Essa estrutura representa o papel da psicanalise, no que tange as responsabilidades das descrições do indivíduo. Marcuse (1975) retrata os dois princípios básicos que governam o modelo mental. São eles: “ o princípio do prazer e o princípio da realidade. ”

No estágio inicial do seu desenvolvimento, a teoria de Freud ergueu-se em torno do antagonismo entre os instintos do sexo (libidinais) e do ego (autopreservação); no derradeiro estágio, concentrou-se nos conflitos dos instintos da vida (Eros) e o instinto de morte. Durante um breve período intermediário, a concepção dualista foi substituída pela hipótese de uma libido onipresente (narcisista). Em todas essas modificações na teoria de Freud, a sexualidade conservou-se sempre o seu lugar predominante na estrutura instintiva. (MARCUSE, 1975, p.41)

Na concepção dessa base de conhecimento, empenhando-se em delimitar na teoria dos instintos de Freud, Marcuse chama a atenção para a necessidade de não difundir certo tipo de entendimento discutido em seus estudos (Eros), o que poderia

tornar-se similar a concepção de sexualidade apresentada por Freud. As bases que se fundamentam são distintas no objeto de pesquisa e diferenciá-las seria a base de um desenvolvimento amplificado de estudo sobre o referido tema.

Na referida pesquisa, o debruçar sob tal conteúdo desencadeou novos entendimentos além daquilo que almejavam, sendo possível identificar que o ser humano não apenas age pelos instintos, mas começa a potencializar o que denominaram de espírito narcisista. De Paula (2002, p.02) em artigo com o tema “Eros e narcisismo nas organizações” descreve com clareza o indivíduo narcisista. Diz:

Os indivíduos se habitam a conviver com imagens, tornando-se ansiosos pela impressão que causam nos outros, transformando seus pares em “espelhos” nos quais se miram e dos quais esperam aprovação. A cultura narcisista faz com que os indivíduos cada vez mais se ocupem de seu próprio prazer, buscando a maximização da satisfação de suas necessidades e desejos.

A identificação de características narcisistas na capacidade humana de inserção na sociedade permite identificar a sexualidade como fonte do entendimento da relação entre necessidades e prazer, uma vez que o indivíduo busca se sentir melhor em meio aos demais. Em contrapartida, o narcisismo descrito por Marcuse representa uma possibilidade humana de fantasiar a realidade, tendo em vista o retorno do reprimido e a supressão dos desejos humanos, os quais atuam constantemente no desenvolvimento da sociedade, haja vista a necessidade de racionalidade das ações para que determinados procedimentos ocorram com base em padrões coletivos e não com base em desejos e vontades individuais.

A vida em sociedade descrita por Marcuse representa a junção do instinto de prazer com práticas narcisistas que desencadeiam a supressão dos desejos para inserção na sociedade. Marcuse identifica aspectos voltados a inercia dos atos. Essa percepção de que o ser humano, diante de conflitos que representam a necessidade de capacidade comportamental suficiente para reprimir seus desejos, todavia, com o surgimento de dificuldades de adaptação, a inércia dos atos. Marcuse (1975, p.43) diz “a diferença equivale a que existe entre sustentar e destruir a vida.”

Nesta direção, a repressão das pulsões humanas implica no movimento de contraste entre desejo de vida e desejo de morte. Isto é, o conflito interiorizado pelo indivíduo mediante a necessidade de adaptação ao processo civilizatório recai nos

conceitos de *Eros* e *Thanatos*. Para Marcuse (1975, p.44), Eros “[...] é definido como a grande força unificadora que preserva a vida toda.” De Paula (2002, p.02) conceitua a diferença entre Eros e Thanatos da seguinte forma:

Eros, que representa a vida e os instintos sexuais, e é governado pelo princípio do prazer que impulsiona o ser humano na superação da repressão para obter satisfação e desfrutar de atividades lúdicas; e Thanatos, que representa a morte e os instintos de auto-preservação, e é regido pelo princípio da realidade, que leva o ser humano a adiar o prazer, buscar a segurança e desempenhar atividades produtivas.

A descrição e ações em caminhos distintos entre Eros e Thanatos, modificou alguns pontos de determinados conceitos de Freud. O antagonismo de caminhos gerou a concepção de um novo conceito: *monismo da morte*. O termo monismo foi difundido por Pietro Ubaldi na obra *A grande síntese* (1939, p.15) que em seu sexto capítulo faz a seguinte descrição do monismo:

Atentai mais aos conceitos que às palavras. Por vezes a ciência acreditou ter descoberto e criado um conceito novo, só porque inventou uma palavra. E o conceito é este: como do politeísmo passastes ao monoteísmo, isto é, à fé num só Deus (mas sempre antropomórfico, pois realiza uma criação fora de si), agora passais ao monismo, isto é, ao conceito de um Deus que É a criação. Lede mais, antes de julgar. Farei que lampeje em vossas mentes um Deus ainda maior que tudo o que pudestes conceber. Do politeísmo, ao monoteísmo e ao monismo, dilata-se vossa concepção de Divindade. Este tratado, pois, é o hino de sua glória.

Essa concepção de monismo, voltado de certa forma, a preceitos regidos por concepções e doutrinas religiosas, não reduz a capacidade de entendimento em que Marcuse converge Eros e Thanatos. A capacidade de imersão do domínio da morte com a distintiva da racionalidade, causou uma revolução no entendimento das relações pesquisadas por Freud. A partir deste momento, a possibilidade de identificar em um mesmo indivíduo características de uma racionalidade juntamente com aquelas consideradas reprimidas pelo modelo da sociedade tornou-se cientificamente comprovado.

Com isso, foram definidas novas estruturas mentais. São estas: *id*, *ego* e *superego*. Marcuse conceitua cada item com base nas perspectivas do autor conforme a necessidade de sua obra. Todavia, a versão do autor não se distancia daquilo que Freud identificou quando conceituou os segmentos. Na descrição do *id* Marcuse (1975, p.46) diz:

A camada fundamental, mais antiga e maior, é o *id*, o domínio do inconsciente, dos instintos primários. O *id* está isento das formas e

princípios que constituem o indivíduo consciente e social. Não é afetado pelo tempo nem perturbado por contradições; ignora valores, bem e mal, moralidade. Não visa à autopreservação: esforça-se unicamente pela satisfação de suas necessidades instintivas, de acordo com o princípio de prazer.

Trata-se, pois, da busca de satisfazer suas necessidades primárias básicas. Esse tipo de satisfação com base em suas “necessidades instintivas”, assemelha-se aos conceitos definidos por Marcuse na *repressão do indivíduo*. No entanto, quando o ser humano sofre estímulos com características de *id*, sua racionalidade nas decisões é asfixiada.

A construção desse novo indivíduo, já liberto de suas insígnias pessoais, fomenta o desenvolvimento e a superação de limites de sua conduta no meio social. Imaginemos a conduta de uma sociedade no início do século XX, enriquecida com preceitos e doutrinas, que substancialmente passava por uma transição para uma vigência capitalista, com a capacidade exponencial de desenvolvimento ainda latente e carente de recursos, mas com base nessas novas perspectivas, com capacidade de consumo elevada, novas ferramentas, podendo citar como exemplo, o automóvel, que rompeu milênios de condução humana feita por tração animal.

Essa busca por novas oportunidades, exige do ser humano um entendimento das responsabilidades de seus atos, já que, as melhores oportunidades exigem que as pessoas estejam capacitadas. Essa capacidade humana, quando confrontada com os aspectos configurados pelo “id” que ignora (valores, bem, mal, moralidade, etc), começa a destacar a necessidade de regramento ético de convívio social.

Observemos que a época exige do ser humano, capacidade mental diferenciada para absorver tamanha quantidade de informações e mudanças que estão ocorrendo simultaneamente. A satisfação exclusiva do seu prazer descrita na citação anterior, contribui na identificação da necessidade de elaboração de determinados procedimentos de contenção. Mas como regular um indivíduo que esteja vivenciando uma época com tantas mudanças, transformações?

Marcuse (1975, p.48), encontra no *Ego* a tentativa de equilíbrio; o descreve como “o mediador entre o id e o mundo externo”, pois o mesmo *id*, segue lutando “cegamente pela gratificação de seus instintos”. Marcuse (1975, p.49) conclui descrevendo a importância do *Ego* no impedimento da aniquilação da existência do *id*.

[...] o principal papel do ego é coordenar, alterar, organizar e controlar os impulsos instintivos do id, de modo a reduzir ao mínimo os conflitos com a realidade, reprimir os impulsos que sejam incompatíveis com a realidade, reconciliar outros com a realidade, mudando o seu objeto, retardando ou desviando a sua gratificação, transformando o seu modo de gratificação, amalgamando os com outros impulsos etc. Dessa maneira, o ego destrona o princípio de prazer, que exerce indiscutível influência sobre os processos do id, e substitui-o pelo princípio de realidade, que promete maior segurança e maior êxito.

Entre as questões levantadas anteriormente, a capacidade identificada no *Ego* de resgatar o *id* para a racionalidade dos aspectos reais da sociedade, calcificou a importância de condutas consideradas corretas para a inserção do ser humano no que tange as normas vigentes. Essa característica específica do *Ego* de regular o *id*, de certa forma, contribuiu na manutenção dos propósitos latentes de desenvolvimento.

Todavia, sem tornar o *id* o vilão do desenvolvimento da sociedade, e com base em suas características, devemos ressaltar sua importância. Se utilizarmos, uma amostragem com base nos acontecimentos nos últimos 25 anos, e delimitarmos, com base no entendimento de que vivemos a revolução tecnológica na capacidade de utilização da informação, sendo tal período descrito como a *Era da Informação*.

Essas evoluções ocorridas no período atual, em uma identificação simplista, quando buscamos entender de que forma os pioneiros das ações agiram na implantação de seus ideais, defrontamos com características, hoje consideradas empreendedoras, mas que, possuem inúmeras características de pessoas com perfis mentais no *id*. Todos aqueles que revolucionaram e trouxeram soluções, baseados na tecnologia, tais como, Steve Jobs, Bill Gates, Mark Zuckerberg, entre tantos outros, tomaram decisões consideradas estratégicas que foram fundamentais no sucesso dos seus empreendimentos, tendo o *id* como o estado mental predominante nas ações.

Entretanto, o sucesso das ações, representa uma fração de resultados que atingiram êxito. O fracasso ainda predomina sobre o sucesso, e empreender com base no que o *id* determina como correto, seria delimitar excessivamente as possibilidades do empreendedor. O equilíbrio de *id* e *ego* seria a solução, a curto prazo para a sociedade, todavia, uma terceira via pode redefinir os conceitos e caminhos da conduta humana, tendo no *superego* uma terceira via de possibilidades e soluções.

Compreender o que Marcuse, descreve no *superego* facilita o entendimento com relação a perspectivas das ações humanas e suas decisões. Com base nas definições, mesmo que de forma ainda singular, e sem um embate que possa colocar em jogo as evidências descritas por Freud. O autor descreve que o surgimento do *superego* pode ser compreendido como uma evolução do *ego*. Essa necessidade evolutiva é definida da seguinte forma:

No curso do desenvolvimento do *ego*, outra “entidade” mental surge: o *superego*. “Tem origem na prolongada dependência da criança na tenra idade, com relação aos pais; a influência parental converte no núcleo permanente do *superego*. Subsequentemente, uma série de influências sociais e culturais são admitidas no *superego*, até se solidificar no representante poderoso da moralidade estabelecida daquilo “a que as pessoas chamam as coisas superiores na vida humana. (MARCUSE, 1975, p.48)

O *superego* surge como uma contraposição ao *id*. As perspectivas são todas voltadas a racionalidade e o excesso de procedimentos organizados metodicamente. Esse princípio, alimenta uma inovação na ação humana. Anteriormente, a relação de vivência em sociedade era compelida com base aos desejos pessoais, sem qualquer tipo de controle ou restrições. O *ego* emerge como um delimitador dessa atividade, demonstrando a realidade para aquele que estava condicionado ao modo de vida regrado apenas pelos seus desejos pessoais.

Todavia, o *ego* surge apenas como um orientador, mas que com o passar do tempo representa uma possibilidade de conversão, corrupção do seu estado original. Poderia ser representado pela vitória dos desejos contra a razão. O interessante é sempre direcionar a tendência de mudanças para os aspectos irracionais (*id*), que seguem o caminho contrário ao que a sociedade predispõe como ideal. A possibilidade de conversão de personalidades caracterizadas com tendências a decisões no *id* para a *ego* remeteu a um novo conceito: o *superego*.

Essa nova fronteira do conhecimento da mente humana, demonstrou segundo Marcuse as suas atribuições. Enquanto “as restrições exteriores”, são introjetadas e criadoras da “culpabilidade humana”, influenciam diretamente no poder de decisão do *ego* “criando o desejo de restringir”, sendo na verdade identificado que: “De modo geral, o *ego* efetua as repressões a serviço e a mando do *superego*” (MARCUSE, 1975, p.49).

## 2.5 A ressocialização como desenvolvimento social (Amartya Sen)

Quando foi publicada a obra *Desenvolvimento como Liberdade* no ano de 1999, Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel de Economia em 1998, buscava nestes escritos discutir de que forma a sociedade lida com a liberdade, que de certa forma, assistia como um ato natural do ser humano. Conforme a expansão deste novo formato social, baseado na busca intermitente de novos caminhos e soluções que tragam um determinado conforto e satisfação das necessidades pessoais, o indivíduo, involuntariamente, remete sua liberdade a participar deste processo. Sen (1999, p.17) diz que “o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades que as pessoas desfrutam.”

Mas o desfrutar que Sen cita está vinculado diretamente a que tipo de liberdade? Temos realmente algum tipo liberdade em nossas escolhas e decisões? Temos sempre em mente que o ato decisório, o livre arbítrio que binariamente define as escolhas, são simbioses esquematicamente vinculados a liberdade. A sensação de liberdade ou a sua privação pode estar relacionado a diversos fatores, que em determinados momentos, difere daquele aspecto retórico do sentido de liberdade. Sen (1999, p.25) apresenta 05 (cinco) tipos distintos de liberdade. São eles “ (1) liberdades políticas, (2) facilidades econômicas, (3) oportunidades sociais, (4) garantias de transparência e (5) segurança protetora.”

Entretanto, numa análise dos cinco termos sem um aprofundamento dos seus conceitos, identificamos que todos seguem expectativas distintas. Esse caminho antagônico, na verdade segundo Sen (1999, p.25) quando confrontadas permite “ entender uma notável relação empírica que vincula, umas às outras, liberdades diferentes.” Essa capacidade de fundir termos opostos, fomenta ao pesquisador a busca por respostas, que somem ao princípio norteador do tema que é a liberdade.

Tendo em vista que o objetivo da pesquisa, remete ao processo de ressocializar indivíduos que infringiram as normas e leis, e que foram punidos com a retirada dos seus direitos civis, num determinado período de tempo, e somado a ausência de liberdade, a internação que restringe sua liberdade de convívio em sociedade, sendo inserido num regime de internato, nas unidades prisionais onde cometeram o crime. Certamente outros aspectos acabam surgindo, no decorrer de sua prisão, tais como, perda do seu emprego, ausência da família, capacidade

financeira reduzida ou dependendo do caso sem nenhum tipo de remuneração. A questão a ser levantada é de que forma, com base no que Amartya Sen, conceitua no livro *Desenvolvimento como Liberdade*, pode contribuir na identificação da decisão humana de cometer crimes ou delitos.

Sen (1999, p.26) diz que “[...] com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros.” Neste sentido, está identificada a capacidade do desenvolvimento humano, desde que sejam ofertadas as oportunidades condizentes. Essa perspectiva contribui para pensarmos a realidade dos sistemas prisionais, em que temos a constante alternância da conduta humana, sendo privada de liberdade com base nas determinações destoantes da conduta dos indivíduos inseridos nestes espaços. Para além deste aspecto específico, Sen (1999, p.29) chama atenção para a questão da liberdade e de sua privação em nossa época em uma dimensão global:

Fomes coletivas continuam a ocorrer em determinadas regiões, negando a milhões a liberdade básica de sobreviver. Mesmo nos países que já não são esporadicamente devastados por fomes coletivas, a subnutrição pode afetar numerosos seres humanos vulneráveis. Além disso, muitas pessoas têm pouco acesso a serviços de saúde, saneamento básico ou água tratada, e passam a vida lutando contra uma morbidez desnecessária, com frequência sucumbindo à morte prematura.

Essas privações de liberdade, de certa forma, aquelas consideradas de subsistência primária, contribuem diretamente na propagação de certos tipos de condutas destoantes em relação as regras e normas inerentes ao processo civilizatório. A capacidade humana de semear diferenças, seja por conquistas de espaços, ou até mesmo na condição de sobrevivência da espécie, ratifica a ideia, as quais retornam na forma de indivíduos que desencaixam do controle social e passam a receber as devidas punições.

O século XIX, por exemplo, foi regido por determinações oriundas de decisões inglesas. Tanto o mercado de trabalho, a riqueza e capacidade de investimento na expansão territorial foi coordenada por líderes de origem inglesa. A matriz central da Revolução Industrial fomentou tais direcionamentos da sociedade moderna cindida em classes. A transição de um sistema artesanal para um método mecanizado que modificou completamente a forma de produção de mercadorias, promoveu para além da economia determinações sociais e políticas que passaram a impactar diretamente sobre a concepção e materialização da liberdade. Entretanto,

mesmo com a dominação colocada, Sen (1999, p.29) destaca que países ricos sofrem com mazelas de países pobres “[...] mesmo em países muito ricos, às vezes a longevidade de grupos substanciais não é mais elevada do que em muitas economias mais pobres do chamado Terceiro Mundo.”

A privação de liberdade ocorre em diferentes esferas e podemos compreender que em alguns aspectos a capacidade de criação de condições mínimas de subsistência e qualidade de vida sofre alterações negativas conforme as privações. De acordo com Sen (1999, p.30) “[...] as evidências empíricas indicam veementemente que o crescimento econômico está mais ligado a um clima econômico mais propício do que a um sistema político mais rígido.” Ao utilizar um único parâmetro para tentar definir a origem da privação de liberdade, Sen aponta para a capacidade humana em suas tomadas de decisões. Essas decisões caracterizam um processo mais amplo dos aspectos de determinação da privação da liberdade. Assim, “[...] com grande frequência, a insegurança econômica pode relacionar-se à ausência de direitos e liberdades democráticas.” (SEN, 1999, p.30). De fato, a privação de direitos reflete tanto em prejuízos para a dimensão econômica quanto diretamente sobre o indivíduo que passa a estar cada vez mais suscetível a privação de liberdades.

A economia moderna demonstra uma dinâmica concentradora de riqueza, restringindo a capacidade e o acesso aos meios de produção. Por conseguinte, de acordo com Sen (1999, p.31) “o capitalismo controla não apenas o acesso a bens e serviços, mas as condições de liberdade”. Com isso, o desenvolvimento depende da “[...] liberdade que envolve tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as circunstâncias pessoais e sociais.” (p.31). De modo específico, a capacidade que as organizações dentro do mercado atingiram em expandir suas produções alavancou os mais diversos setores empresariais, os quais de certa forma, numa busca contínua pela otimização entre produção e consumo, construíram formas padronizadas de crescimento econômico.

Conforme ocorria o crescimento, o desenvolvimento passou a ser concebido como exclusividade do acúmulo de capital. Entretanto, a dimensão social ficou desprotegida em meio aos ideais do mercado caracterizados em liberal e neoliberal. Emerge nessa contradição entre mercado e sociedade a necessidade de se

conceber um formato produtivo que fosse o elemento essencial do desenvolvimento de uma sociedade. Apenas neste viés, conforme entende Sen (1999, p.32) “[...] liberdades individuais substantivas são consideradas essenciais.”

Diante disso, o conceito de liberdade passa a estar vinculado com a capacidade econômica. Sen (1999, p.33) descreve que “[...] a liberdade é não apenas a base de avaliação de êxito e fracasso, mas também um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social.” Essa eficácia está ligada diretamente a capacidade que o indivíduo tem de consumir determinado produto, dentro do seu meio social, o que implica diretamente em uma das possíveis maneiras de ser livre. Esse meio social pode ser pensado como uma rede de interconexões entre diferentes esferas e diferentes relações que os indivíduos estabelecem entre si e com as instituições sociais, formando os espaços sociais. Segundo Castells (2005, p.499) “[...] espaço é a expressão da sociedade.” Junto a isso, os espaços promovem ou inviabilizam a manifestação das liberdades. A diferenciação social se dá na formação do indivíduo com êxito ou com fracasso, sendo a construção do ambiente a possibilidade de equalizar as liberdades.

Diante disso, para Sen a privação de capacidades individuais e liberdades está ligada ao baixo nível de renda. Essa correlação representa uma afirmativa verdadeira, já que conforme o indivíduo tem acesso a menos a formação de suas capacidades e talentos, a possibilidade do mesmo ter condições de ampliar seu poder aquisitivo torna-se limitado. Para Sen:

O papel da renda e da riqueza – ainda que seja importantíssimo, juntamente com outras influências – tem de ser integrado a um quadro mais amplo e completo de êxito e privação (SEN, 1999, p.35)

A renda e a riqueza no processo social definirão a formação das classes sociais, bem como a expansão da pobreza e da desigualdade social. De fato, a formação de classes delimitou aqueles que obtém o domínio do capital que segundo Marx (1867, p.289):

Historicamente, o capital, em seu confronto com a propriedade fundiária, assume invariavelmente a forma do dinheiro, da riqueza monetária, dos capitais comercial e usurário. Mas não é preciso recapitular toda a gênese do capital para reconhecer o dinheiro como sua primeira forma de manifestação, pois a mesma história se desenrola diariamente diante de nossos olhos. Todo novo capital entra em cena – isto é, no mercado, seja

ele de mercadorias, de trabalho ou de dinheiro – como dinheiro, que deve ser transformado em capital mediante um processo determinado.

Todas essas informações nos levam ao entendimento de que a formação do capital, juntamente com a perspectiva de um objeto de lucro conduziu o desenvolvimento, não só do conceito do *mais valia*, mas também desse condicionamento do indivíduo ao processo gerador de riqueza. A concentração de renda no capitalismo produz determinada exclusão e, neste caso específico, as reduções da capacidade de exercer sua liberdade. Essas relações numa visão binária são representadas pelo dominante e dominado. O dominante com a perspectiva de, no mínimo manter-se no poder, objetivando sempre o crescimento e controle sobre o dominado. O dominado, mesmo com toda a dificuldade da ausência de recursos e sob o domínio e controle da renda que supre as demandas geradas a partir de sua inserção ao grupo social.

Com isso, segundo Sen a sua liberdade foi perdida e trocada pelos objetos que o desenvolvimento em sociedade foram oferecidos e a substituem num processo contínuo e interminável. Sen (1999, p.34) fala da “privação de capacidades individuais pode estar fortemente relacionada a um baixo nível de renda, relação que se dá em via de mão dupla”. Com isso, o nosso exemplo promissor não induz ao entendimento de que basta investir em tempo, dinheiro, saúde, etc. que atingiremos o êxito. Antes torna-se necessário a construção e fortalecimento de um campo de direitos sociais para que o desenvolvimento possa se converter em defesa das liberdades.

Sen (1999, p.34) fala que “[...] as privações de renda e as privações de capacidade com frequência apresentam consideráveis encadeamentos correlatos.” Sendo assim, o indivíduo mesmo que busque desenvolver e alcançar seus objetivos, está restrito as oportunidades que o meio o condicionam. Diz mais que “o papel da renda e da riqueza – ainda que seja importantíssimo, juntamente com outras influências – tem de ser integrado ao quadro mais amplo e completo de êxito e privação.” (SEN, 1999, p.34). Tendo em vista esse posicionamento adquirido com relação a capacidade do indivíduo com relação a suas perspectivas de oportunidades na sociedade Sen (1999), no desenvolvimento do tópico *Pobreza e desigualdade*, caracteriza a pobreza como “[...] como uma privação de capacidades básicas, e não apenas como baixa renda” (p.35). O autor observa que a análise da

posição do indivíduo na sociedade, baseando-se apenas na capacidade financeira do mesmo, nem sempre pode representar verdadeiramente o resultado.

A identificação de outros aspectos, que podem influenciar no resultado de pobreza de determinado público de uma sociedade, pode ter evoluído de outros fatores. Sen cita alguns exemplos e destaca uma situação que ocorre na Europa. Diz:

A presença de níveis elevados de desemprego na Europa (cerca de 10% a 12% em muitos dos principais países europeus) implica privações que não são bem refletidas pelas estatísticas de distribuição de renda. Com frequência se tenta fazer com que essas privações pareçam menos graves, argumentando que o sistema europeu de seguridade social (incluindo o seguro-desemprego) tende a compensar a perda de renda dos desempregados. (SEN, 1999, p.35)

Diante disso, muda-se a concepção de análise dos motivos da formação de pobreza e conseqüentemente a formação de uma desigualdade. A desigualdade e a informação com relação ao nível de pobreza na Europa, e a forma com ela é direcionada com base em retóricas que tem o objetivo de modificar os resultados, todavia utilizando de comparações não equivalentes ao resultado.

Com isso, a iniciativa estatal em demonstrar determinada calma, não representando a realidade da sociedade. Sen (1999, p.35) diz “[...] desemprego não é meramente uma deficiência de renda que pode ser compensada por transferência do Estado.” O papel do Estado está justamente em diagnosticar as lacunas do desenvolvimento e conforme a capacidade de investimento interferir de forma que atinja corretamente o referido problema.

Entretanto, as devidas soluções emergem e esbarram em diversas dificuldades que, conforme suas particularidades permitam intervir e modificar suas decisões. Todavia, propor uma solução, sem observações de todas as variáveis, inviabiliza qualquer alternativa. A capacidade de mediação é a fonte de riqueza do desenvolvimento e a pobreza e a formação de suas desigualdades segundo Sen (1999, p.35) “é também uma fonte de efeitos debilitadores muito abrangentes sobre a liberdade, a iniciativa e as habilidades dos indivíduos”. Ter acesso as condições mínimas, com visitação in loco do sistema prisional, já vislumbram uma infinidade de pensamentos positivos voltados ao resultado almejado. Quando observamos que o Estado tenta demonstrar certos resultados, que de certa forma, estão vulnerabilizando sua posição com relação a outros Estados, e que utiliza de

metodologias que manipulam a sua interpretação, na verdade, o Estado está incentivando a restrição da liberdade do indivíduo.

Essa alteração da realidade ocorre também em pequenos ambientes como é o caso, por exemplo, que envolve o sistema prisional do Estado de Mato Grosso do Sul. A criação de mecanismos que incentivem a formação profissional do apenado dentro das prisões e que proporcione a oportunidade de uma nova formação do caráter do indivíduo, quando ocorrem avaliações das condições dos presídios, o que podemos observar é um temor funcional relativo a periculosidade do ambiente ao invés da exposição das mazelas.

Na eminência das visitas técnicas, independente de qual unidade prisional do estado, tudo é representado de forma que, aos olhos do visitante tudo esteja funcionando numa normalidade, que não condiz com a realidade do local. Tal atitude, com vistas a preservar determinada posição profissional, ofusca oportunidades de mudanças que poderiam intervir na qualidade de vida daqueles que são os mais afetados: os presos. A manutenção de determinado modo de operacionalizar a funcionamento dos sistemas prisionais tem contribuído, assim como acontece no exemplo do desemprego na Europa, na manipulação de forma negativa dos resultados.

Quando descrevemos uma determinada pessoa que sai da prisão e tenta a inserção social onde se depara com a perda de autonomia, a qual caracteriza mesmo quando a pena já foi cumprida. O tempo que a pessoa passou ocioso na prisão acarretou que no período em que ficou ali recolhido, sua profissão ou ofício tenha sido substituído ou passado por um processo de evolutivo que o mesmo não acompanhou, tendo em vista, a ausência de oportunidades nas unidades prisionais.

Conseqüentemente, sua confiança com relação a sua inclusão ao mercado de trabalho passa por momentos de dificuldades, já que, em sua maioria, a família resistiu ao tempo e espera em sua saída o reinício da construção do ambiente familiar. Essa pressão por resultados, tendo em vista, que economicamente o mesmo precisa de resultados a curto prazo, pode também afetar sua saúde física e psicológica.

No calor de todo esse processo de inclusão a sociedade, o mesmo, desprovido de ferramentas, busca sua única alternativa naquilo em que teve acesso: a criminalidade. A narrativa de um caminho degenerativo do ser humano, vem ao

encontro dos preceitos de Sen (1999) de desenvolvimento como liberdade, e que sua liberdade está vinculada ao desenvolvimento social de criação de direitos e oportunidades. Essa vinculação converge ao papel da sociedade no desenvolvimento de oportunidades, mas que tais, sejam disponibilizadas.

As oportunidades têm origem na construção dos direitos individuais, o que deve refletir nas relações de mercado. Essa liberdade com qualidade de vida está vinculada segundo Sen nos determinantes da economia “[...] a origem da economia foi significativamente motivada pela necessidade de estudar a avaliação das oportunidades que as pessoas têm para levar uma vida boa e as influências causais sobre essas oportunidades.” (SEN, 1999, p.40).

### **3. Estado da Arte**

#### **3.1 Experiências concretas de ressocialização**

O processo de reinserção de uma pessoa que de alguma forma, cometeu infração na legislação nacional sendo punida com a reclusão nas unidades prisionais de todo o Brasil, vem ao encontro do que já é aplicado em diversas nações, com destaque a Islândia e Holanda. O fato de simplesmente recolher uma pessoa da sociedade e restringir sua liberdade, de certa forma, não significa que esse período em si, seja suficiente para que a pessoa saia consciente de que a prisão representou um processo de mudança, na forma como essa pessoa se comportara após a liberação da prisão.

Esse processo de apenas castigá-los com a perda da liberdade, em determinado período da sociedade, obteve uma eficácia delimitada, ratificado com

base no elevado índice de reincidentes nas unidades prisionais. O estado além de confirmar sua ineficácia na reabilitação do indivíduo, ainda amplia sua punição pelo seu retorno as prisões. O aspecto punitivo prevalece sobre a adoção de novos mecanismos de reinserção a sociedade.

Constantemente nos mais diversos meios de comunicação, identificamos a relação de punição\exclusão da sociedade daqueles que cometem crimes, principalmente, quando do uso do poder de mediar a informação, observa-se apenas o fato do delito. Esse formato de explicar determinado ato ocorrido, sem uma análise criteriosa do que realmente conduziu determinado indivíduo a cometer o referido crime, fomenta uma concepção limitada do conhecimento dos fatos.

A observação, no sentido de enriquecer o debate sobre determinado tema relacionado ao que ocasionou não é discutido em sua maioria em nenhum momento. A finalidade da observação não é proteger ou buscar respostas para o cometimento do crime, mas de alavancar a construção do entendimento e reflexão do ato humano.

Ressocializar deve ser discutido da sociedade para as prisões, e não o oposto. Essa incongruência remete a sociedade num todo a pensar que as prisões têm como finalidade específica isolar e punir o detento. Concomitantemente, fortalecendo a discriminação e deixando apenas ao Estado o papel de fornecer condições para que o apenado se reabilite e retorne a sociedade, minimizando os riscos de reincidência de crimes.

Todavia, as prisões desde o processo inicial de concepção, até a atualidade são conduzidas dentro de um mesmo sistema de ação. A formação das unidades prisionais do País, é fruto do processo evolutivo espelhado em condutas consideradas de sucesso em todo o mundo. Todavia, tornar o ser humano homogêneo no seu modo de agir, seria pueril, tendo em vista a complexidade do que está sendo discutida.

Ao tratar as mudanças, podemos descrever que o processo de ressocialização está apenas no princípio, propõe-se ao leitor acompanhar de que forma, esse processo está sendo desenvolvido no sistema prisional do Estado de Mato Grosso do Sul. A ação de modificar as decisões humanas, com base na oportunidade, faz parte de um processo novo não apenas nas ações locais. Investir em quem decidiu não cumprir com as determinações impostas por legislações e ao

descumpri-las assumir o risco, já constrói um processo de rejeição pela sociedade desse processo de reinserção com base em novas oportunidades.

A dimensão territorial no Brasil, reconhecida mundialmente pelo seu tamanho continental, é mais uma variável na somatória das suas particularidades. A divisão do território em 05 (cinco) regiões, que tecnicamente tinha o objetivo de facilitar a forma em que o Estado brasileiro administraria todo esse espaço, acabou delimitando corretamente as características e peculiaridades de cada região. As particularidades e características que podem ser encontradas na região Norte, são totalmente diferentes do que encontraremos na região Sul.

Esse aspecto continental e suas heterogeneidades podem fornecer hipóteses interessantes a determinados questionamentos. Sendo assim, se analisarmos as prisões do estado de Mato Grosso do Sul, identificaremos uma grande quantidade de pessoas oriundas de outros estados e de todas as regiões do Brasil. O objetivo principal está envolto nessa heterogeneidade de povos, em como um determinado órgão público aplicara políticas públicas voltadas a ressocialização de detentos. Demonstraremos de que forma, a ressocialização por meio da qualificação de mão de obra, com tamanha miscigenação e diferenças não apenas culturais, mas de conhecimentos e capacidades profissionais.

O perfil heterogêneo dos internos dentro do estado de Mato Grosso do Sul, representa a complexidade no que tange a definição de métodos específicos no âmbito geral. Tendo em vista, que as políticas públicas observam, apenas o objeto receptor do desenvolvimento num todo, cabe ao pesquisador mensurar as diferenças regionais onde estão implantadas as unidades prisionais.

Tomemos, a princípio, como exemplo, a unidade prisional, que circundam as fronteiras do Estado de MS. O município de Ponta Porã está localizado na extremidade Sul do Estado fazendo fronteira com o Paraguai. Observe no mapa a seguir:

MAPA 1 – Faixa de Fronteiras no Estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: AGEPEN (2009)

Podemos observar que, mesmo sendo um município fronteiriço, a cidade de Ponta Porã passa por influências culturais. Na cidade Ponta Porã, que faz divisa com o município de Pedro Juan Caballero no Paraguai, as características da população estão voltadas a convergência entre esses povos pelo fato de sua conurbação. A intenção de exemplificar, utilizando o município, é justamente demonstrar que, qualquer processo de desenvolvimento de projetos voltados a ressocialização dos internos, precisará passar por adequações que fomentem a necessidade da população carcerária local. O mapa identifica na cor verde, as cidades que possuem unidade prisional no Estado, fato este justificando sua fonte de origem.

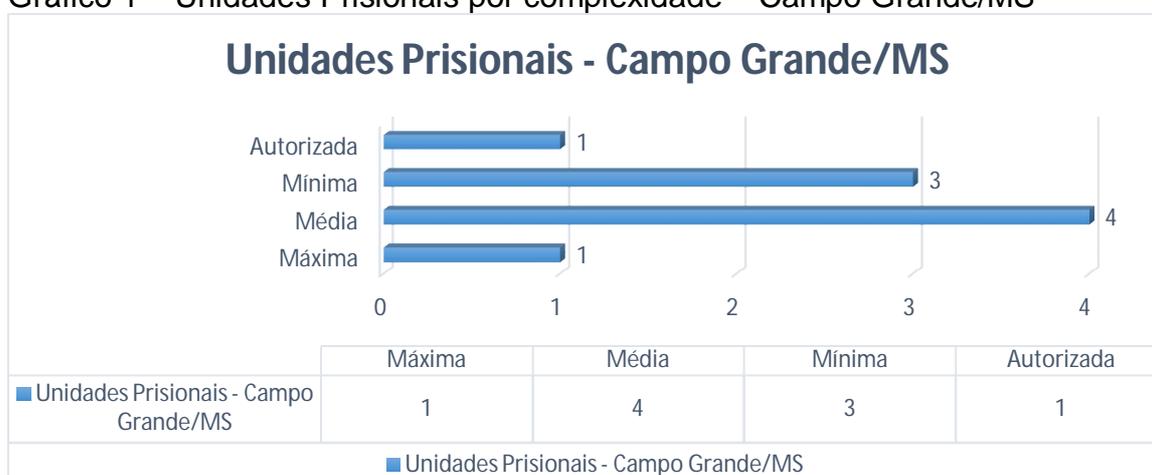
Encontrar uma metodologia que possa ser eficaz no que podemos estar representando do modo mais transparente possível, devemos observar o município que contém o maior quantitativo de internos no Estado, ou seja, Campo Grande. Em

um complexo penitenciário, onde estão localizados 03 (três) penitenciárias com lotações muito acima de suas capacidades, poderemos dar início a este processo de identificação das iniciativas de ressocialização.

### 3.2 Unidades Prisionais – Campo Grande

Tomemos como exemplo a cidade de Campo Grande, a capital do Estado, que possui 09 (nove) unidades prisionais nos mais diversos regimes, segundo dados da AGEPEN (Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário) em seu site oficial.

Gráfico 1 – Unidades Prisionais por complexidade – Campo Grande/MS



Fonte: Elaborado pelo Autor

O gráfico descreve os níveis de complexidade das unidades penais localizados em Campo Grande. A unidade considerada a de Segurança máxima, é o Estabelecimento Penal Jair Ferreira de Carvalho com uma população carcerária com mais de 2.000 mil pessoas.

As unidades penais Centro de Triagem “Anizio Lima”, Estabelecimento Penal Feminino “ Irmã Irma Zorzi”, Instituto Penal de Campo Grande e Presídio de Trânsito, compõem as unidades de Média complexidade. Já as consideradas de mínima complexidade são aquelas que representam regimes de Semiaberto, Aberto e Casa do Albergado, num total de 03 estabelecimentos. Nos resultados temos uma unidade prisional que não está em funcionamento, sendo destacada no gráfico como autorizada, sendo que, como já foi publicado em Diário Oficial do Estado Decreto de criação, a sua exclusão poderia até a conclusão do estudo, torna-lo imparcial nos seus resultados.

Sendo assim, com base no Núcleo de Informações Criminais (NIC), setor este vinculado a AGEPEN, as unidades penais de Campo Grande em junho de 2017, em todos os seus regimes de prisão, somadas possuem 6.644 (seis mil e seiscentos e quarenta e quatro) internos. Entretanto, a junção de regimes prisionais, dificulta a mensuração dos dados com base na pesquisa proposta. Essa diferenciação precisa ser desenvolvida, já que, os incentivos a ressocialização ocorrem com internos de regime fechado tendo a AGEPEN com base numa estrutura organizacional dividida em setores a finalidade de atender a demanda. Segue abaixo um quadro básico com a finalidade de demonstrar as atribuições de cada setor.

Quadro 1 – Diretorias da AGEPEN e suas atribuições

<b>TÉCNICO PENITENCIÁRIO DAS TRÊS ÁREAS DE ATUAÇÃO UNIDADES PENAIS DOS TRÊS REGIMES (FECHADO, SEMI-ABERTO E ABERTO)</b>		
<b>DIRETORIA DE OPERAÇÕES DOP –</b>	<b>DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA PENITENCIÁRIA – DAP</b>	<b>DIRETORIA DE APOIO OPERACIONAL - DAO</b>
<b>SEGURANÇA E CUSTÓDIA</b>	<b>ASSISTÊNCIA E PERÍCIA</b>	<b>APOIO OPERACIONAL</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓Custódia, Vigilância e Disciplina</li> <li>✓Controle Social dos Presos</li> <li>✓Mudanças Comportamentais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓Perícia</li> <li>✓Reabilitação e Valorização Humana</li> <li>✓Estímulo a Mudanças Comportamentais</li> <li>✓Para a Reintegração Familiar e Social</li> <li>✓Identificação de Potencialidades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓Planejamento</li> <li>✓Administração de Recursos Humanos, Materiais e Patrimoniais</li> <li>✓Orçamento e Finanças</li> <li>✓Transporte</li> <li>✓Almoxarifado</li> <li>✓Gestão de Documentos</li> </ul>

Fonte: ESPEN (2010)

A relação de ressocialização com os internos de regime fechado não impede que sejam desenvolvidos projetos nos regimes mais brandos. Todavia, a perspectiva do interno que está em regime fechado é inferior ao do regime semiaberto ou aberto, já que os regimes semiaberto e aberto foram conquistados pelo interno após um período de cumprimento de pena em regime fechado. Com isso, Campo Grande possui 4.432 (quatro mil quatrocentos e trinta e dois) presos nas unidades de regime masculina de regime fechado. Com relação as internas, a capital do estado está com 329 (trezentos e vinte e nove) presas.

### **3.2.1 Complexo Penitenciário Masculino de Campo Grande – MS**

A formação do Complexo Penitenciário da cidade de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul, que atualmente é composto pelo Estabelecimento Penal Jair Ferreira de Carvalho (anteriormente conhecido como “Máxima”), pelo Centro de Triagem “Anízio Lima”, Instituto Penal de Campo Grande e o Presídio de Trânsito de Campo de Grande.

Juntos, estas unidades representam uma população prisional de mais de 4 mil homens, valores estes apresentados de forma aproximada, tendo em vista volatilidade do seu quantitativo. Segundo dados da AGEPEN, publicados no site oficial a cidade de Campo Grande possuía em novembro de 2017, um total de 4.427 (quatro mil e quatrocentos e vinte e sete) pessoas presas no regime fechado do sexo masculino. A distribuição destes internos é feita no complexo citado, conforme a finalidade definida para cada estabelecimento.

De forma que, a pessoa quando é detida e após um determinado período em que a sua situação prisional fica definida, ou seja, será mantido recolhido até o julgamento, o mesmo deve ser recambiado para o regime fechado, e nesta inclusão ao sistema prisional, ele é recambiado ao Presídio de Trânsito da Capital. Essa unidade prisional foi criada a partir do decreto nº 11.559, de 04 de março de 2004. Neste decreto foi especificado que a sua finalidade é alojar presos provisórios até a efetivação de sua sentença.

Todavia, a relação entre a entrada de internos é superior que a saída e que se fosse possível cumprir o que foi determinado, a estrutura do complexo não suportaria a quantidade de pessoas presas aguardando condenação. Essa morosidade ocorre pela dependência de um posicionamento do judiciário na definição da situação do interno.

Com isso, a distribuição do interno nas demais unidades prisionais do complexo ocorre fora do que foi determinado em lei. Segundo a lei de execuções penais, lei federal 7.210, de 11 de Abril de 1984, em seu artigo 102 diz: “ a cadeia pública destina-se ao recolhimento de presos provisórios”. No artigo seguinte continua “ cada comarca terá, pelo menos 01 (uma) cadeia pública a fim de resguardar o interesse da Justiça Criminal e a permanência do preso em local próximo ao seu meio social e familiar”.

Observemos que a finalidade inicial da existência do Presídio de Transito é compatível com o que a legislação exige. A sua inauguração retirou das delegacias de polícia de Campo Grande, a custódia dos internos, desvinculando uma atribuição que não é competência de agente da polícia. Entretanto, segundo dados de Agepen<sup>4</sup>, a cidade de Campo Grande, em todos os seus regimes prisionais (fechado, semiaberto, aberto e monitoramento eletrônico) um total de 6.657 internos, sendo 2.668 internos na condição de processado.

Esse total de internos processados, que para o Estado são provisórios, já que segundo a Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 5º, inciso LVII descreve “Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. A lei de execução penal<sup>5</sup> define em seu artigo 84 de forma bem clara “o preso provisório ficará separado do preso condenado por sentença em transitada em julgado”. Com isso, a nossa lei maior define, o direito do preso provisório em se manter em unidades prisionais condizentes a sua realidade. Mas de que forma, o sistema prisional de Mato Grosso do Sul lida com a realidade da superlotação de suas unidades em contrapartida com que a legislação exige, tendo em vista, que a realidade é incompatível com as leis.

O Instituto Penal de Campo Grande (IPCG) foi inaugurado no ano de 1979, considerado uma unidade prisional de segurança média, abriga segundo o diretor da unidade, Francisco Américo Sanabria, mais de 2.000 internos. Destes, em média 50% são presos já condenados. A questão em tese é a alocação de internos provisórios em local específico para internos condenados. Mesmo com o investimento em estrutura que respeite as exigências das leis, tanto o Estado quanto o governo federal têm acesso aos dados estaduais que elucidam a realidade. Os gestores do órgão responsável pela custódia dos internos, de certa forma, são condicionados a tomarem decisões conflitantes e assumindo determinados riscos que poderão ser responsabilizados criminalmente.

O Centro de Triagem (CT) “Anizio Lima” também foi constituído como unidade para alojar presos condenados, sendo sua estrutura reconhecida como de segurança média. Neste local, que comparado aos demais complexos, possui uma estrutura inferior, com poucas celas e que na sua criação tinha a finalidade específica de integrar no local, presos que passariam pela avaliação de uma

---

<sup>4</sup> Dados de Novembro de 2017, no site [agepen.ms.gov.br](http://agepen.ms.gov.br)

<sup>5</sup> Lei Nº 7.210, de 11 de Julho de 1984, Institui a Lei de execução penal.

comissão de tratamento. Essa classificação do interno fundamenta-se no que é exigido na Lei de execuções penais onde diz:

Art. 5º Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal. Art. 6º A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório. Art. 7º A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por 2 (dois) chefes de serviço, 1 (um) psiquiatra, 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade. Parágrafo único. Nos demais casos a Comissão atuará junto ao Juízo da Execução e será integrada por fiscais do serviço social. Art. 8º O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução. Parágrafo único. Ao exame de que trata este artigo poderá ser submetido o condenado ao cumprimento da pena privativa de liberdade em regime semiaberto. Art. 9º A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá: I - entrevistar pessoas; II - requisitar, de repartições ou estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado; III - realizar outras diligências e exames necessários. Art. 9º-A. Os condenados por crime praticado, dolosamente, com violência de natureza grave contra pessoa, ou por qualquer dos crimes previstos no serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA - ácido desoxirribonucleico, por técnica adequada e indolor. § 1º A identificação do perfil genético será armazenada em banco de dados sigiloso, conforme regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo. § 2º A autoridade policial, federal ou estadual, poderá requerer ao juiz competente, no caso de inquérito instaurado, o acesso ao banco de dados de identificação de perfil genético. (LEP, 1984)

Observemos que a Lei citada anteriormente representa o alicerce do objetivo principal das prisões: ressocializar o interno. Essa necessidade de quantificar e qualificar o interno com o intuito de individualizar contribuiu com a excelência ou busca de oportunidades e caminhos que impeçam sua reincidência, ponto este o que mais atenua na lotação das prisões. O objetivo estratégico, de certa forma pode ser alcançado, mesmo que as estruturas das prisões nacionais não contribuam. O simples fato da existência de uma lei que tenha como finalidade, analisar de forma individual, os atos de infração já corrobora a favor de uma oportunidade de reinserção.

Com relação ao Centro de Triagem, a finalidade inicial era condicionar internos que estivessem selecionados para a realização dos exames criminológicos, sendo sua modalidade alterada sem uma definição de uma data precisa, conforme

depoimento do Diretor da Unidade Penal, Alirio Francisco do Carmo. Na atualidade, segundo Carmo a unidade abriga internos que exercem atividades policiais (exceto militares), servidores penitenciários e no ano de 2017 era a unidade que recolhia presos políticos ou que exerciam algum posto elevado na sociedade. Carmo relata que “tivemos aqui prefeito<sup>6</sup> de Campo Grande e até ex-governador<sup>7</sup>”.

A unidade prisional descrita representa claramente a necessidade de adequação a realidade com base nas demandas prisionais. Tendo em vista que a sociedade contemporânea brasileira passa por um momento de crise nas relações políticas com as instituições privadas, onde as operações de investigação policial culminaram nas prisões de inúmeras pessoas vinculadas a cargos públicos, políticos de alto escalão, que no cargo em que foram eleitos, adquiriram responsabilidades de liderar e organizar, municípios, estados, e que corrompidos pelo dinheiro ilícito desviaram de suas atribuições de origem.

Por último, dentro desse complexo prisional, o Estabelecimento Penal “Jair Ferreira de Carvalho”, conhecido como “Máxima”, possui um maior quantitativo de presos na Capital. Com mais de 3 mil presos, a sua estrutura foi totalmente modificada devido a alguns fatos que ocorreram.

A unidade foi inaugurada no ano de 1999, com o nome de “Segurança Máxima de Campo Grande”. No ano de 2001, por meio de um decreto estadual a unidade passa a se chamar de “Estabelecimento Penal de Segurança Máxima Jair Ferreira de Carvalho”. No período inicial ao seu funcionamento, a unidade era composta por 03 (três) pavilhões que permitiam a divisão e a individualização do cumprimento da pena. Havia também uma ala específica para internos com formação de nível superior.

A sua lotação não ultrapassava 500 pessoas, e com efetivo de funcionários na sua capacidade plena, conseguia exercer suas atribuições conforme a legislação vigente. Setores de trabalho, educação e assistência ao interno funcionavam de forma adequada.

Todavia, alguns fatores começaram a contribuir para a formação da realidade atual da unidade. Primeiramente, nos últimos 15 anos, a quantidade de prisões

---

<sup>6</sup> Gilmar Olarte foi preso em 02 de outubro de 2015, ficando apenas 01 dias no Centro de Triagem, sendo reconduzido ao Presídio Militar conforme determinação judicial.

<sup>7</sup> André Puccinelli foi preso em 14 de novembro de 2017, numa operação da Polícia Federal conhecida de Operação Lama Asfáltica.

ocorridas, elevou exponencialmente a lotação da unidade prisional. O surgimento da facção criminosa no Estado de São Paulo, conhecida como PCC “Primeiro Comando da Capital”, que dependiam no sustento da engrenagem criminosa de produtos (armas, drogas, etc) oriundos, principalmente do Paraguai, e que o principal meio de acesso passa pelo território sul-mato-grossense, contribui com a elevação do número de prisões no Estado.

Concomitantemente, a rebelião conhecida como “rebelião do dia das mães”, no ano de 2006, deflagrada em quase todas as unidades penitenciárias do Estado, comandada pela facção PCC, que também ocorreu no estado de São Paulo, onde a estrutura do penitenciária foi totalmente alterada com a destruição física do local, num demonstrativo de organização e uso da força para colocar em evidencia a sociedade as mazelas dos sistemas prisionais. A eficácia na articulação entre as lideranças do PCC, que estavam presas, com os demais internos nas inúmeras penitenciarias, demonstra que o Estado serve de entreposto para o gerenciamento e desenvolvimento de organizações criminosas.

A destruição física, condicionou os servidores penitenciários a se adaptarem as mudanças na rotina da prisão. Com a sua lotação, muito superior a sua capacidade, e de forma que, emergencialmente decisões foram tomadas no intuito de disponibilizar condições mínimas de cumprimento da pena. Foram construídas no formato denominado “puxadinho”, novos pavilhões, com a finalidade específica de disciplinar e preservar a vida dos que tinham potencial para sofrerem represália.

As condições não permitiam, de imediato, que qualquer trabalho fosse iniciado, com o intuito de incentivar a ressocialização prisional. A unidade tornou-se um local de formação do crime organizado, onde suas leis internas prevaleciam sobre qualquer outra. Toda essa dificuldade foi enfrentada, e com determinação e empenho dos servidores penitenciários, foi sendo reestabelecida. A lotação prisional, não regrediu, mas foi possível reimplantar projetos de trabalho, educação, familiar aos internos.

Dentre os projetos, podemos citar o projeto “Pintando a educação com liberdade”, desenvolvido desde 2013 com internos que foram beneficiados com a progressão aos regimes Semiaberto e Aberto, com o intuito de utilizar a mão de obra prisional para reformas de unidades escolares no município de Campo Grande. Outro projeto em andamento é a implantação do Plano Estadual de Educação nas

Prisões<sup>8</sup> no ano de 2015, com o objetivo de obter apoios financeiros para ampliação e qualificação da oferta de educação nos estabelecimentos penais de Mato Grosso do Sul.

As unidades que formam o complexo penitenciário de Campo Grande possuem, mesmo com a peculiaridade da utilização de mão de obra prisional, inúmeros trabalhos e projetos voltados a ressocialização dos internos. Como a hipótese projetada na pesquisa vislumbra a capacidade que a fomentação de trabalhos utilizando o conhecimento do indivíduo, que proporcionariam a geração de renda dentro do que conceituam como economia criativa, contribuirá na formação do apenado utilizando de toda a sua capacidade técnica e conhecimentos natos do indivíduo, demonstraremos apenas os trabalhos desenvolvidos que estejam relacionados ao objeto de pesquisa.

No segundo capítulo desta pesquisa, discorreu que o trabalho nas prisões, independente de que tipo de conceituação ela ocorre, seja no sistema produtivo onde o interno que exerce o trabalho deve apenas desempenhar a tarefa com base no que foi capacitado, ou quando determinado trabalho prisional exige uma determinada tomada de decisão que utilize todo o seu talento individual. Tomemos o exemplo de um determinado trabalho prisional que envolva pintura de objetos. Por mais que a princípio, uma capacitação técnica seja suficiente para determinado exercício, a habilidade do indivíduo prevalecera sobre a técnica. Essa possibilidade de mudança de caminhos é o que transforma o objeto econômico num produto criativo.

### **3.2.2 Ressocialização e Trabalho**

A expectativa de todo interno ao adentrar numa unidade prisional é o dia de sua saída. Existem dois momentos em que mais angustiam o interno: o início de sua pena e o seu fim. Neste período, que conforme a volatilidade das penas, os profissionais do sistema prisional executam dentre as suas atribuições, um papel fundamental no processo de ressocialização e mantenedor da harmonia do ambiente prisional: a ocupação do tempo ocioso do interno.

---

<sup>8</sup> <http://depen.gov.br/DEPEN/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-esporte-e-cultura/planoestadualdeeducaonasprisesdoms.pdf>.

No que tange o sistema prisional de Mato Grosso do Sul possui a missão de restituir o cidadão infrator a sociedade. Com isso, sua organização estrutural administrativa está dividida em três setores: Segurança e Custódia, Assistência e Perícia e Administração e finanças, que desempenham suas funções específicas, todavia, mantendo um único objetivo: ressocializar o interno. As unidades prisionais independentes do seu tamanho e localização são obrigadas a fornecer condições para que o interno tenha acesso a condições de reinserção a sociedade.

A reinserção abrange determinados tipos de trabalhos, em seus diversos setores, que em conjunto, impulsionam o funcionamento dessa engrenagem. Qualquer ação deste conjunto que em determinado momento falhar, influencia no andamento de outra parte do sistema. A hierarquização dos setores não é indicada, pois todos exercem papéis determinantes no desenvolvimento dos trabalhos voltados a ressocialização.

Tomemos como referência o trabalho desenvolvido na Penitenciária de Segurança Máxima “Jair Ferreira de Carvalho”, localizada na cidade de Campo Grande. A unidade penal oportuniza trabalhos nos setores de marcenaria, fábrica de brinquedos, linha de produção de crochê para brinquedos, destacando o papel de um projeto intitulado “Construindo a liberdade” que abrange além dos trabalhos já citados, são profissionalizados em corte e costura, pintura, produção de fios, brinquedo de madeira e parquinhos confeccionados com pneus, sendo este último projeto denominado “Arte com Pneus”, sendo todos estes trabalhos desenvolvidos a partir de parcerias com instituições públicas e privadas.

São projetos profissionalizantes que tem o intuito de disponibilizar uma nova oportunidade ao interno quando o mesmo retornar a sociedade. Todavia, estamos descrevendo uma unidade prisional com uma média de 2.400 homens, vinculados há um regime prisional de disciplina e respeito, onde além da ausência da liberdade do ir e vir, convivendo em ambiente hostil e com lotação muito acima do que seria condizente a uma qualidade de reinserção a sociedade, também convivem constantemente com a pressão de um mundo paralelo que dominou a rotina de quase todas as prisões: a existência das facções criminosas.

No caso específico, a unidade comporta detentos da facção criminosa conhecida como PCC (Primeiro Comando da Capital). Tal facção gerencia com leis próprias as rotinas internas das prisões daqueles que aceitam entrar no grupo. No

entanto, os que não aderem são considerados inimigos e neste meio, onde o apenado adentra para cumprir sua pena, e obrigado a conviver com várias realidades sociais. Primeiramente a realidade proporcionada pelo Estado, que com base nas legislações, busca cumprir o papel de ressocializar o interno, outra, imposta pelas facções com a decisão de aderir ou não a facção. A escolha de um caminho definirá a forma como o mesmo cumprira sua pena.

Com isso, e conforme a estrutura atual da unidade Jair Ferreira de Carvalho em Campo Grande/MS, são disponibilizadas 300 vagas para capacitação profissional. São 300 pessoas que estão obtendo uma oportunidade conforme Lei de Execução Penal a partir do artigo 32, delimita o perfil daquele terá prioridade na concessão ao trabalho. A lei diz:

Art. 32. Na atribuição do trabalho deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado. § 1º Deverá ser limitado, tanto quanto possível, o artesanato sem expressão econômica, salvo nas regiões de turismo. § 2º Os maiores de 60 (sessenta) anos poderão solicitar ocupação adequada à sua idade. § 3º Os doentes ou deficientes físicos somente exercerão atividades apropriadas ao seu estado. Art. 33. A jornada normal de trabalho não será inferior a 6 (seis) nem superior a 8 (oito) horas, com descanso nos domingos e feriados. Parágrafo único. Poderá ser atribuído horário especial de trabalho aos presos designados para os serviços de conservação e manutenção do estabelecimento penal. Art. 34. O trabalho poderá ser gerenciado por fundação, ou empresa pública, com autonomia administrativa, e terá por objetivo a formação profissional do condenado. (LEP, 1984)

As habilidades individuais são o primeiro quesito no que tange a delimitação daqueles que receberão a oportunidade. A agência reguladora do sistema penitenciário estadual possui um RIBUP<sup>9</sup> (Regimento Interno básico das unidades prisionais) que descreve com base na Lei de execuções penais o perfil do interno. O RIBUP, possui um capítulo específico sobre trabalho prisional, que descreve a quem compete definir o perfil do interno que passara pelo processo de classificação. O artigo diz “o Diretor da Unidade prisional informará a unidade de trabalho sobre eventuais impedimentos das atividades do trabalho do preso trabalhador e seus motivos”. Entretanto, a imparcialidade da informação no que tange ao que realmente impede que o interno comece a exercer atividades laborais, atenuado com a

---

<sup>9</sup> DECRETO Nº 12.140, DE 17 DE AGOSTO DE 2006. *Dispõe sobre o regimento interno básico das Unidades Prisionais do Estado de Mato Grosso do Sul.*

liberdade de definição com base no entendimento daquele que exerce a função de direção na unidade penal, remete a utilizarmos informações contidas no próprio RIBUP ou na LEP.

O RIBUP descreve direitos e deveres dos internos, e com base nessas informações, ou no cumprimento das mesmas, de forma empírica, vincularmos com a delimitação de oportunidades. O RIBUP a partir do artigo 78 diz:

Art. 78. São prerrogativas fundamentais inerentes à personalidade do interno: I - o interno é pessoa humana e, por isso deve ser tratado com o apreço que merece pelo seu comportamento, nada se devendo exigir que possa degradá-lo de sua condição; II - durante a execução da pena, o interno conservará todos os direitos que não haja perdido ou não tenham sido suspensos por força de sentença ou lei; III - todo interno merece respeito à integridade física e moral de todos os funcionários e de outros presos; IV - nenhum privilégio ou discriminação será deferido ao interno; V - a obrigação ao trabalho e de outros afazeres não será convertida em exigência constrangedora da personalidade, mas organizada como expediente de preparação do interno para a vida em sociedade; VI - cada interno é portador de características próprias, com suas preferências, formação cultural e pessoal; a massificação é antiproducente e fere o princípio da legalidade penal. (RIBUP, 2006)

O artigo trata da análise imparcial do interno, ou seja, independente do crime cometido, sem nenhuma acepção. Todo o processo de escolha do interno, com o exercício dessa neutralidade são prerrogativas básicas. Todavia, conforme foi exposto que as unidades prisionais também compartilham de leis internas oriundas de facções criminosas, determinados crimes não obtém o devido respaldo e respeito da massa carcerária, principalmente, aqueles vinculados a estupros, assassinatos ou qualquer tipo de ação que esteja vinculado ao abuso do sexo feminino.

As unidades prisionais em sua maioria, criaram alas, celas, pavilhões específicos para os crimes citados. Mas esta ação descumpra a lei? O processo etnográfico de 17 anos de trabalho deste pesquisador no sistema prisional, ratifica a constituição federal no argumento principal para a existência de determinada separação dos demais. No artigo 5º da Constituição Federal “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Constituição Federal/88).

O entendimento interpretativo do “direito à vida” é o regulador da separação dos demais internos. A preservação da vida é dever do Estado e nesta “guerra ideológica”, o único mecanismo imediato de contenção é o isolamento. A concepção da oportunidade sem acepção sofre grave dano, em troca da preservação da vida.

Segundo dados da Agepen de 2017<sup>10</sup>, o Estado de MS custodia 11.072 mil pessoas no regime fechado, e 6% destes internos cometeram o crime de estupro, que nas unidades penais não são aceitos e por isso, passam pelo isolamento diferenciado para a preservação de suas vidas.

E de que forma o Estado poderá estar disponibilizando oportunidades a estes internos? Como lidar com a fusão de leis, que mesmo que o Estado tenha o controle organizacional dos internos, precisa lidar com as questões internas de relacionamento e liderança. O trabalho prisional é a oportunidade de ocupação física e mental do interno, momento este em que o mesmo tem a oportunidade de uma ruptura com a realidade da prisão (falta de esperança, perspectiva, solidão, etc) proporcionando e potencializando uma possibilidade de mudança.

Os dias dos internos que estão exercendo algum tipo de atribuição nas unidades prisionais, tendem mesmo que psicologicamente a serem curtos, e as noites dedicadas especificamente ao descanso, seja pelo cansaço físico ou pela ocupação de sua mente planejando caminhos que não estejam vinculados a alguma ação criminosa. O trabalho prisional contribui diretamente na criação de possibilidades aos internos, cabendo a si próprio, dentro de um momento específico, que normalmente acontece quando ocorre sua saída da unidade prisional, de definir qual seguir.

Precisamos abrir um parêntese de um viés com a mesma importância que o trabalho exerce na formação da pessoa do apenado e suas perspectivas de reingresso a sociedade, no que tange a educação. A formação educacional do interno tem a mesma relevância que a oportunidade de trabalho, já que a solidez dos atos humanos pode ser mensurada com base na quantidade de tempo dedicado ao aprendizado. O conhecimento nunca se é perdido, mesmo que jamais seja utilizado, mas o indivíduo que recebe determinada capacitação sempre terá um diferencial.

Tomemos os exemplos citados de trabalho prisional na penitenciária citada recentemente. Com base numa futura análise do histórico de cada interno é possível identificar formações diferenciadas, mas que contribuíram na seleção da oportunidade adquirida pelo interno. Com isso, o ato da iniciativa da capacitação, dentro de uma metodologia aplicada de desenvolvimento de trabalho deve estar

---

<sup>10</sup> <http://www.agepen.ms.gov.br/informacoes-penitenciarias-2017>

voltado ao aprimoramento humano, para que o fruto do seu interesse de inserção a sociedade com base no que ele possui uma afinidade específica, ocorra com os mesmos níveis de oportunidades daquele que não foi acometido pelo processo de inclusão ao sistema prisional.

Onofre (2011) em sua obra *O espaço da Prisão e suas Práticas Educativas* nos mais diversos pontos falam com observação crítica sobre a educação nas prisões:

É preciso afastar-se, no entanto, de qualquer postura ingênua em relação ao papel da escola dentro do sistema prisional, mas não há como negar que, nesse espaço, o homem busca a sua identidade e o diálogo, reconstrói a sua história e valoriza os momentos de aprendizagem, tendo, portanto, o direito a uma escola competente, produtiva e libertadora”. (ONOFRE, 2011, p. 277).

Trabalhar com o contraditório de ideias, na observação do pesquisador enriquece o objeto de estudo, proporcionando identificação de lacunas em variáveis que poderiam inviabilizar todo o processo de pesquisa. Quando ressaltamos a importância da educação, como ferramenta de mudança de perspectiva do retorno a sociedade do indivíduo, ao invés de priorizar o trabalho, baseado na ótica da ocupação profissional sendo fonte germinadora do sustento tanto para o interno quanto para sua família. A realidade das prisões de todo País, não proporcionam uma salubridade de esperanças e Onofre (2011) ressaltou essa realidade, todavia levando em consideração a importância do papel da educação.

Repassar conhecimento ao indivíduo, mesmo que a mensuração de resultados não ocorra de forma coesa, deve ser prioridade ante a qualquer possibilidade de mecanização da mão de obra prisional. A formação educacional adquirida impedira que o mesmo seja apenas um mecânico de um processo empresarial voltado apenas ao resultado imediato de renda e cumpridor de metas organizacionais. A alienação do indivíduo é parte de um formato prisional criado e executado nos moldes da punição e castigo. Foucault (1997) já tecia suas críticas “ Ela é a detestável solução de que não se pode abrir mão”(…) ela é o castigo igualitário” (Foucault, 1997, p.208). Castigar sempre foi o único mecanismo de controle da disciplina. Este ato coercitivo tratava os seres humanos como objetos sem discernimento de ações ou atos, sem nenhum ato de individualização da pena. O cumprimento da referida pena tornava-se penosa, lenta e com uma tendência a

não desenvolver uma ressocialização eficaz e conseqüentemente o retorno as prisões.

Concomitantemente a essa realidade, devemos observar o papel exercido pelo Agente Penitenciário na condução da rotina prisional. São estes servidores que, na maior parte do tempo, convivem com os internos, sendo o elo de identificação individual dos internos. Na cultura popular nas unidades prisionais, os internos falam que o agente cuida de centenas, mas há também centenas de internos observando o trabalho do agente. Essa relação de observação remete exatamente a dificuldade encontrada nas prisões. Como individualizar o indivíduo quando há poucos servidores disponíveis para filtragem.

O que ocorre é a definição daqueles que receberão oportunidades, deixando de lado as capacidades técnicas de cada indivíduo e tendo a conduta interna como delineador dos escolhidos. A relação de cometimento de uma falta com a criação de oportunidades diverge com as mais leis que tratam do sistema prisional. A LEP, nos artigos 40 a 43 tratam de diversos itens sobre a concessão de direitos nas unidades prisionais. Em todas elas, o papel do Agente Penitenciário está envolvido direta ou indiretamente.

Art. 40 - Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios. Art. 41 - Constituem direitos do preso: I - alimentação suficiente e vestuário; II - atribuição de trabalho e sua remuneração; III - Previdência Social; IV - constituição de pecúlio; V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação; VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena; VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa; VIII - proteção contra qualquer forma de sensacionalismo; IX - entrevista pessoal e reservada com o advogado; X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados; XI - chamamento nominal; XII - igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena; XIII - audiência especial com o diretor do estabelecimento; XIV - representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito; XV - contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes. XVI - atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente. [\(Incluído pela Lei nº 10.713, de 2003\)](#) Parágrafo único. Os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento. Art. 42 - Aplica-se ao preso provisório e ao submetido à medida de segurança, no que couber, o disposto nesta Seção. Art. 43 - É garantida a liberdade de contratar médico de confiança pessoal do internado ou do submetido a tratamento ambulatorial, por seus familiares ou dependentes, a fim de orientar e acompanhar o tratamento. Parágrafo único. As divergências entre o médico oficial e o particular serão resolvidas pelo Juiz da execução. (LEP, 1984)

Os mais diversos itens que compõem os artigos referentes aos direitos dos internos são prerrogativas nacionais. No âmbito estadual, o regimento interno foi elaborado com base a realidade local. O RIBUP (Regimento Interno Básico das Unidades Prisionais) em seu artigo 80 elucida:

Art. 80. Constituem direitos dos presos: I - tratamento pelo próprio nome; II - alimentação suficiente e vestuário quando necessitar; III - assistência à saúde, jurídica, educacional, social, religiosa e material; IV - audiência especial com o Diretor da Unidade Prisional, nos dias e horas designados; V - atribuição de trabalho, conforme suas aptidões e sua remuneração; VI - previdência social; VII - constituição de pecúlio; VIII - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, descanso e recreação; IX - proteção contra qualquer forma de sensacionalismo; X - entrevista pessoal e reservada com seu advogado; XI - visita de ascendentes, descendentes, cônjuge e amigos em dias determinados, observando as normas regulamentares da administração; XII - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas, desde que compatíveis com a execução da pena; XIII - visita de agentes diplomáticos ou consulares do Estado, se de origem estrangeira; XIV - igualdade de tratamento, salvo quanto às exigências da individualização da pena; XV - representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito; XVI - respeito à sua dignidade, vedada qualquer forma aviltante de tratamento; XVII - contato com o mundo externo, de comunicação social, por meio de correspondência escrita, jornais e revistas; XVIII - acesso à biblioteca da unidade e posse de livros particulares, instrutivos e recreativos; XIX - acesso a aparelho de rádio difusão de uso individual; XX - acesso a TV de uso coletivo ou individual; XXI - acesso a sessões cinematográficas, teatrais, artísticas e socioculturais, de acordo com os programas da unidade; XXII - uso de telefone público nas unidades, onde houver, em horário estabelecido; XXIII - aquisição de objetos de uso ou consumo não proibidos; XXIV - orientação e apoio no início da vida livre; XXV - exercício de sua defesa sempre que responsabilizado por infração disciplinar; XXVI - liberdade de culto e ou religião; XXVII - faculdade de contratar, por meio de familiares ou dependentes, profissionais médicos e odontológicos de confiança pessoal, a fim de acompanhar ou ministrar o tratamento, observadas as normas institucionais vigentes; XXVIII - se do sexo feminino, em caso de gravidez: a) assistência pré-natal; b) parto em hospitais da rede de saúde pública; c) guarda do recém-nascido, durante o período de seis meses, em local adequado, mesmo quando houver restrições de amamentação; XXIX - assistência jurídica gratuita na execução da pena, nos termos da Lei de Execução Penal - LEP; XXX - possibilidade de trabalho particular em horas livres, a critério da Diretoria da unidade; XXXI - prática desportiva e de lazer, conforme programação da unidade; XXXII - audiência com as diretorias, respeitadas as respectivas áreas de atuação; XXXIII - petição à direção da unidade e às demais autoridades; XXXIV - reabilitação das faltas disciplinares; XXXV - Medida Preventiva de Segurança Pessoal - MPSP; XXXVI - remoção para outra Unidade Prisional, no mesmo regime; XXXVII - ciência, mediante recibo, da guarda de pertences pelo setor competente, dos bens dos quais não possa ser portador; XXXVIII - acomodação em alojamento coletivo ou individual, dentro das exigências legais, podendo manter em seu poder, salvo situações excepcionais, trocas de roupa de uso pessoal, de cama, banho e material de higiene; XXXIX - mudança de cela ou de pavilhão que poderá ser autorizada após a avaliação dos motivos e possibilidades da unidade; XL - informação sobre as normas a serem observadas nas unidades prisionais. Parágrafo único. Os materiais recebidos, por via postal, deverão ser vistoriados em local apropriado, na presença do preso, garantida a segurança. (RIBUP, 2006)

Com base no que foi exposto, existe um quantitativo considerável de direitos que os internos têm acesso nas unidades prisionais. Estes benefícios quando comparados no âmbito federal com relação ao estadual, identificamos uma ampliação nas interpretações dos direitos.

#### **4. O SISTEMA PENAL NA ÓTICA NEOLIBERAL**

O desenvolvimento de uma sociedade voltada as necessidades dos indivíduos, tendo como objeto principal o consumo de bens e serviços modificou a forma em que se é conduzido a humanidade. Neste processo de absorção de tudo que é produzido, a condução impositiva de adquirir move o cotidiano atual. As mudanças tecnológicas, especificamente as ocorridas no ambiente virtual com o acesso as redes mundiais de computadores, emergiram o conhecimento e tornaram não apenas a informação acessível, mas as distâncias entre as nações encurtaram.

Evidentemente que a distância está correlacionada ao acesso virtual de determinada sociedade, em que tal redução alavancou os comércios entre as nações. Independente das restrições econômicas, podemos ter acesso a determinados mercados que considerávamos intransponíveis. Por meio do uso da internet podemos adquirir produtos de qualquer nação do mundo.

Essa planificação do mundo e seus benefícios, não vieram desacompanhadas de suas mazelas. Determinados autores consideram que esse movimento horizontal das nações ocasionaram um remodelamento de um movimento denominado neoliberal. O termo *neo*, evidencia a transição de modo liberal de ordenamento político, econômico e social. Dardot (2016), em seu primeiro capítulo da obra *A nova razão do mundo*, descreve com os seguintes dizeres: *A crise do liberalismo e nascimento do neoliberalismo*.

Mas de que forma esse processo transitório de uma sociedade liberal para a neoliberal, tem relação com a criminalidade, as prisões, e a necessidade de uma análise científica que indicasse uma alternativa de mudança deste contexto atual. A sociedade brasileira está acompanhando a transitoriedade social? Esse movimento neoliberal reflete seus resultados em nossa sociedade? Com relação a violência Adorno (2002) descreve:

O crescimento da violência urbana, em suas múltiplas modalidades – crime comum, crime organizado, violência doméstica, violação dos direitos

humanos – vêm se constituindo uma das maiores preocupações sociais da sociedade brasileira contemporânea nas duas últimas décadas (ADORNO, 2002, p. 01)

A sociedade contemporânea brasileira carrega em seus resultados, conforme a citação, em que a resolução de determinados problemas afetam todo o desenvolvimento de uma sociedade. Adorno (2002) trata o tema como um problema social. Tal problema, conjuntamente expõe as relações entre a tecnologia, o desenvolvimento econômico, e o aumento da criminalidade. A transição de uma sociedade caracterizada como liberal para um contexto neoliberal fomentou diversos estudos em países em que os resultados já podem ser mensurados. Wacquant publicou alguns estudos que ratificam tais mudanças. Na obra Punir os pobres – A nova gestão de miséria nos Estados Unidos, Wacquant (2003) retrata de que forma os Estados Unidos conduziram uma sociedade neoliberal e os reflexos em sua sociedade. Dardot (2016) conceitua o neoliberalismo:

Como instrumento da política econômica do Estado, com o dismantelamento dos auxílios sociais, da progressividade do imposto e outras ferramentas de redistribuição de riquezas de um lado e com o estímulo da atividade sem entraves ao capital mediante a desregulamentação do sistema de saúde, do trabalho e do meio ambiente do outro. (WACQUANT, 2003, p. 14)

Com isso, a compreensão remete ao desejo de diminuir a participação do Estado como controlador das necessidades dos indivíduos. O assistencialismo é colocado em xeque e sua eficiência descartada, condicionando aqueles que dependem de tais subsídios desprotegidos do amparo governamental. Mas este novo mundo, conceituado como neoliberal em que os recursos sociais são negados, expõe uma fragilidade estatal na inserção das pessoas a sociedade.

Tendo em vista que as pessoas assistidas por determinado serviço social, são aquelas desprovidas de condições econômicas, então, o problema social de igualar os acessos há uma qualidade de vida digna, não só para o indivíduo, mas para todos a sua volta emerge um efeito cascata em toda a sociedade. Contrapondo, Casara (2017) fala o Estado Democrático de Direito em que:

Em síntese, o tipo ideal “Estado Democrático de Direito” resgata a tradição ilustrada e liberal que sustenta, diante da grande antítese entre liberdade e poder, presente em toda a história humana (e que se traduz na ideia de que “quanto maior a liberdade, menor o poder e vice-versa”), a ampliação da esfera de liberdade e a restrição dos espaços que permitem que o exercício arbitrário do poder. A opção política que levou ao Estado Democrático de Direito, construída após a Segunda Guerra Mundial, é a de que o poder pode ser limitado a fim de evitar novos holocaustos e permitir o exercício da

máxima liberdade (vida plena), compatível com igual liberdade dos demais (vida plena dos outros). (CASARA, 2017, p. 17)

O Estado Democrático de Direito em sua essência vislumbra as possibilidades inerentes a todos os indivíduos. Todavia com determinada limitação do poder do Estado, tendo em vista, a redução de arbitrariedades usadas no texto como exemplo. Essa condição aplicada ao Estado, limitando seus poderes, impulsionou o desenvolvimento de novas vertentes ideológicas. O poder do Estado começa a ser questionado e sua capacidade de solucionar as mazelas das sociedades. Com base na expansão econômica, crescimento dos comércios entre as nações e o aumento do consumo as nações, Adorno (2002) descreve a existência de “sensíveis tensões em múltiplos planos de análise social”.

Primeiro, tensões nas relações entre indivíduos, grupos e instituições sociais; segundo, tensões nas relações entre sociedade civil, poder político e estado; terceiro, tensões nas relações entre processos sociais, estilos de vida e o mundo das representações simbólicas. (ADORNO, 2002, p.2)

As relações sociais começam a refletir na sociedade, com posicionamentos aplicados e o surgimento de uma nova necessidade voltada ao atendimento do mercado e não do indivíduo. Wacquant (2008) na obra, *As duas faces do Gueto*, traduz uma condição ocorrida nos Estados Unidos em que um novo posicionamento, onde o Estado prioriza o mercado ante ao social, sacramentou o surgimento de classes sociais naquela nação.

A conversão das classes dominantes à ideologia neoliberal resultou em três transformações na esfera do Estado que estão intimamente ligadas: remoção do Estado econômico, desmantelamento do Estado social e fortalecimento do Estado Penal. De fato, aqueles que hoje glorificam o Estado penal na América são os mesmos que, ontem, clamavam pelo fim do "Grande governo" no *front* social e econômico, e que foram bem-sucedidos na redução das prerrogativas, expectativas e exigências da coletividade em face do mercado, melhor dizendo, em face da ditadura das grandes corporações. (WACQUANT, 2008, p. 96)

Com isso, o Estado regulado e tendo sob o seu domínio o controle das massas com o uso legítimo da violência, fundamentado no ideal de harmonizador e manter a ordem da sociedade. Tal conflito fica latente, quando nos deparamos com a quantidade de informações veiculadas nos noticiários em que relatam o conflito urbano entre a sociedade civil e as forças de segurança do Estado. Esse modo opressor exercido pelo estado para Adorno (2002, p. 6) é “fruto da vontade racional

dos homens, voltado, por um lado, para restringir e regular o uso dessa força e, por outro lado, para mediar os contenciosos dos indivíduos entre si”.

A monopolização da violência, ficando restrito ao Estado o poder de restringir as liberdades individuais influenciou diretamente na formação das classes sociais, voltado ao contexto neoliberal. De um lado a classe dominante que controla o mercado e o acesso aos recursos. No outro a população condicionada aos desejos e controle das instituições privadas que passam a comandar o desenvolvimento da sociedade. Wacquant na obra *Os condenados da cidade* fala das consequências deste movimento neoliberal, acrescido do poder punitivo do Estado com base na violência física legítima:

Os deslocamentos no emprego, das manufaturas para os serviços que exigem treinamento intensivo, o impacto das tecnologias de eletrônica e automação nas fábricas e mesmo nos setores de colarinho branco, como seguros e banco, a erosão dos sindicatos e da proteção social – tudo isso se combinou para produzir destruição, informalização e degradação simultâneas do trabalho para os moradores pobres das grandes cidades. (WACQUANT, 2001, p. 30)

A necessidade de requisitos de recolocação no mercado de trabalho, seguindo as demandas do mercado, com base numa competitividade onde aquele que fornecesse sua capacidade produtiva e conhecimento intelectual no menor preço obteriam uma garantia, pelo menos momentânea nos setores de trabalho. Todavia, aquele que não acompanhasse esse processo evolutivo, independente do motivo, seria tragado e fariam parte dos excluídos não só do mercado de trabalho, mas também do convívio social.

Em conjunto ao movimento neoliberal e seus resultados, Casara (2017) fala do surgimento do Estado Pós Democrático de Direito:

Os sintomas pós-democráticos estão presentes na sociedade, da mercantilização do mundo à sociedade do espetáculo, do despotismo do mercado ao narcisismo extremo, da reaproximação entre o poder político e o poder econômico ao crescimento do pensamento autoritário, sempre a apontar na direção do desaparecimento dos valores democráticos e dos correlatos limites rígidos ao exercício do poder, que hoje existem apenas como um simulacro, como um totem que evoca conquistas civilizatórias do passado, mas que hoje não passam de lembranças que confortam. (CASARA, 2017, p. 19)

O entendimento de Casara de que o Estado pós democrático compõe um processo evolutivo do que denominaram estado democrático de direito. A forma como ocorre a formação de estado pós democrático de direito contribui com a

necessidade de legitimização da implantação do poder autocrático do Estado sobre a população. Esse autoritarismo fica representado quando ocorre uma anormalidade de ordem pública e os meios legais de resolução não atingem um consenso entre as partes. Em diversos momentos, foi utilizado o reprimimento por meio da força física para destituir protestos populacionais que ultrapassam os limites considerados de direitos pelo Estado.

Tais confrontos, em muitas vezes, ocorreram entre os mesmos órgãos, ou seja, havia um determinado protesto policial em busca de resolver imparcialidades restritas aos seus trabalhos e conforme ocorria uma disparidade entre Estado e servidor, consideram necessária a dispersão do movimento, em que colegas de profissão que vivem das mesmas mazelas são confrontados. O exemplo ratifica um dos pontos descritos anteriormente por Adorno (2002, p.2), “tensões nas relações de indivíduos, grupos e instituições sociais”. Este sistema opressor Adorno descreve os objetivos do estado:

O estado como propulsor da violência: Emprego da força física para conter a agressão externa provocada por potência estrangeira; assegurar a independência de estado soberano; evitar o fracionamento interno de uma comunidade política ameaçada por conflitos internos e pela Guerra Civil. (ADORNO, 2002, p. ...)

A justificativa encontrada pelo estado extrapola os contextos legais do uso da violência como recurso de controle das pulsões humanas. A racionalidade humana encontrou formas de moldar suas pulsões por meio do labor, da educação e da fé, sendo que, independente das circunstâncias o indivíduo obtendo um princípio de liberdade acaba agindo e tomando decisões irracionais, no que tange o convívio em sociedade. Em contrapartida, o estado repousa em suas ações, o direito da utilização da força física como uma nova forma de ocorrer a repressão dos impulsos humanos.

No exemplo anterior, quando ocorre um protesto em determinado local e a ação começa a sair do controle daquele que objetivava apenas representar uma condição de um determinado setor, em muitas situações a pulsão humana leva as pessoas ao vandalismo, as brigas, ao exagero do exercício da liberdade, onde o espaço de outra pessoa é infringido, onde o estado como único detentor do poder legítimo do uso da força.

Sendo assim, quando Casara descreve uma transição para um novo modelo de estado democrático, identifica características similares da importância e do papel do estado como regulador da ordem. Todavia, a exclusividade de atribuições ao estado semeia o desenvolvimento de um processo excludente na sociedade, já que, as definições do uso da força não limitam o direito de resposta do afligido pela ação estatal. Determinada ação pública, começa então a ser utilizada em outros pretextos, diferentes dos objetivos iniciais.

O estado, sob a influência desta revolução neoliberal, segmenta novos mecanismos de punição a determinadas situações até então, solucionados por outros mecanismos estatais. O assistencialismo público é o primeiro que sofre com o condicionamento de novas regras, onde Wacquant (2003, p.43) fala de uma mudança institucional ocorrida nos Estados Unidos na gestão do Presidente Bill Clinton “no papel a “reforma” preconizada por Clinton visa fazer as pessoas passarem da assistência ao emprego”. A referida medida vai paulatinamente reduzindo os investimentos em projetos de apoio assistencial, com a implantação de critérios mais seletivos para obter o direito, buscando desmembrar a população e os designarem ao mercado de trabalho.

Este primeiro ato, com viés neoliberal, representa uma drástica mudança no formato americano de apoio e assistencialismo a população pobre. Sabemos que no Brasil, boa parte da população precisa do apoio do estado para manterem uma condição mínima de qualidade de vida. Desde as mais diversas bolsas de auxílio (família, alimentação, estudantil, etc) até o fornecimento de saúde básica pública gratuita são para boa parte da população a única forma de obterem acesso a tais serviços.

Entretanto, nos Estados Unidos, foram retirados bruscamente os direitos sociais dos cidadãos com baixa renda. Wacquant (2003, p.24) “a tal ponto que a guerra contra a pobreza foi substituída por uma guerra contra os pobres, bode expiatório de todos os maiores males do país”. O governo americano tenta justificar seu ato:

Sob o pretexto de identificação de abusos e dificultar a vida dos fraudadores, as agências de ajuda social multiplicaram os formulários a preencher, o número de documentos a fornecer e os critérios de reavaliação do dossiê. (WACQUANT, 2003, p.25)

De que forma a sociedade nesta transformação em seu ambiente, em que as condições econômicas preponderantemente direcionam o modo de vida, e com base num cotidiano idealizado com a busca constante pela melhoria na qualidade de vida, confronta com um Estado que justamente, segue no caminho contrário dos desejos dos cidadãos. A morosidade em que ocorrem políticas públicas voltadas o desenvolvimento de uma sociedade que forneça recursos básicos para uma vida em sociedade, segue paulatinamente ao lado de um contingente populacional que, nas devidas proporções segue diariamente na busca por melhores condições para si e sua família.

Wacquant (2003) denomina o fim do Estado Caritativo “na medida em que se desfaz a rede de segurança (safety net) do Estado Caritativo, vai se tecendo a malha do Estado disciplinar” (Wacquant, p.27). Este Estado conceituado numa posição disciplinar, num viés de abordagem, com baixa tolerância ao investimento em populações identificadas em condições mínimas de sobrevivência, sobressai como o único meio de conter as consequências da exclusão social. Wacquant segue “o encarceramento serve bem antes a sua regulação da miséria, quiçá a sua perpetuação, e ao armazenamento dos refugos do mercado” (p.33).

Em tese, Wacquant descreve uma transição americana de conduta com aqueles que necessitam de apoio, principalmente econômico do estado. A princípio a finalidade era retirar as pessoas da condição de dependente do governo, numa alusão motivada na inserção ao mercado de trabalho. Todavia, Wacquant (2003) identifica uma incoerência nos atos benevolentes do Estado Americano:

No papel, a “reforma” preconizada por Clinton visa fazer as pessoas passarem da assistência ao emprego. Por outro lado, e isto é revelador da intenção do legislador, a vertente da lei é inexistente. Nela não é previsto nenhum orçamento para a formação profissional ou para a criação de postos de trabalho. (WACQUANT, 2003, p.43-44)

Esse posicionamento divergente entre as intenções e o que é colocada em prática ratifica o interesse do governo em ativar o encarceramento como mecanismos de solução social, comprovadamente identificado nos resultados. Segundo Wacquant (2003) em 1975 os Estados Unidos tinham 379.393 recolhidas em suas prisões. Em contrapartida em 1995 cerca de 1.585.401 pessoas estavam sob custódia do Estado em suas prisões, sendo que entre 1985 e 1990 ocorreu o maior índice de crescimento das pessoas presas (55,4%)

Contudo, essa realidade americana, em analogia ao Brasil, independente das condições econômicas de cada nação, remete a uma tendência similar. Mesmo que em governos das últimas duas décadas, aplicaram políticas públicas assistencialistas, tais como bolsa família, financiamentos estudantis e imobiliários. Incentivos fiscais, fomentado pela disruptura de uma nação que consome e adquire pouco bens compõem projetos em pleno desenvolvimento nacional.

Esse Estado Democrático de Direito, deparou-se com a influência das necessidades e interesses de outras nações, conhecidos pela impulsão da relação comercial facilitada pela facilidade de acesso aos mercados em que as novas tecnologias proporcionaram as nações. Este mundo plano, em que todos mercados podem conforme suas relações comerciais obterem trocas, incentivou a competitividade em que aquele que fornecesse seu produto com a melhor qualidade e no menor preço ocuparia espaço no mundo dos negócios.

De forma que tanto os Estados Unidos, quanto o Brasil dentro de suas peculiaridades precisavam acompanhar esta “onda” de oportunidades de crescimento. O Brasil reconhecido como grande fornecedor de commodities (soja, milho, minério de ferro, etc) adquiriu sua importância no mercado internacional. Os resultados expressivos comprovam que o Brasil, dentro de um planejamento institucional, pode expandir e tornar-se uma referência não só no fornecimento de matéria prima, mas na formação de um capital industrial com relativa força de competitividade com países em pleno desenvolvimento de sua planta industrial.

Todavia, todo o crescimento econômico vem carregado de aspectos positivos e negativos em sua implantação. E de que forma, o Estado gerenciou as mudanças ocorridas em uma região sem que a população fosse acometida de problemas que estavam imunes. Wacquant (2001) em sua obra *Os condenados da cidade*, relata as consequências em que a população padece neste processo evolutivo.

No decorrer da última década, mais ou menos, essa autoimagem do primeiro mundo foi abalada por espetaculares explosões de insatisfação pública, crescentes tensões étnicas e raciais e cada vez maior indignação no coração das grandes cidades. Longe da reabsorção da pobreza e da erosão das afiliações etnonacionais, as sociedades avançadas foram assoladas pela concomitante disseminação da “nova pobreza” e pelo surto ou ressurgimento das ideologias raciais, amiúde acompanhadas pelo conflito violento nas cidades. (WACQUANT, 2001, p.24)

Em defesa de uma ordem de pensamento, não ocorre a defesa da impunidade pela ausência do Estado, mas os crimes foram incentivados pela presença ou ausência do governo? Casara (2017) fala do papel do Estado numa abordagem Pós Democrática de Direito, em que os investimentos privados controlam as decisões do governo.

O Estado pós-democrático é um modelo tendencialmente omissivo no campo do bem-estar social, mas necessariamente forte na contenção dos indesejáveis, sejam eles a camada da população incapaz de produzir ou consumir, sejam eles inimigos políticos daqueles que detêm o poder político econômico. (CASARA, 2017, p.148)

Esse Estado pós democrático, diretamente interligado as demandas privadas, com objetivos determinados especificamente de romper com os subsídios do governo com relação principalmente ao mercado de trabalho. Enquanto, num Estado democrático, o Estado regula as ações privadas voltadas a implantação de um modelo neoliberal de sociedade em que o mercado regula as ações do governo. Em consonância a este novo modelo de social, as organizações privadas almejam, num conceito básico apenas o lucro, independente da forma em que isso ocorra.

São inúmeros os exemplos, onde empresas multinacionais com base em resultados descritos em planilhas decidem onde devem ou não investir seu capital. A análise corporativa, impõe uma prisão estratégica ao Estado dependente dos investimentos privados. As relações humanas estarão condicionadas ao que é imposto pelas organizações privadas que com o controle do capital em suas mãos, oprimem com a sombra da demissão os cidadãos. Silva (2017) publica em periódico artigo com intensidade do momento sobre a preocupação do movimento neoliberal:

O Estado Pós-Democrático de Direito, antes do golpe de 2016, se caracterizava pela existência de limites rígidos ao exercício de poder e o fundamental desses limites era a construção da cidadania na luta pelos direitos e garantias fundamentais. Hoje, tornou-se impossível falar sobre concepção e prática de Estado, considerando as crescentes destruições e ameaças aos direitos dos trabalhadores, conforme podemos ver diuturnamente as consequências para a cidadania, tendo em vista os cortes e redução de direitos a partir do advento das contrarreformas Trabalhista, terceirizações, Ensino Médio, Previdência e as privatizações e entregas do patrimônio público à iniciativa privada e ao capital internacional (Educação, Eletrobrás, Petrobrás, Pré-Sal, estradas, aeroportos, portos, estradas e outros). Além disso, o governo ilegítimo temer pretende entregar o que resta das riquezas do Brasil (Amazônia) e forçar os estados a vender empresas de água e saneamento para as potências estrangeiras. (SILVA, 2017, p. 10)

O posicionamento do autor, contundente num direcionamento golpista do movimento neoliberal apresenta ludicamente que o movimento está afetando todas

as esferas da sociedade. A pressão sobre o Estado para desempenhar e aplicar decisões voltadas ao benefício das empresas representa segundo o autor um risco aos direitos dos trabalhadores. A ausência do Estado no controle dos órgãos competentes, justificado pela impossibilidade do governo em gerir determinados setores, coloca em risco o acesso a maioria da população a recursos básicos.

Em determinadas privatizações, o governo repassa a entidades privadas a finalidade existencial da formação do Estado: o subsídio a uma qualidade de vida ao cidadão. Weber (2014) descreve o termo “spoil system” sobre o papel da política governamental “significa, simplesmente, que os partidos, sem nenhuma base doutrinária, reduzidos a puros instrumentos de disputa de postos, opõem-se uns aos outros e elaboram, para cada campanha eleitoral, um programa que é função das possibilidades eleitorais” (p.96). A descrição do formato eleitoral comprova que o formato político facilita o desenvolvimento de ações que implantam projetos neoliberais.

Essa relação entre Estado e organizações privadas, resultando num estreitamento ideológico, segundo Weber, originou o “boss” que ele relata como “empresário, político, capitalista, que busca votos eleitorais em benefício próprio, correndo os riscos e perigos inerentes a essa atividade” (p.97). Sem dúvida, a relação ética e moral observada por Weber remete ao período em que escreveu seus textos. Se delimitarmos os processos eleitorais após o 1988, tendo como base o fim da ditadura militar e o retorno de processos democráticos das eleições governamentais, o número de pessoas com representação jurídica, empresários e capitalistas que adentraram ao meio político brasileiro, consolida os escritos de Weber.

Mesmo em movimentos considerados de esquerda, como por exemplo, no primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seu vice, José de Alencar, era um renomado empresário da indústria siderúrgica. Sendo assim, essa correlação da inserção do movimento neoliberal extrapola as formações ideológicas. Essa conjunção de forças, afetará especificamente as camadas sociais mais baixas. Os pobres (assim Wacquant usa notadamente em suas obras), sofrerão as consequências deste novo modelo social. Adorno (2002) fala dessa junção Estado e políticas neoliberais.

Internamente, a legitimidade do Estado-nação viria perdendo força face às políticas neoliberais e as severas restrições ao welfare state cujo principal efeito consiste em reduzir ao mínimo o provimento de significativos e necessários serviços sociais, com repercussões inclusive no domínio da lei e da ordem. (ADORNO, 2002, p.11)

O domínio da lei e da ordem que Adorno fala refere-se ao que ele denomina como uso legítimo da força. Salienta-se que o capítulo corrente busca esclarecer na comunhão dos pensadores de que forma as prisões nos últimos 30 anos ampliaram num precedente não conhecido o quantitativo de internos. Relacionar esse aumento apenas a intenção de cometimento de crimes, rejeitando os resultados publicados de pesquisadores, rotularia e inviabilizaria o sentido da pesquisa. Com relação ao Sistema Prisional do Brasil, segundo relatório publicado pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN no ano de 2017, num comparativo entre os anos de 1990 a 2016, um aumento de 707% na população prisional. Enquanto em 1990 havia em torno de 90 mil pessoas presas em todo o País, no ano de 2016 está população já se encontrava mais de 726 mil pessoas nas prisões do Brasil.

Conforme foram sendo apresentados as conclusões das pesquisas e entrelaçando as mais diversas correntes ideológicas, busca-se apresentar fontes de reflexões e resultados que respondam os mais diversos questionamentos. Ampliar o número de prisões, solucionaria os problemas do aumento de pessoas presas? Ou entender o que levou ao aumento expressivo e de que forma se possa identificar soluções. A transição do movimento liberal para um neoliberalismo seria suficiente para justificar a expansão? Ou o Estado tornou-se mais opressor que comprova o aumento de interno nas prisões?

Compreender de que forma, todas essas afirmativas podem ser transformadas em soluções para a ressocialização dos internos nos sistemas prisionais. A proposta de utilizar a economia criativa como ferramenta de ressocialização de internos na Penitenciária de Amambai, partiu de uma iniciativa dos pesquisadores em buscar representar num formato teórico e com base em dados efetivos de que a oportunidade aplicada pode modificar a situação em que uma pessoa pode se encontrar, ou seja, nas prisões, num recomeço aproveitando de seus talentos e capacidades técnicas.

O desenvolvimento de projetos de ressocialização, remetem a decisões tomadas há pelo menos 30 anos pelo do Estado, que ainda sob influência dos

conceitos liberais e que especificamente ato de ressocializar os internos, proporcionando oportunidade adquirida pelo indivíduo nas prisões, possuía baixo incentivo. Sendo assim, o movimento de reinserção a sociedade inicia com a vontade deliberada da pessoa em modificar seu estado atual. Primeiramente o apenado precisa querer mudar seu estado atual.

Especificamente em Amambai, são dezenas as pessoas que, seguidas de seu arrependimento, buscam oportunidades dentro das prisões para ocupação da mente e do corpo. A estrutura prisional não permite que todos obtenham oportunidades, em que o processo de seleção torna-se seletivamente restrito. Aqueles que conseguem a oportunidade, salvo os casos isolados, procuram não cometer nenhum tipo de erro que os levem a perder tal oportunidade. Assim como Adorno (2002) descreve que o Estado utiliza de força legítima para conter os corpos, também existem pensadores que descrevem a existência de um modelo econômico e social vigente que, procura descartar do convívio determinado indivíduo que não se configura capaz de alimentar o ciclo econômico.

Dardot (2016) explica que este movimento excludente através das condições sociais, econômicas compõem requisitos do neoliberalismo nos países. Esse movimento surge a partir da impotência dos Estados em suprir as demandas da sociedade. Dardot diz “O “novo liberalismo” repousa sobre a constatação da incapacidade dos dogmas liberais de definir novos limites para a intervenção governamental” (p.58). O neoliberalismo propõe as instituições privadas a responsabilidade de organizar e planejar mecanismos que possam inserir as pessoas no mercado de trabalho, com a prerrogativa de recuperar a dignidade do indivíduo. O movimento neoliberal segundo Dardot consolidou-se em 1938:

A criação da sociedade Mont-Pelerin, em 1947, é citada com frequência, e erroneamente, como o registro de nascimento do neoliberalismo. Na realidade o momento fundador do neoliberalismo situa-se antes, no Colóquio Walter Lippmann, realizado durante cinco dias em Paris, a partir de 26 de Agosto de 1938, no âmbito do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (antecessor da Unesco), na rua Montenpesier, no centro de Paris. (DARDOT, 2016, p. 71)

A constatação da data onde iniciaram o processo de transição do formato social, remete ao entendimento de que a sociedade vigente, no que tange as consequências nos sistemas prisionais, tendo em vista, que o referido ideal, tinha como objetivo específico, manter em funcionamento, num menor custo possível,

suas capacidades produtivas industriais. O objetivo econômico de toda e qualquer organização privada está alinhado ao lucro. A substituição do Estado no papel de fornecer condições igualitárias, foi substituída pela competitividade empresarial, condicionando as pessoas a aceitarem as imposições das instituições privadas.

Todavia, a ausência de unanimidade, criou um novo tipo de sociedade: os pobres que dependem dos trabalhos. O contexto vigente não difere muito, num comparativo de sua implantação. As organizações utilizam de mão de obras, num menor custo e sistematicamente cria uma dependência do trabalhador a remuneração ofertada. O ato de viver em sociedade torna-se cansativo, alienado e voltado a suprir o novo formato social. A dependência econômica, engloba já fragmentado as necessidades sociais do indivíduo. Dardot (2016) descreve uma mudança no ser humano:

Mais ainda, a política neoliberal deve mudar o próprio homem. Numa economia em constante movimento, a adaptação é uma tarefa sempre atual para que se possa recriar uma harmonia entre a maneira como ele vive e pensa e as condicionantes econômicas as quais deve se submeter. Nascido num estado antigo, herdeiro de hábitos, modos de consciência e condicionantes inscritos no passado, o homem é um inadaptado crônico que deve ser objeto de políticas específicas de readaptação e modernização. E essas políticas devem chegar ao ponto de mudar a própria maneira como o homem concebe sua vida e seu destino a fim de evitar os sofrimentos morais e os conflitos inter e intraindividuais. (DARDOT, 2016, p. 91)

Os reflexos destes conflitos são visíveis quando os países adotam medidas de controle dos atos, com base em resultados que demonstram os índices populacionais com baixo poder aquisitivo que compõem as unidades prisionais. O crescimento das populações efetivas nas prisões ocorreu no mesmo período em que as políticas reducionistas de inserção social foram aplicadas.

Os diversos pensadores convergem para o entendimento de que em meados da década de 70, ocorreu uma transição em determinados contextos da sociedade que desencadearam, dentro do objeto pesquisado, a ampliação do número de pessoas presas. A retirada nos Estados Unidos dos subsídios as famílias de baixa renda, a efetivação do poder do Estado como legítimo detentor do uso da força para adequação das leis, a evolução dos determinantes liberais na conduta econômica das nações para um neoliberalismo que suprisse as falhas do modelo anterior, e por último nesta análise a transição do modelo estrutural das nações democráticas de direito para um modelo concebido como pós democrático de direito fomentaram a

realidade dos sistemas prisionais atuais. Wacquant (2003) fala do modelo americano:

A quadruplicação, em duas décadas, da população encarcerada se explica não pelo aumento da criminalidade violenta, mas pela extensão do recurso à prisão para uma gama de crimes e delitos que até então não incorriam em condenação a reclusão, a começar pelas infrações menores à legislação sobre os estupefacientes e os atentados à ordem pública. A partir metade dos anos 70, e mais ainda depois de 1986, data em que o governo federal engaja-se ruidosamente a “guerra a droga”, o encarceramento se aplica com uma frequência e uma severidade crescentes ao conjunto de contraventores, sejam eles criminosos profissionais ou malfeitores de ocasião, grandes bandidos ou pequenos delinquentes, violentos ou não-violentos. (WACQUANT, 2003, p.64)

O resultado ocorrido no modelo americano assemelha-se com a realidade brasileira. As prisões brasileiras estão abarrotadas de presos que cometeram crimes relacionados ao tráfico de drogas e suas consequências. No sistema prisional de Mato Grosso do Sul, segundo DEPEN (2017, p.12), o Estado desponta em primeiro lugar na taxa de aprisionamento. No ano de 2016, foram 696,7 pessoas presas por 100 mil habitantes em todo o Estado.

Os índices são elevados, tendo em vista, que a localização geográfica do Estado torna a região o canal de acesso aos países que são os maiores fornecedores de drogas. A unidade prisional de Amambai, fica localizada próxima ao município de Ponta Porã que possui uma particularidade por estar localizado na fronteira com o Paraguai e tendo a cidade de Pedro Juan Caballero unidos fisicamente com uma separação imaginária entre os municípios.

No outro extremo Amambai está a 45 km de distância da cidade paraguaia de Capitan Bado/PY que junto ao município brasileiro de Coronel Sapucaia possui também sua divisão geográfica imaginária. A compreensão de que esse modelo de organização urbana facilita o acesso ao ilícito. Diferente do modelo americano, em que, as políticas de restrição as drogas não encontram as mesmas facilidades de aquisição comparado a realidade brasileira.

Com isso, a realidade brasileira, especificamente sobre o Mato Grosso do Sul colhe resultados similares, todavia, num ambiente diferenciado. A unidade prisional de Amambai que acolhe pessoas que cometeram crimes em ambos os municípios citados, estão com pessoas que foram afligidas economicamente diferente dos que

foram presos no modelo americano. A finalidade da prisão é impedir, tendo como o exemplo as prisões pelo tráfico de drogas, a expansão do dano a saúde pública.

Em sua maioria, são pessoas que tem um único objetivo: efetuar a entrega da substância ilícita em determinado local e receber o que foi prometido pelo “trabalho”. A relação comercial do produto fica em sua maioria, restrito ao transporte, já que, todo o processo de produção e comercialização ficava a cargo de um fornecedor que utilizava das nações fronteiriças para instalar sua estrutura criminosa.

Determinar um modelo sistêmico que confirmasse o crescimento dos sistemas prisionais com base apenas nos itens anteriores, provocaria uma incoerência que invalidaria qualquer tipo de debate sobre as suas causas e efeitos. São pontos que confirmam, todavia, novas hipóteses também confirmariam e alimentariam o conhecimento e a busca científica para um modelo eficaz de mudança do processo atual. Weber (2014) reflete quando pergunta “Qual o significado da ciência no contexto da vida humana e qual o seu valor? ” (p. 32) e com um exemplo evidencia a importância na identificação de métodos e soluções de problemas.

Ora, a esse respeito, enorme é o contraste entre o passado e o presente. Lembremos a maravilhosa alegoria que se contém ao início do livro sétimo da República de Platão, a dos prisioneiros confinados a caverna. Os rostos destes prisioneiros estão voltados para a parede rochosa que se levanta diante deles; às costas, o foco de luz que eles não podem ver, condenados que estão a só se ocuparem das sombras que se projetam sobre a parede, sem outra possibilidade que a de examinar as relações que se estabelecem entre tais sombras. (WEBER, 2014, p.32)

Observemos que o trecho citado fala sobre uma realidade em que aqueles prisioneiros estavam condicionados. A forma como foram acorrentados permitiam tivessem uma visão restrita do mundo. Que diferença encontramos nas pessoas que buscam no crime a única solução para os seus problemas. Não se encontram também acorrentados voltados a parede rochosa. O que determina a decisão do indivíduo de optar pelo crime ao invés de identificar um caminho considerado como correto para suprir suas necessidades. De que forma o neoliberalismo e suas prerrogativas trouxeram respostas e representaram a verdade permitindo que as pessoas vejam além da sombra da caverna?

A limitação gerada pela implantação de um sistema econômico neoliberal, restrito aqueles que se inserem ao seu mecanismo, ou seja, não cometeram crimes,

e por conseguinte, o deslocamento dos excluídos para as prisões e seu acondicionamento, justificado pelo Estado como um modelo eficaz no impeditivo e opressor. Compreender que o Estado, segundo Adorno (2002) possui o monopólio estatal da violência. Cabe então ao Estado, reestabelecer a verdade ou oprimir os excluídos?

Quando entrevistamos os internos de Amambai, em sua maioria, tiveram atitude semelhante ao exemplificado pelo mito de Platão, em que a todo momento estiveram com o rosto colado a parede da caverna por que precisavam suprir financeiramente suas famílias. São pessoas que possuem família, uma profissão, uma moradia, uma perspectiva de vida em sociedade, mas que em determinado momento, por motivos econômicos ou não, sucumbiram ao caos em que estavam imersos. Evidentemente assumiram o risco do ilícito, e presos apenas na imagem projetada na caverna, tinham naquele momento o crime como solução para suas mazelas.

A crítica não se concerne em punir pelo erro, mas identificar o que leva ao seu cometimento. E Weber nos faz refletir quando fala da importância da ciência citando como exemplo a caverna de Platão. Sendo assim, em uma analogia, qual o papel daqueles que estão libertos das correntes da caverna? Justificar a punição ou libertá-los das correntes e mostrar que existem infinitas possibilidades além daquela que o levaram ao erro e as prisões. e Weber (2002) descreve o momento em que alguém rompe as correntes e vislumbra uma nova realidade.

Ocorre, porém, que um dos prisioneiros consegue romper suas cadeias; volta-se e encara o sol. Deslumbrado, ele hesita, caminha em sentidos diferentes e, diante do que vê só sabe balbuciar. Seus companheiros o tomar por louco. Aos poucos, ele se habitua a encarar a luz. Feita essa experiência, o dever que lhe incumbe é o de tornar ao meio dos prisioneiros da caverna, a fim de conduzi-los para a luz. Ele é o filósofo, e o sol representa a verdade da ciência, cujo objetivo é o de conhecer não apenas as aparências e as sombras, mas também o ser verdadeiro. (WEBER, 2002, p. 32)

A iniciativa de romper com a realidade atual, é de competência de todos, independentemente da capacidade de influenciar na mudança. Depender apenas do Estado é fomentar a manutenção das correntes e delegar as prisões como órgão regulador dos excluídos. As possibilidades de inserção quando distribuídas em todas as esferas da sociedade levariam ao processo harmônico de dissolução da realidade vigente. Entretanto, cabe a cada ser humano definir o caminho a seguir. Mesmo que

sejam estipulados e aplicados inúmeras possibilidades, ainda assim, cabem a cada indivíduo aceitar a mudança de sua realidade.

Aquele prisioneiro que liberou os demais para que pudessem conhecer a verdadeira realidade, enfrentou resistência dos libertados. O contexto repete-se, onde aqueles que estão nas prisões também não veem perspectivas ao saírem das prisões. Seja pela discriminação da sociedade, pelo processo penoso de reinserção ao mercado de trabalho, enfim, inúmeras são as dificuldades e quando alguém descreve um caminho de luz que o mesmo desconhece sua incredulidade transforma a mudança em loucura.

Mas aqueles que se libertam destas correntes e vislumbram uma nova realidade tornam-se um novo indivíduo, e seus testemunhos a luz da ciência propagará a completa libertação. Conhecer e propiciar oportunidades é parte do processo evolutivo da sociedade. Da mesma forma, que encontraram no sistema prisional a solução para o condicionamento dos excluídos, em contrapartida, um caminho em sentido contrário pode ser implantado. Dardot (2016) intitula sua obra em *A nova razão do mundo*, indicando de que forma o mundo com o movimento neoliberal se estruturará. Essa razão pode ser modificada, e depende de acreditarmos, que todos os faltosos precisam ter a oportunidade de ver a luz.

Contudo, a divergência com o sistema vigente, voltado aos resultados econômicos obriga a adequação das hipóteses. Sendo assim, propor que os internos tenham acesso a mecanismos que aproveitem de suas capacidades produtivas e que quando forem realocados a sociedade, estejam em condições de competir e se inserir a sociedade, não tendo como única oportunidade aquilo que o crime o condicionou e o excluiu por um período específico da sociedade.

A pesquisa, com base nos conceitos da economia criativa, fomenta uma proposta de inserção a sociedade. A identificação da assertiva, não será confirmada conforme contextos teóricos, todavia a imersão no sistema prisional, especificamente, da penitenciária de Amambai, composto de depoimentos dos internos ratificara a vivencia da situação dos apenados e fornecerá novas ferramentas de identificação dos problemas.

## **5. SISTEMA PRISIONAL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

### **5.1 Metodologia aplicada: eu-identidade**

O desenvolvimento da pesquisa e as atividades de campo foram divididas nas seguintes etapas: 1) levantamento bibliográfico e de informações oficiais obtidas a partir de pesquisas em banco de dados destas instituições, seja fisicamente ou por acesso eletrônico; 2) análise dos dados oficiais obtidos no banco de dados oficial da Agência Penitenciário de Mato Grosso do Sul, cujo sistema é intitulado SIAPEN (Sistema Integrado de Administração do Sistema Penitenciário); 3) Realização de entrevistas com os servidores que representavam cada setor da unidade penal; 4) Aplicação de questionários aos internos que recebem remuneração pelo seu trabalho prisional;

A pesquisa discorreu utilizando da metodologia desenvolvida por Habermas publicado em sua obra “Conhecimento e Interesse” de 1968, em dissonância com pesquisadores intitulou de eu-identidade, onde o pesquisador compõe ou faz parte do ambiente do objeto de estudo. O ambiente descrito é a unidade prisional localizado na cidade de Amambai e o pesquisador integra o corpo de servidores. A definição da metodologia propõe uma visão do servidor que nas técnicas de pesquisa é denominado como “Observação Participante” para análise dos conteúdos. Habermas (1968) diz:

Uma infinita riqueza de vida se desenvolve na existência individual de cada pessoa, graças as relações que ela tem com seu meio, com os outros homens e com as coisas. Mas cada indivíduo particular é, ao mesmo tempo, ponto de intersecção de uma globalidade que transpassa (todos) os indivíduos tendo nele suas raízes, mas ultrapassando sua vida e que, pelo conteúdo, pelo valor e fim que se realiza nesta globalidade, possui uma existência autônoma e um desenvolvimento próprio. (HABERMAS, 1968, p.169)

Ao descrever o papel do indivíduo e sua influência no meio em que vive, Habermas contribuindo na formação e personificação do meio em que se projeta o resultado e o desenvolvimento modifica também aquele que observa. Com isso, ao delinear o papel do pesquisador dentro do sistema prisional, concebemos que o resultado do que é observado e descrito será diferente se a pesquisa for desenvolvida por alguém que fosse externo ao ambiente.

Habermas cita a biografia ao referir que o texto mesmo transcrito de forma temporal conforme os fatos ocorriam, a participação ou não daquele fato será relatado de forma diferente quanto o texto é escrito pelo autor, mudando o significado.

O significado que as pessoas ou as coisas adquirem para um sujeito, nas relações vitais particulares, são, em consequência, mero derivado do sentido, próprio a história do desenvolvimento em seu todo, história da qual o sujeito pode, retrospectivamente, apoderar-se a cada momento, ainda que apenas de forma implícita. (HABERMAS, 1968, p. 168)

Esse apoderamento pode ser transcrito e mensurado num entendimento de uma realidade ao qual a sociedade encontra-se distante: o sistema prisional, os internos e suas perspectivas. O visitante do interno tem um significado sobre a prisão diferente do cidadão que apenas acompanha as notícias dos fatos que ocorrem nas unidades.

Com isso, buscou-se uma metodologia que representasse exatamente a realidade do ambiente dos internos de Amambai. O significado ao pesquisador deve voltar-se a exemplificação da realidade. O fato do pesquisador, metodologicamente fazer parte do ambiente, como servidor penitenciário, ratificou a premissa do eu-identidade na valoração dos resultados. Habermas (1968) descreve a teoria de Dilthey sobre a diferenciação entre a ciência da natureza e ciência do espírito.

Em contraposição a isso, a posição dos sujeitos nas ciências do espírito caracteriza-se por uma experiência que, de modo algum é restrita: a

experiência do sujeito não está limitada às condições experimentais de uma observação sistemática de domínio que se torna acessível pela “intervenção da mão”. O acesso a realidade está disponível para o sujeito que vive. (HABERMAS, 1968, p, 157)

Este acesso a realidade foi determinante na definição do eixo da pesquisa. Ao abordarmos sobre ressocialização e propormos que a economia criativa pode ser uma ferramenta que venha a reduzir a reincidência do interno, a partir do momento em que são dispostas oportunidades, seguindo suas habilidades e capacitações, inserindo o entendimento de que o crime não seja mais alternativa de renda ao interno. Sendo assim, Habermas ratifica o modelo aplicado ao comprovar que o papel do pesquisador está além das limitações experimentais, mas tem acesso aquela realidade.

A ciência de espírito atravessa a intersubjetividade presente nos contextos culturais e da forma como a capacidade e a limitações da ciência. Toma o exemplo, quando compara as ciências da natureza:

A partir das tarefas da própria vida desenvolveu-se, por assim dizer de forma vegetativa, ao lado das ciências naturais, um feixe de conhecimentos interligados entre si pelo objeto comum. Tais ciências são a história, a economia política, as ciências do direito e da política, o estudo da religião, da literatura e da poesia, da arquitetura e da música, das concepções de mundo e dos sistemas filosóficos e, por fim, da psicologia. Todas essas ciências reportam-se a uma mesma realidade: a espécie humana. Elas descrevem e relatam, julgam e compõe conceitos e teorias em relação com este fato (a espécie humana). E assim aparece pela primeira vez a possibilidade de demarcar esse grupo de ciências em sua relação com o mesmo fato: a humanidade, distinguindo-as, assim, das ciências da natureza (HABERMAS, 1968, p. 156)

Ainda que a definição de Habermas venha com a descrição de ciências da natureza seja caracterizada de forma antagônica que as ciências do espírito, em que as ciências do espírito abrangem conhecimentos de história, economia política, entre outros, a observação destes conhecimentos remete a compreensão de uma flexibilidade dos resultados.

Habermas (1968) cita a fisiologia como exemplo em que a ciência que descreve um resultado concreto, ou seja, aquilo que se é observado representa a realidade. O resultado encontrado em uma pesquisa de um determinado cadáver, não sofrera nenhum tipo de alteração pela solidez do objeto, compondo com isso, a natureza. No entanto, as disciplinas da ciência do espírito, no que tange os seus

resultados, obtêm resultados conforme a ótica do observador. As literaturas sobre a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, são escritas com base no resultado da guerra, todavia, diversos ângulos de uma única história são resultados das experiências vividas de ambas as partes: tanto a vencedora quanto a perdedora.

No sistema prisional estes resultados são identificados quando foram aplicados, questionários e feitas as entrevistas em todos os setores da unidade, sendo que esta pesquisa qualitativa pode nos mostrar a diferença de pensamentos em um mesmo ambiente. Dilthey (1965) descreve que este momento é quando o pesquisador analisa as inter-relações, caracterizado pela vivência, objetividade e compreensão.

De forma correspondente se distinguem as relações cognitivas das disciplinas naturais e das disciplinas do espírito; podemos explicar eventos disponíveis com a ajuda de hipóteses nomológicas em base de condições iniciais estabelecidas, enquanto complexos simbólicos são compreendidos através de uma reprodução explicativa. Uma explicação quer a aplicação de proposições teóricas a fatos que tem sido constatados pela observação sistemática, independente de toda a teoria. A “compreensão” é, pelo contrário, um ato onde experiência e apreensão teóricas estão amalgamadas. (HABERMAS, 1968, p. 159)

## **5.2. Tipo e Descrição da pesquisa**

O presente estudo utilizou como técnica de pesquisa desde a formulação do problema e a lapidação das hipóteses a pesquisa bibliográfica, tendo em vista, que o local a ser pesquisado, dentro dos moldes das linhas de pesquisa estudados no desenvolvimento regional, possui uma peculiaridade: uma unidade prisional.

Diferentemente de outros ambientes organizacionais, onde a mensuração do resultado pode ser representada em soluções descritas como contábeis, ou apenas o investimento em infraestrutura, especificamente sobre o sistema prisional, e as pessoas que estão presas e assistidas pelo Estado, a relação bibliográfica exige um processo minucioso de obras voltadas ao entendimento da conduta do indivíduo. GIL (1989) descreve a pesquisa bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir do material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas

bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo. (GIL, 1989, p.71)

Neste processo de catalogação de obras, o trabalho foi sendo modelado e adquirindo o formato conforme a relação de entendimento relacionados ao objeto de estudo. Dentro desse contexto a investigação utilizada foi a exploratória que segundo GIL (1989) significa:

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que exigem menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolve levantamentos bibliográficos e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. (GIL, 1989, p. 44)

A pesquisa exploratória preparou o pesquisador de conhecimentos científicos para as próximas etapas do trabalho, tendo em vista, que o desenvolvimento do método que extrairia as informações concernentes ficou mais transparente e com redução de riscos na aplicação das próximas etapas. Entretanto, o ambiente pesquisado exigiu o envolvimento do pesquisador no local, que foi facilitado por pertencer ao quadro de servidores da instituição. Neste formato, a pesquisa-ação representa um dos processos de investigação na pesquisa. GIL (1989, p.49) descreve a pesquisa-ação “Tanto a pesquisa ação quanto a pesquisa participante se caracterizam pelo envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no processo de pesquisa. ”

Com relação ao fato do pesquisador fazer parte do ambiente pesquisado LAKATOS (2003, p.194) denomina de Observador Participante: “consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo”. E os subdivide em duas formas: natural ou artificial. No que tange está pesquisa o natural que segundo LAKATOS “O observador pertence à mesma comunidade ou grupo que investiga” (2003, p. 194).

Foram entrevistados os servidores da unidade penal e aplicados questionários aos internos. Foi utilizada a entrevista estruturada, em todos os setores da unidade penal, e tinha como objetivo confrontar opiniões sobre o mesmo tema, em setores antagônicos. LAKATOS (2013, p. 197) conceitua “É aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas

aos indivíduos são pré-determinadas”. Sendo o questionário uma técnica de coleta de dados, foi utilizada a categoria de múltipla escolha, a partir da estrutura de perguntas de opinião.

O estudo foi realizado entre os anos de 2016 a 2018 divididos nas seguintes etapas: a) pesquisa bibliográfica; revisão bibliográfica (antes e após o processo qualificatório); aplicação de questionários; entrevistas; análise dos dados e resultados e discussões.

### **5.3. Pesquisa de Campo – Sistema prisional de Mato Grosso do Sul**

O sistema prisional sul-mato-grossense procura cumprir suas atribuições investindo em melhorias para proporcionar aos internos durante o período em que estiver preso, a preparação para ser reintegrado a sociedade. Tal preparação requer o desenvolvimento de projetos de trabalho em inúmeros setores, sendo que a referida pesquisa, delimitou em três segmentos: Educação, Religião e Trabalho, que em conjunto contribuem na elaboração de projetos voltados a ressocialização e proporcionar novas oportunidades.

Se anteriormente, o foco sempre esteve direcionado ao desenvolvimento de trabalho prisional, neste momento, projetos educacionais e voltados ao crescimento espiritual dos internos poderão contribuir na mudança de sua conduta e incidir diretamente nos índices de reincidência criminal. Especificamente a unidade prisional de Amambai desde sua fundação tem desenvolvido inúmeros projetos nos segmentos citados e mantido a iniciativa de proporcionar as melhores condições aos internos.

O funcionamento da unidade de Amambai, não difere de outras unidades prisionais do Estado referente as dificuldades de proporcionar as condições para a implantação de projetos de ressocialização. Escassez de recursos, insuficiência de servidores, espaço físico adequado, preconceito da sociedade, são alguns dos pontos que entravam a implantação de projetos. Não devemos esquecer que as unidades prisionais precisam manter a ordem e a disciplina da rotina prisional, já que, inegável a influência das facções criminosas na conduta dos internos.

Em meio a toda essa complexidade, foi preciso identificar uma metodologia que alcançasse todos os atores envolvidos na unidade prisional de Amambai e que dispusesse o máximo possível de respostas fomentando iniciativas de oportunidades de mudanças na qualidade de vida do aprisionado. Todavia, o fato do pesquisador compor o quadro de servidores da unidade, contribuiu na definição da metodologia a ser aplicada.

No desenvolvimento da pesquisa, as informações foram coletadas dos seguintes grupos: Internos, Servidores. O recorte analisado terá como referência o período em que o pesquisador compõe determinada atribuição que está relacionada ao objeto de estudo.

Tabela 1 – Servidores Entrevistados – Unidade de Amambai/MS

NOME DO SERVIDOR	CARGO	SETOR PESQUISADO
<b>ANTONIO LUIZ PACHECO</b>	SERVIDOR APOSENTADO	FORMAÇÃO DA UNIDADE PRISIONAL
<b>ALEXANDRE FERREIRA DE SOUZA</b>	DIRETOR DA U.P.	TRABALHO PRISIONAL
<b>CARLOS LUCIANO DA SILVA</b>	AGENTE PENITENCIÁRIO – SEGURANÇA E CUSTÓDIA - CHEFE DE EQUIPE	ROTINA PRISIONAL
<b>CLEONICE DE SOUZA SPADA</b>	AGENTE PENITENCIÁRIA – ASSISTÊNCIA E PERÍCIA – ASSISTENTE SOCIAL	EDUCAÇÃO PRISIONAL
<b>VERÔNICA CRISTINA DA SILVA</b>	AGENTE PENITENCIÁRIA – ASSISTÊNCIA E PERÍCIA – PSICÓLOGA.	ASSISTÊNCIA RELIGIOSA

Fonte: Elaborado pelo Autor, pesquisa de campo, 2017.

Desde 2012, assumi a responsabilidade de compor uma equipe responsável pelo controle de oportunidade de acesso dos internos aos seguintes setores: Trabalho prisional, acesso ao ensino escolar e participação em cultos religiosos. No ano de 2006 foi publicado o decreto de número 12.140 de 17 de Agosto de 2006, que Regimenta as unidades prisionais, conhecido como RIBUP (Regimento Interno básico das unidades penais). Neste documento consta sobre as responsabilidades de todos os servidores no sistema prisional do MS.

Em seu artigo 63, inciso XXVIII nas atribuições do Chefe de Disciplina diz: “propiciar e incentivar a ocupação diária dos presos com trabalho, lazer, esporte e outras”. A unidade penal de Amambai, na data corrente, tem em suas dependências 193 internos masculinos em regime fechado, em que apenas aqueles que estão inseridos nos referidos segmentos serão analisados.

### **5.3.1. Histórico da Penitenciária de Amambai**

O Estabelecimento Penal de Amambai é caracterizado como de segurança média, destinado especificamente a presos condenados do sexo masculino, que cumprem pena em regime fechado. A unidade foi criada a partir do Decreto nº 11.785, de 19 de janeiro de 2005, mas a transição entre os servidores da Polícia Civil que ocupavam a estrutura física da Unidade e tinham a responsabilidade pela custódia dos internos ocorreu em 4 de dezembro de 2004.

A unidade foi repassada com 64 internos em regime fechado, sendo 57 homens e 07 mulheres. A iniciativa em adequar a responsabilidade de custódia a AGEPEN, permeia uma necessidade de proporcionar acesso a serviços assistenciais básicos que não é competência das delegacias de polícia civil. A precariedade da estrutura e a responsabilidade em adaptar uma delegacia e transforma-la numa unidade prisional foi um desafio aceito pelo servidor Alexandre Ferreira de Souza, como Diretor da unidade.

No princípio a unidade não possuía nem cozinha própria para confecção dos alimentos, em que empresa terceirizada fornecia as refeições. Também não havia local adequado para implantação de trabalho prisional e os internos que frequentavam a escola eram colocados numa sala adaptada para participarem das aulas. As celas ficavam em um corredor com baixa luminosidade e espaço reduzido. O banho de sol era liberado numa estrutura também estreita que possuía apenas um tanque para lavar roupa e um banheiro privativo. Atualmente, o espaço não é suficiente para atividades físicas e não existe uma quadra para a prática de esportes (futsal, vôlei, etc).

As equipes de servidores trabalhavam em um mesmo ambiente, todavia, com visões distintas sobre os internos. Neste período inicial, eu era responsável por uma equipe plantonista em regime de escala de 24 horas de serviço com direito a 72

horas de descanso remunerado. Enquanto as equipes plantonistas no exercício de suas atribuições tinham como objetivo principal vigiar os internos, cumprindo a rotina determinada, as equipes de apoio eram compostas por Psicóloga, Assistente Social, Administradora, procurador autárquico e servidores dos setores de atendimento ambulatorial.

A unidade foi remodelada e espaços foram criados com o intuito de proporcionar condições para que o apenado possa, conforme sua decisão individual, ser reinserido a sociedade apto e livre da possibilidade de reincidência criminal, tendo em vista, que uma das mazelas do sistema prisional que contribui para a superlotação está relacionado a reincidência. O acesso a oportunidade nas prisões por si só não significa que ao retornar ao convívio social não venha a cometer novos delitos.

Atualmente a Penitenciária de Amambai conta com 193 internos distribuídos em 14 celas. As celas estão divididas por galerias. Na galeria A estão as celas de 01 a 05. Na Galeria B as celas de número 6 a 12. Existe uma cela denominada Correccional que tem a finalidade de abrigar os internos que acabam de adentrar e precisam passar pelo processo de fichamento e adaptação as normas da unidade prisional. Esse fichamento abrange o cadastramento do interno em todos os setores de atendimento da unidade penal (jurídico, assistência social, saúde, disciplinar, etc). Todas as informações obtidas por meio deste cadastro têm a finalidade de obter informações necessárias para atender individualmente o interno. A outra finalidade da Cela Correccional referente a adaptação, tendo em vista, que existem normas de disciplina na unidade e neste momento o mesmo será orientado, não podendo fazer jus do argumento de desconhecimento das normas. Há também uma cela especifica para isolamento com finalidade especifica, ou seja, por ter infringido as normas ou que tenha que ser resguardado sua integridade física, cuja cela denominada de Cela Disciplinar.

A unidade também possui uma cela cível para crimes de transito e aqueles que não cumpriram as normas sobre pagamento de pensão alimentícia. Ocorre uma particularidade em que internos com idade avançada (acima de 70 anos) precisem ser realocados para a Cela Cível, que tem um índice de criminalidade menor e tem uma condição mais adequada para estes internos. Ressalta-se que os crimes

sexuais conforme a gravidade precisa ficar em isolamento disciplinar, ou até mesmo transferido para outra unidade prisional do Estado para resguardar sua vida.

No ano de 2012, assumi o desafio de compor a equipe da Chefia da unidade prisional juntamente com o servidor com mais de 30 anos de serviço, Agente Antonio Luiz Pacheco. Dentro do viés metodológico do eu-identidade descrito Habermas, pude adquirir um conhecimento diferenciado do que até então havia prestado em minha atividade laboral. Entre os anos de 2012 a 2016, ano este que o Agente Pacheco se aposentou, busquei aprender o máximo que pude e reproduzir aos demais servidores o conhecimento adquirido.

A complexidade exige uma maturidade na tomada de decisões em todos os aspectos profissionais modificaram o ambiente em que desenvolvia minha profissão. Aprender a ouvir as pessoas, sem nenhum tipo de acepção permitem que tenhamos uma visão ampliada do que pode estar acontecendo no presídio. O poder da informação e o valor dado ao compromisso formalizado pela palavra proferida serão utilizados em todos os momentos da carreira. A interação entre os setores ajuda a disseminar o senso de responsabilidade e do companheirismo entre os servidores.

No setor de Chefia, entre as atribuições, existe a catalogação e escolha dos internos que trabalharão na unidade prisional. A princípio, deve partir do interno o interesse pelo trabalho prisional. Ocorrido isso, entra numa lista de espera cronológica em que é orientado que qualquer cometimento de uma falta, será excluído da lista. Com a aposentadoria de Pacheco, assumi suas funções e prossegui com o trabalho que foi desenvolvido com êxito pelo nobre servidor. A priori, o interno procura oportunidade de trabalho por que visa reduzir sua pena, tendo em vista, que com 3 dias trabalhados, ele obtém um dia a menos em sua punição. Por exemplo, se um interno passa 1 ano em determinação função, o mesmo tem o direito a ter em sua pena a diminuição de 4 meses.

Com relação ao acesso ao ensino estudantil, o setor psicossocial trabalha em conjunto com a chefia, tendo em vista que a interação entre setores, além da harmonia no ambiente de trabalho, desenvolve um ambiente com lealdade entre os servidores. No processo de escolha de internos para participar dos projetos religiosos também é fruto da interação entre os setores de chefia, direção e assistência social. Serão analisados todos os dados referentes a trabalho,

educação e acesso a assistência religiosa entre os anos de 2012 até 2018. O processo de tabulação deste intervalo de tempo poderá ser aproveitado na formulação de novos projetos voltados a ressocialização dos internos de Amambai.

### **5.3.2. Projetos de Ressocialização**

A Lei de Execução Penal em seu artigo 10 descreve o tipo de assistência o Estado deve desenvolver nas unidades prisionais.

Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso. Art. 11. A assistência será: I - material; II - à saúde; III - jurídica; IV - educacional; V - social; VI - religiosa. (LEP, 1984)

Observemos que é dever do Estado orientá-lo para o retorno do convívio em sociedade. A complexidade da ação está em orientar aquele que não se submeteu as normas e demonstrar ao mesmo que seguir a vida em sociedade com base na regulamentação das leis é o único caminho. Neste contexto o artigo 11 divide em setores as assistências que em conjunto proporcionarão condições para o reingresso a sociedade. Os itens IV, V e VI representam o objeto de estudo da pesquisa.

Na unidade de Amambai os setores educacionais, social (trabalho) e religiosa possuem projetos em funcionamento. Com relação aos projetos educacionais, com base no período de 2012 a 2018, foram implantadas turmas escolares nos períodos matutino e vespertino. Segundo RIBUP (2006) no Art. 25 “A assistência educacional compreenderá a instrução escolar, até o nível fundamental, profissionalização rural e urbana e desenvolvimento sociocultural”. Ao todo são 04 turmas que passam pelo processo seletivo interno para identificação do nível escolar, acompanhado do critério de análise comportamental para ter acesso ao ensino.

Os internos também têm direito a provas aplicadas pelo governo que diplomam conforme a aprovação. Anualmente são aplicadas provas do ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos), ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Além disso, tem acesso a cursos de qualificação profissional e capacitação (pintura residencial, barbearia, informática

básica). São estabelecidas parcerias com instituições especializadas na formação pessoal.

Com relação ao acesso a assistência religiosa os internos de Amambai são assistidos por diversas denominações. Para que ocorra dentro dos procedimentos de segurança, as reuniões ocorrem em dias e horários determinados em que os agentes religiosos adentram na unidade penal para o exercício de suas atividades. Na unidade penal de Amambai os cultos religiosos foram padronizados para que ocorressem todos os sábados no período matutino e no segundo e quarto sábado no período vespertino.

O acesso ao culto religioso está amparado por lei conforme descrito na lei de execuções penais em seu artigo 24:

A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, permitindo-se lhes a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa. § 1º No estabelecimento haverá local apropriado para os cultos religiosos. § 2º Nenhum preso ou internado poderá ser obrigado a participar de atividade religiosa. (LEP, 1984)

Com relação ao inciso 1 o local designado em Amambai e onde durante a semana funciona as salas de aula, aproveitando a estrutura existente. No que se refere ao segundo inciso, sobre a obrigatoriedade, os internos que participam dos cultos religiosos são inseridos conforme suas solicitações prévias. Como a capacidade de atendimento, em determinado momento, pode ser inferior as demandas já ocorreram situações em que os internos aguardaram em lista de espera, sempre tendo como referência para o acesso a sua conduta dentro da unidade penal.

Atualmente estão autorizadas para cultos religiosos as igrejas Congregação Cristã do Brasil, Universal do reino de Deus, Católica. Ocorrem situações em que determinadas igrejas estão com projetos na cidade e resolvem estender seus trabalhos para as prisões, fato este, sempre foi autorizado pela Direção da unidade. Tais ações, podem mostrar a sociedade de que forma os internos vivem neste ambiente e desmitificar a ideia de exclusão ao indivíduo.

Atualmente temos 40 internos (23% do total de internos) cadastrados para os cultos religiosos em três denominações já descritas. Conforme poderemos observar

nos gráficos a distribuição tem oscilações com base no perfil de cada interno, onde é respeitado sua opção religiosa.

Com relação ao trabalho prisional, a unidade prisional tem buscado ampliar suas iniciativas para atender e disponibilizar oportunidade a todos os internos da unidade penal. Todavia, quando nos deparamos com a implantação de projetos de incentivo ao trabalho prisional algumas variáveis que precisam ser resolvidas para o pleno funcionamento das iniciativas.

Primeiramente, a unidade prisional de Amambai não foi projetada nos moldes de uma Penitenciária. No local, onde foi instalado e construído para abrigar uma delegacia de polícia que a priori receberia os internos apenas para cumprimento de atos administrativos referentes ao seu crime. As celas foram construídas para abriga-los durante este processo. Pelas atribuições inerentes a delegacia não faria sentido preparar o ambiente para o exercício do trabalho prisional, no intuito de reinseri-lo a sociedade.

Todavia, com a expansão da quantidade de pessoas presas, o que no início havia 05 celas, foi necessário a construção de mais 06 celas, incluída uma cela para as mulheres detentas. Segundo o Agente Pacheco, que exercia a função de Chefe de Disciplina na unidade penal, quando assumiram o local em Dezembro de 2004 “havia de tudo nas celas, desde fogão até restos do que eles acreditavam ser uma máquina de lavar roupa. ” Os internos que cumpriam pena em Amambai tinham poucas possibilidades de remição de sua pena por meio do trabalho prisional. Segundo o Agente Alexandre, Diretor da unidade atualmente e no processo de transição em 2004, “os internos que estavam remindo pena eram os que prestavam serviços administrativos, manutenção e limpeza do local. ”

Com isso, foi preciso um amplo trabalho de reforma na penitenciária de Amambai para que pudessem disponibilizar oportunidade aos internos. A primeira ampliação foi a construção de uma cozinha própria, para que a alimentação fosse confeccionada dentro da prisão. A dependência do fornecimento das refeições por empresa terceirizada engessava as possibilidades de disponibilizar alimentos variados e saudáveis a todos. Temos que enfatizar que na confecção de refeições nas unidades prisionais são utilizados mão de obra dos próprios detentos que

estariam adquirindo capacitação específica e reduzindo suas penas a partir do momento em que estivessem trabalhando no referido setor.

No processo de reforma e construção foi utilizado mão de obra prisional, supervisionado por um servidor penitenciário com amplo conhecimento em carpintaria. Os internos que trabalhavam nas obras foram também cadastrados para remição de suas penas. Neste caso, os internos escolhidos para o trabalho nas obras tinham que ser compatíveis com a necessidade das reformas, sempre levando em conta seu perfil e comportamento na unidade prisional.

Desde que a Agepen assumiu a unidade de Amambai em 2004, até a data corrente inúmeras reformas e ampliações ocorreram voltados ao incentivo ao trabalho prisional. A partir de 2012, quando passei a compor a equipe que seleciona os internos que terão a oportunidade de exercer alguma atividade, a unidade passou por várias mudanças no que tange o acesso ao trabalho prisional.

Estruturalmente, a unidade comporta os seguintes trabalhos prisionais: trabalho no setor de cozinha, setor de lavanderia, setor de limpeza, barbearia, pintura, carpintaria, eletricista, horta, administrativa (cantina da U.P.). Até o ano de 2016, havia uma empresa que utilizava mão de obra de 30 internos, num sistema de trabalho dividido em equipes que desenvolviam por etapas a transformação de crinas de cavalo em um produto semiacabado que posteriormente em um maquinário fora da unidade penal resultaria em matéria prima para pinceis, que tinham o mercado chinês seu principal comprador.

No entanto, a empresa tinha como política remuneratória a partir da produtividade com base em metas de rendimento. Mas é salutar que a LEP em seu artigo 29 diz “O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo” (LEP,1984). O cumprimento da legislação retirou a empresa da unidade prisional, que mesmo com os benefícios de firmarem convenio nas prisões, considerou inviável a sua manutenção.

O trabalho prisional, além da remuneração e da remição ao que o interno tem acesso deve ser compreendido com outros objetivos:

Art. 31. O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade. Parágrafo único. Para o preso provisório, o trabalho não é obrigatório e só poderá ser executado no interior do estabelecimento. Art. 32. Na atribuição do trabalho deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado. § 1º Deverá ser limitado, tanto quanto possível, o artesanato sem expressão econômica, salvo nas regiões de turismo. § 2º Os maiores de 60 (sessenta) anos poderão solicitar ocupação adequada à sua idade. § 3º Os doentes ou deficientes físicos somente exercerão atividades apropriadas ao seu estado. Art. 33. A jornada normal de trabalho não será inferior a 6 (seis) nem superior a 8 (oito) horas, com descanso nos domingos e feriados. Parágrafo único. Poderá ser atribuído horário especial de trabalho aos presos designados para os serviços de conservação e manutenção do estabelecimento penal. Art. 34. O trabalho poderá ser gerenciado por fundação, ou empresa pública, com autonomia administrativa, e terá por objetivo a formação profissional do condenado. (LEP, 1984)

O fato do interno condenado “ser obrigado” ao trabalho prisional representa um desafio as unidades prisionais para o cumprimento da lei. De que forma, uma unidade como a de Amambai poderia atender todos os internos condenados, com uma estrutura física que impede a implantação de novos projetos. A simples prática de uma função não poderia ser diagnosticada como uma oportunidade de reinserção a sociedade com base nessa atividade.

Tomemos o exemplo de um determinado interno que atualmente trabalha no setor de faxina nas dependências da unidade prisional. O mesmo exerce uma função digna, faz com zelo seu trabalho, obtém o respeito de todos os servidores, dos internos, dos visitantes que o mesmo venha a atender. Entretanto, antes de vir preso, o interno estava frequentando uma universidade pública, no terceiro ano de licenciatura em História, exercendo uma atividade remunerada como contratado como Agente de Saúde no município. De que forma, a unidade prisional está contribuindo no seu retorno a sociedade? As relações de trabalho são compatíveis? Está sendo despertado suas aptidões de forma que, o mesmo sinta-se preparado ao convívio social, sem infringir as leis?

A analogia busca a reflexão de que forma o trabalho prisional em Amambai está proporcionando mudanças na perspectiva do apenado. A ocupação física é válida, todavia, a potencialização de suas capacidades deve demandar os projetos na unidade. O artigo 32 descreve sobre as atribuições ao trabalho, levando em conta suas habilidades e necessidades futuras do interno, condizentes ao mercado de trabalho. Na unidade prisional de Amambai, os internos que prestam serviços

técnicos, tais como, eletricitista, carpintaria, cozinha, seguem de certa forma, os preceitos do uso de suas habilidades.

A competitividade do mercado de trabalho exige uma aptidão diferenciada dos candidatos. A proatividade, ou seja, uma disposição a lidar com execução de tarefas acima do que foi disposto em sua contratação, tem sido um diferencial na consolidação no mercado de trabalho. Investir em projetos voltados a utilização da habilidade do indivíduo, é reinseri-lo mesmo estando preso. Cito um exemplo de um interno que enviou um pedido de atendimento e pedi a equipe de plantão que o encaminhasse a minha sala.

No diálogo em que tivemos, o mesmo pediu autorização para que confeccionasse e construísse um aparelho artesanal que executasse o mesmo procedimento que uma máquina tatuadora profissional. De imediato, rejeitei seu pedido explicando que determinada ferramenta poderia ser utilizada para reprodução de imagens que poderiam representar apologia a símbolos utilizados por facções criminosas. No entanto, pedi que o interno me contasse o porquê foi preso, e de onde havia apreendido a fazer tatuagens.

Ao que me respondeu que, quando morava na cidade de Naviraí/MS, tinha um estúdio de tatuagem, e que, no entanto, acabou cometendo seu primeiro delito, ao ser pego no tráfico de drogas. Ao cumprir sua pena na Penitenciária de Naviraí, na sua saída, tentou retornar ao ramo de tatuagem, entretanto não obtendo sucesso e para não passar fome resolveu trabalhar em usina de cana de açúcar na localidade. O desencontro com as realidades, tanto a falta de perspectiva na sua profissão anterior e a falta de habilidade ao lidar com o trabalho braçal nas lavouras, em um momento de desespero, buscou no tráfico de drogas uma possibilidade de adquirir um montante que fosse suficiente para equipar e inaugurar seu estúdio, mas tudo deu errado.

Observemos que o relato descreve uma pessoa com habilidades, talentos, mas com uma baixa perspectiva em relação a sociedade. Mas de que forma, aproveitar suas habilidades e ao mesmo o interno gere renda e reduza seu tempo de pena? A possível resposta seja investir no seu talento criativo. As profissões na era da informação e tecnologia tem passado por transformações numa rapidez

diferenciada comparada com outros tempos. Uma pessoa que ficar, por exemplo, 05 anos sem contato com as mudanças da sociedade, encontrara muito mais dificuldades para se inserir.

O exemplo tratado demonstra que devemos investir em trabalho prisional emergindo dois pressupostos: a habilidade do interno e as tendências do mercado. A capacidade criativa estimulada com a perspectiva de que estará apto a competir mudara o futuro dessas pessoas. O artesanato nas prisões tem sido utilizado como referência na fomentação de oportunidades, principalmente nos complexos penitenciários que possuem estrutura física adequada. A LEP regula o trabalho artesanal, de forma que, a limita conforme a demanda da localidade, todavia, se a unidade prisional não estiver localizada numa região turística, o viés econômico é descartado.

Na unidade de Amambai, o trabalho artesanal não está cadastrado como trabalho prisional que venha a remir pena e com incentivos econômicos, conforme determinação do Juiz responsável pela comarca, justificado pela dificuldade em fiscalizar o exercício do ofício. Os poucos trabalhos existentes são destinados e permitidos para ocupação temporal e podem ser retirados por seus visitantes aproveitarem conforme seu interesse. São feitos trabalhos com linhas de crochê, com papel sulfite, e palitos de picolé, que se transformam em tapetes dos mais diversos tamanhos, balaios de papel sulfite, carros, casas, barcos e cofrinhos feitos com palitos de picolé. Normalmente são produzidos por internos reincidentes, que adquiriram as habilidades em outras unidades prisionais.

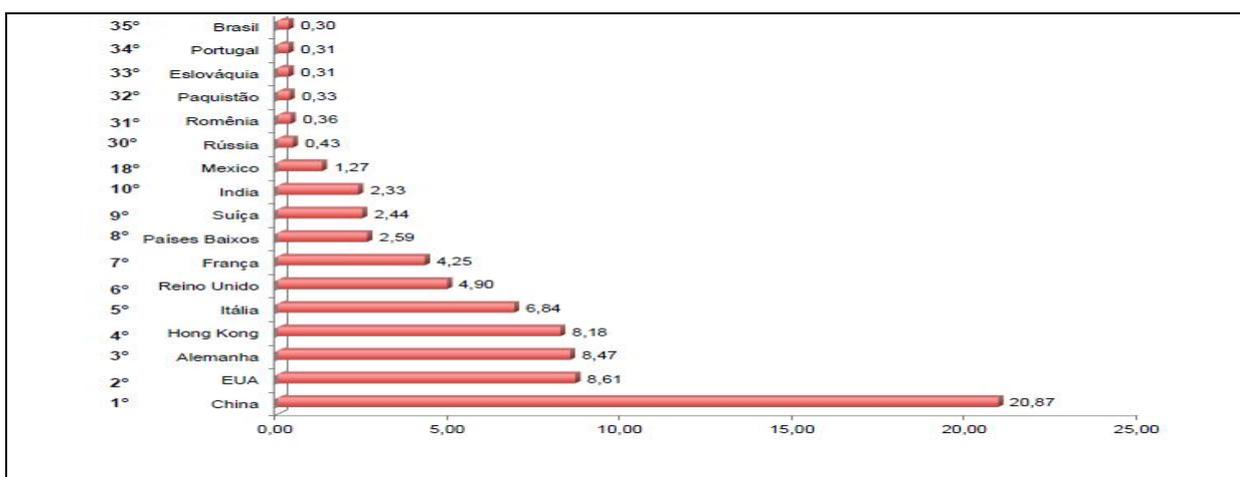
#### **5.4. Potencialidade da Economia Criativa**

Segundo FONSECA (2012, p 38), economia criativa compreende “ o valor gerado tanto por empresas privadas quanto pelo terceiro setor por meio de uma gama de produtos culturais”. Todavia os impactos culturais não são os únicos a serem afetados. A sociedade em si, é afetada com a inclusão da economia criativa a sua realidade. Essa inserção desses profissionais criativos, impulsionam o mercado de trabalho tanto local quanto da região.

No Brasil, o fomento da Economia Criativa, referenciado com este termo, foi disseminado a partir de 2004, com a realização do 11º Encontro quadrienal da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) na cidade de São Paulo. Posteriormente, no ano de 2008, a FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) publicou estudos sobre a cadeia da indústria criativa no Brasil, tornando-se referência no acesso as profissões criativas distribuídas por segmentos.

Diante disso, e na delimitação de resultados voltados a pesquisa foram analisados alguns dados. O Gráfico 2 retrata a posição do Brasil no ranking dos exportadores de bens criativos. A identificação do Brasil, num comparativo com outras nações, demonstrara a representatividade da nação e as possíveis oportunidades da economia criativa no Estado de Mato Grosso do Sul, com base na oferta existente.

Gráfico 2 – Ranking dos Países Exportadores de Bens Criativos



Fonte: UNCTAD, 2010

No Gráfico 2 que infere o ranking dos Países exportadores de Economia Criativa, constata-se que o Brasil está distante de países como China e Estados Unidos e Alemanha, nações estas, economicamente superiores. Todavia, países como Paquistão e Romênia, com baixa representatividade na economia internacional também estão à frente do Brasil, demonstrando a necessidade de atenção a potencialidade deste nicho de mercado.

Os resultados obtidos a partir dos estudos em todos os Estados da Federação pela FIRJAN, atingiram aspectos tanto econômicos quanto sociais. Diante a qualidade e os pontos alcançados pela pesquisa de 2008, a própria FIRJAN, publicou o mapa da Indústria Criativa em 2014. Nesse estudo, a FIRJAN (2014)

destaca sobre os empregos criativos que “ em 2013, o BRASIL tinha mais de 892,5 mil profissionais criativos, frente a 469,8 mil registrados em 2004”.

Tabela 2 – Número de Empregados da Indústria Criativa no Brasil, por Áreas Criativas e Segmentos 2004 e 2013

Segmentos	2004	2013	Cresc.
<b>Consumo</b>	<b>211,5</b>	<b>422,9</b>	<b>100,0%</b>
Publicidade	45,7	154,8	238,5%
Arquitetura	62,7	124,5	98,5%
Design	42,6	87,0	104,3%
Moda	60,5	56,7	-6,3%
<b>Cultura</b>	<b>43,3</b>	<b>62,1</b>	<b>43,6%</b>
Expressões Culturais	18,3	22,5	22,7%
Patrimônio e Artes	10,2	16,4	60,9%
Música	7,5	12,0	60,4%
Artes Cênicas	7,2	11,2	54,9%
<b>Mídias</b>	<b>64,2</b>	<b>101,4</b>	<b>58,0%</b>
Editorial	27,8	50,8	82,5%
Audiovisual	36,3	50,6	39,1%
<b>Tecnologia</b>	<b>150,9</b>	<b>306,1</b>	<b>102,8%</b>
P&D	82,2	166,3	102,3%
TIC	55,5	112,9	103,6%
Biotecnologia	13,2	26,9	102,8%
<b>Indústria Criativa</b>	<b>469,8</b>	<b>892,5</b>	<b>90,0%</b>

Fonte: FIRJAN (2014)

Os segmentos: consumo, cultura, mídias e tecnologia serviram de sustento para a pesquisa. Segundo a FIRJAN (2014, p.12), o segmento consumo foi o que de destacou por dobrar o número de trabalhadores no comparativo ao estudo de 2004. O segmento Consumo abrange as áreas de Publicidade, Arquitetura, Design e Moda.

Conforme foi demonstrado que a evolução na empregabilidade dos diversos segmentos impactou na economia do Brasil, afetando diretamente os índices de desemprego. Diante desse cenário, se faz necessário entendermos, de que forma essa mudança no índice de desemprego, terá correlação com o desenvolvimento social da localidade afetada.

Para CASTELAR (2009, p.19), a estratégia para desenvolver econômica e socialmente o Brasil é composta de duas partes: “ A primeira é o ponto final, ou seja, para onde se quer levar a sociedade. E a segunda é a trajetória econômica que deve facilitar a chegada um ponto final”. Observando a necessidade de estratégia e que aos resultados a longo prazo exercem qualidades substanciais sobre decisões imediatistas, a pesquisa do impacto social da economia criativa tem sua relevância destacada.

Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA,2009), fomentam que a economia criativa “promove a diversificação econômica, de receitas, de comércio e de inovação, e pode se relacionar, de forma simbiótica, com as novas tecnologias, notadamente as tecnologias da informação e comunicação”. Os resultados publicados pelo IPEA (2009) destacam que o crescimento do mercado de trabalho desenvolvido por profissionais da economia criativa afeta os aspectos sociais e econômicos (IPEA, 2009, p. 8), associados “ a emprego de melhor qualidade, níveis de satisfação acima das ocupações de rotina, por conta do compromisso e senso de envolvimento cultural e criativo”.

No Estado de Mato Grosso do Sul, o percentual de profissionais identificados com as características que utilizam suas criatividade como forma de obter geração de renda tem certa representatividade conforme os dados apresentados. O desenvolvimento de habilidades criativas exige do detentor do talento, a capacidade de manter a qualidade do processo de seu trabalho e de certa forma identificar oportunidade de novas aprendizagens, confirmando o que Howkins (2001) define, a existência de dois tipos de criatividade: a que se relaciona com a realização da pessoa como indivíduo e o que gera um produto.

Segundo o IBGE (2012), a população do Estado de Mato Grosso do Sul é estimada em 2,5 milhões de habitantes, distribuídas em 79 municípios e com PIB/per capita/ano de R\$ 21.744,32. Com relação ao mercado de trabalho, o saldo entre admissão e demissão encontra-se positivo se compararmos os dados entre 2008 e 2012, conforme a tabela 3:

Tabela 3 – Evolução anual da flutuação de emprego no Estado de Mato Grosso do Sul.

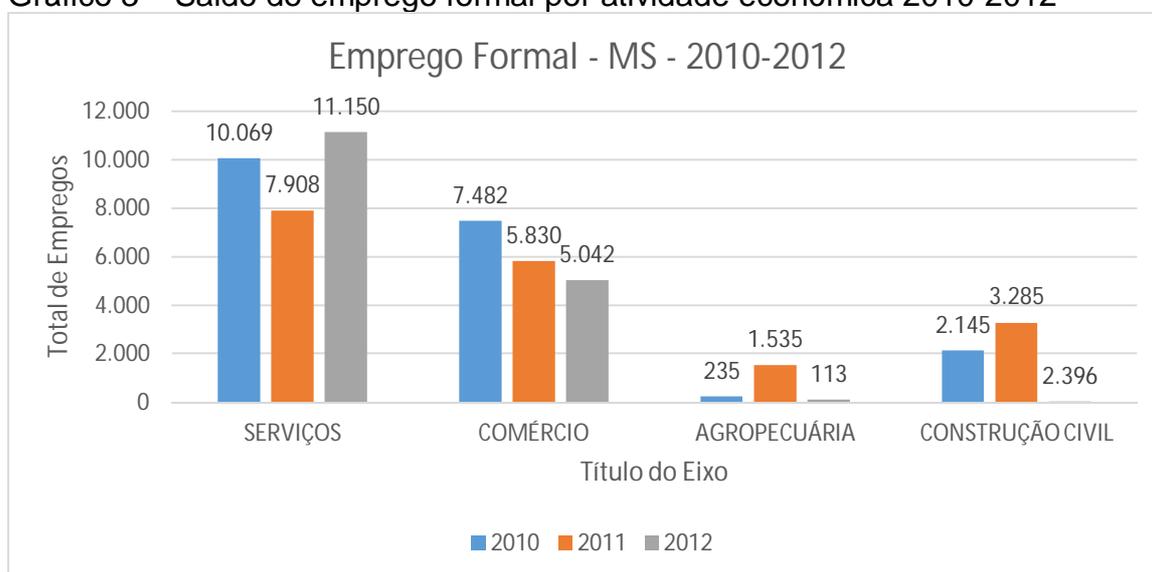
ANOS	ADMISSÃO	DEMISSÃO	SALDO
<b>2008</b>	242.953	233.087	9.866
<b>2009</b>	229.386	216.486	12.900
<b>2010</b>	274.427	246.478	28.149
<b>2011</b>	300.442	276.859	23.583
<b>2012</b>	307.668	283.349	24.319

FONTE: Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Lei 4.923) - Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

A tabela 3, com dados do IBGE de 2012, demonstram que o Estado de Mato Grosso do Sul, possui capacidade positiva de geração de emprego e que analisando o período de 2008 a 2010 ocorreu um crescimento do saldo entre admissão e demissão de 285,31%. Mesmo com a queda de 2011 e o retorno da elevação do índice, os resultados mantiveram uma elevação substancial comparada a 2008.

Conforme a SEMADE, o mercado de trabalho de Mato Grosso foi dividido em 08 (oito) categorias, todavia foram selecionadas as 04 (quatro) categorias que tiveram representatividade considerada no mercado de trabalho demonstradas no gráfico a seguir com os seus respectivos resultados no mercado de trabalho no período de 2010 a 2012.

Gráfico 3 – Saldo do emprego formal por atividade econômica 2010-2012



Fonte: Cadastro Geral de Emprego e Desemprego-CAGED/Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Pode-se observar que o mercado de trabalho de Mato Grosso do Sul, obteve saldos positivos em todos os períodos elencados, nas 04 categorias. O destaque é a queda de 2010 para 2011 nas categorias Serviços e Comércio, e o crescimento nos setores Agropecuário e Construção Civil no mesmo período comparado. No entanto, não temos dados que contribuam no sentido de identificar se a diminuição de um setor num dado período, influenciou no crescimento dos setores que tiveram elevação do emprego.

O interesse ao destacar essas oscilações no mercado de trabalho no Estado pesquisado é o fornecimento de ferramentas informativas que permitam relacionar as mudanças já citadas com o desenvolvimento e a busca de alternativas de geração de renda na economia criativa. A partir desse entendimento, os dados

referentes a economia criativa no Brasil serão analisados, e sua interpretação terá uma solidez técnica nos resultados confirmando sua potencialidade na aplicação em sistemas prisionais.

Ao discorrer por toda a estrutura criativa, desde a posicionamento do Brasil no mercado mundial e a partir disso, identificar as áreas criativas e seus segmentos, sempre no intuito de identificar as possíveis potencialidades. Com isso, foi possível mensurar um mercado criativo escasso de profissionais e com um amplo mercado aberto, propicio a investimentos. Os resultados do mercado de trabalho de Mato Grosso do Sul também comprovam a necessidade do mercado.

A subjetividade dos resultados com relação aos incentivos de trabalho criativo nas unidades prisionais de Mato Grosso do Sul, despertaram o desenvolvimento da pesquisa, tendo em vista, a problemática existente com relação ao aumento da criminalidade e a superlotação dos presídios.

## **6. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

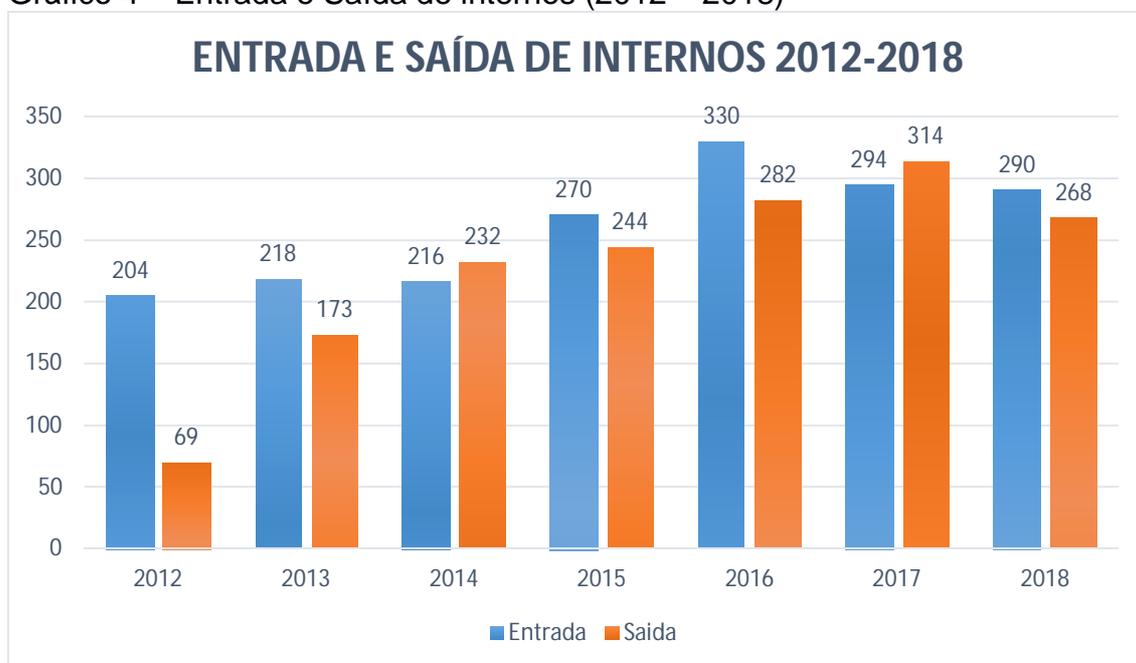
### **6.1 Desenvolvimento de oportunidades (2012 – 2018)**

Conforme a estrutura da unidade prisional foi sendo concluída e os espaços para implantação de trabalho prisional foram surgindo. Algumas empresas e organizações da sociedade amambaiense começaram a identificar uma oportunidade investir na utilização de mão de obra dos internos. No entanto, a unidade não difere das demais unidades do Estado e se em dezembro de 2004

quando ocorreu a transição, havia 67 internos, em 2012, já contava, no primeiro dia ano, com 204 internos.

Neste intervalo de tempo, a unidade construiu apenas 01 Cella, designada aos trabalhadores, com capacidade para 15 internos. Como a unidade não possui espaço físico para ampliação e construção de novas celas e o fato de estar localizada em região fronteira potencializando as prisões, o principal incentivo para proporcionar uma perspectiva de qualidade de vida aos internos, ficara voltado a criação de oportunidades de trabalho. O gráfico a seguir, demonstra como ocorreu a superlotação na unidade com base nas entradas e saídas dos internos.

Gráfico 4 – Entrada e Saída de internos (2012 – 2018)



Fonte: Elaborado pelo autor conforme SIAPEN (2018)

Com base no que o gráfico representa, no intervalo entre os anos de 2012 a 2018, apenas em 02 (dois) dos 07 (sete) anos analisados a saída de internos ficou acima da entrada. Em 2014, o saldo de saída ficou positivo em 16 internos. Em 2017, este saldo foi de apenas 20 internos. Levando em conta que o período inicial da amostragem, a unidade já constava com 212 internos, sendo assim, a tendência segundo os dados é ampliar cada vez mais o quantitativo de internos.

Essa desproporcionalidade pode ser caracterizada de diversas formas: primeiro que há um descompasso entre a entrada e o lapso temporal em que os

internos ficarão detidos. Quando o cidadão adentra a prisão, os procedimentos jurídicos até a sua saída utilizam de um longo período até a dissolução. As etapas do judiciário até a condenação ou absolvição não acompanham o mesmo mecanismo de entrada de internos.

A reincidência no descumprimento das leis também contribui na superlotação dos presídios. Inúmeros internos permanecem boa parte da vida retornando as prisões, já que, quando retornam a sociedade, seja por progressão de regime ao semiaberto ou pelo direito adquirido ao cumprir sua pena, retornam as prisões cometendo muitas vezes os mesmos delitos e em sua triagem não conseguem diagnosticar o motivo sempre utilizando de justificativas (usuário de drogas, não conseguiu trabalho, etc).

A falta de oportunidade para remir sua pena, seja numa atividade nova ou aquela em que ele tenha conhecimento também contribui na superlotação do presídio. Nos próximos gráficos num recorte temporal, mostraremos a relação da quantidade de internos que trabalham com a quantidade que se encontram presos. A legislação penal como já foi citado, ao preso provisório fica facultado o acesso ao trabalho, entretanto ao condenado ocorre a obrigatoriedade. No caso da unidade de Amambai, a ausência de uma estrutura física adequada impede o cumprimento da lei.

As adequações e a construção de setores de trabalho, saturaram-se de forma que foi preciso adotar políticas de interdição e constantes transferências de internos para outras unidades do Estado. Quando a unidade não possui estrutura para adequar o mínimo desejado de internos trabalhando, a quantidade de internos que poderiam estar remindo suas penas seria maior e conseqüentemente ao todo mais internos estariam saindo da unidade.

Se analisarmos que no intervalo pesquisado, retirarmos o ano de 2012, tendo em vista que, a entrada de internos terminou o ano com saldo positivo de 135, sendo um saldo muito acima no comparativo com os demais anos, teríamos numa análise nos demais anos, apenas em 2016, onde ocorreu o maior saldo positivo de entrada com relação a saída de internos, num total de 48. Este total representaria em torno de 23% dos internos presos em 01 de janeiro de 2017, quando a unidade estava com 201 apenados.

Levando em conta que o comparativo foi feito com base no índice máximo, a composição de um projeto voltado a proporcionar ao grupo menor de internos, não parece uma ideia irreal. Nessa engrenagem de oportunidades, temos que observar que uma ampliação de vagas num determinado ano, refletirá de médio a longo prazo. Numa hipótese, em que no final do ano de 2013, fossem disponibilizados no início de 2014 um total de 45 novas oportunidades de trabalho que representasse exatamente o índice positivo de entrada de internos e que no fim de 2014, onde ocorreu um saldo positivo na saída de internos, essa quantidade, numa análise com base apenas no pressuposto de que a remição aumentaria a quantidade de internos com direito a saída do regime fechado.

Esse resultado também influenciaria no próximo ano e assim consequentemente, tendo por base um aumento no índice de trabalhadores em 23%. Os dados de 2018 referem-se até o mês de novembro, com saldo positivo para a entrada de 22 internos. Diante disso, os próximos gráficos serão observados numa premissa voltada a ampliação de oportunidade de trabalho prisional, onde verificaremos uma mudança nos números entre os anos de 2012 a 2018.

Gráfico 5 – Trabalho Prisional - 2012



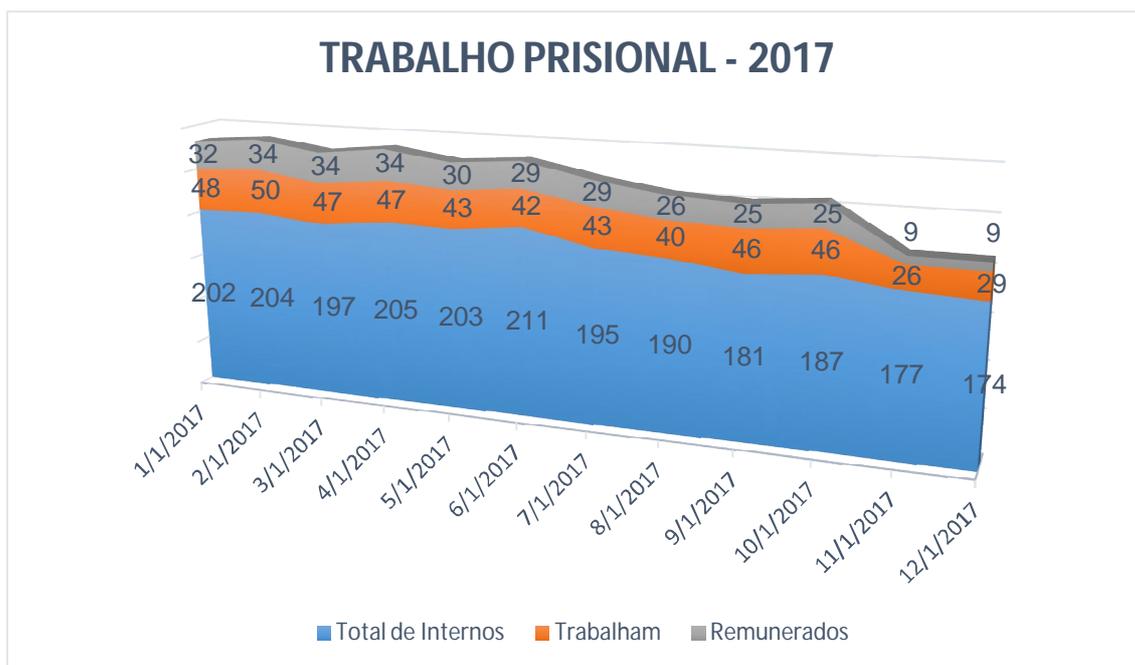
Fonte: Elaborado pelo autor conforme SIAPEN (2018)

No ano de 2012 ocorreu uma oscilação no total de internos presos, onde em janeiro a unidade estava com 212 internos e destes 59 trabalhavam na unidade penal, num total de 28% dos internos. Em dezembro do mesmo ano a unidade estava com uma lotação de 165 internos, destes 56 trabalhavam na unidade penal (34%). O interessante está no fato da unidade ter reduzido em 47 internos a sua lotação, no entanto, a quantidade de trabalhadores obteve uma mínima alteração negativa (de 59 para 56).

A informação ratifica a importância na ampliação de novas oportunidades de trabalho, já que ficou comprovado que, as vagas independem da lotação da unidade. Outro dado a ser avaliado é a relação entre os trabalhos remunerados dos que não são remunerados. Utilizando o exemplo de janeiro de 2012, dos 59 internos que trabalhavam, 36 exerciam suas atividades com remuneração (61%). Estes trabalhos remunerados eram distribuídos nos seguintes setores: em janeiro de 2012, 34 internos recebiam pelo serviço prestado na empresa Manufatura de Crines do Brasil, que conforme já foi descrito, dentro do seu processo produtivo, tinha como matéria prima, a crina de equinos.

Em 2012, a unidade também abrigava detentas em 01 cela específica para as mesmas, e com isso, as outras 02 vagas de trabalho estavam designadas para a produção de fraldas, com viés filantrópico, numa parceria entre o Rotary Club e a unidade prisional. Ambas as remunerações eram feitas com base em produtividade. Em novembro, as internas foram remanejadas para a unidade de Ponta Porã, onde existe uma unidade prisional feminina, ocorrendo o encerramento do convenio na produção de fraldas. Neste período o setor de cozinha da unidade ainda não estava sendo controlada por empresa terceirizada, sendo que as refeições eram preparadas por internos masculinos. No próximo gráfico, representando o ano de 2017, nos depararemos com uma nova realidade.

Gráfico 6 – Trabalho Prisional - 2017



Fonte: Elaborado pelo autor conforme SIAPEN (2018)

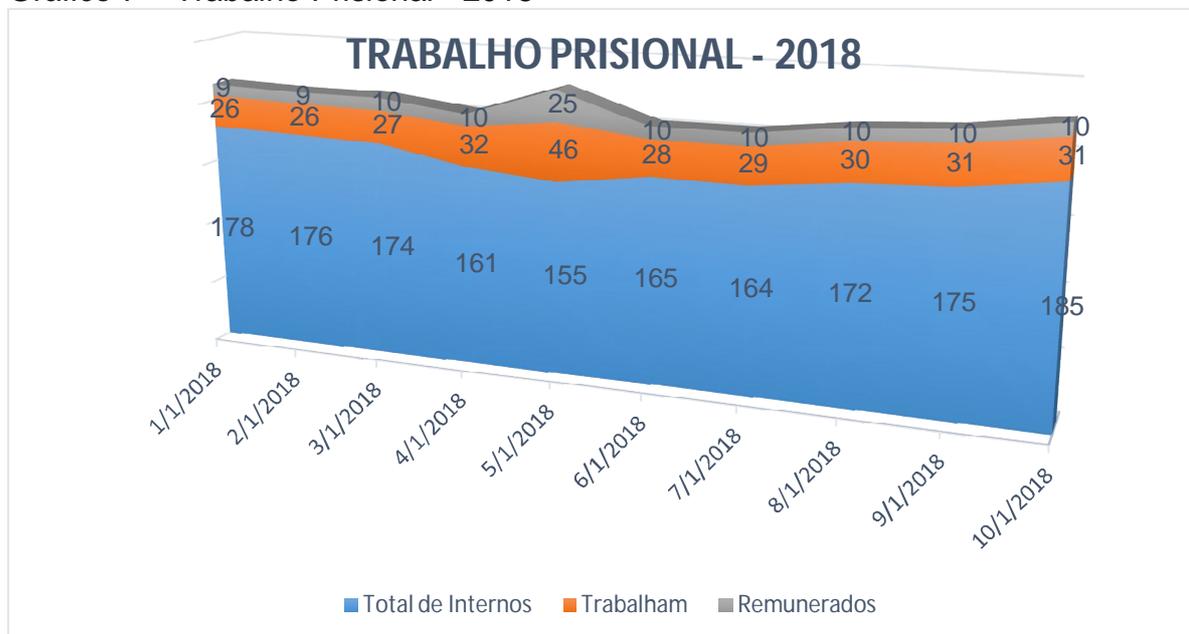
O salto ocorrido do ano de 2012 até o ano de 2017, justifica-se pela ausência de um arquivo completo nos demais anos e que a partir de 2017 havia informações completas. Sendo assim, podemos identificar uma diferença entre o início e o fim do ano no que tange o trabalho prisional. Diferentemente de 2012, onde a redução de internos no final do ano, não afetou o quantitativo de internos que trabalhavam, em 2017 os resultados são bem diferentes.

Enquanto em janeiro de 2017, havia 202 internos e destes 48 trabalhavam (24%), no mês de dezembro a unidade estava com 174 internos e com apenas 29 trabalhando (17%). Dos 48 internos que trabalhavam em janeiro, 32 destes estavam sendo remunerados pelas seguintes empresas: 21 internos pela empresa manufactures de crines, no entanto, não mais pelo sistema de metas por produção, mas pelo pagamento a cada interno de 75% do valor de um salário mínimo; e 11 internos que prestavam serviço para a empresa terceirizada, denominada Bom Sabor, que assumiu a responsabilidade pela confecção das refeições e que também remunerava conforme a legislação determina.

No entanto, em novembro de 2017, a empresa Manufactura de crines, rescindiu seu convênio com a AGEPEN, reduzindo drasticamente a quantidade de internos trabalhando, ficando apenas a empresa Bom Sabor remunerando os internos pelos seus serviços prestados. As demais vagas eram preenchidas com

serviços relacionados a manutenção da rotina da unidade, tais como, faxina, manutenção, horta, lavanderia, barbearia, carpintaria e serviços gerais. No próximo gráfico, referente ao ano de 2018, não ocorrendo muitas mudanças.

Gráfico 7 – Trabalho Prisional - 2018



Fonte: O autor conforme SIAPEN (2018)

A saída da empresa que empregava em torno de 30 internos ainda não foi suprida pela unidade penal. Em janeiro de 2018, havia 178 pessoas presas e destas apenas 26 estavam exercendo alguma atividade, representando em torno de 15% da massa carcerária. Destes apenas 9 estavam recebendo remuneração, pela empresa responsável pela confecção de alimentação.

A estrutura, que passou por reforma para proporcionar melhores condições de trabalho, está desativada e conforme o gráfico, no mês de maio, em parceria com a igreja católica do município, um grupo de 15 internos trabalharam na reforma dos bancos da igreja de uma das paróquias. O processo de reforma e restauração consumiu 30 dias e proporcionou a estes internos, uma pequena oportunidade de trabalho e computados alguns dias de remição em suas penas.

No momento, a unidade busca novas parcerias, não apenas direcionados a redução de penas, mas cadenciando propostas que estejam voltadas a preparação do interno a reinserção a sociedade. Mesmo cientes de que trabalhos artesanais, feitos a partir de trabalhos manuais, não são passíveis de remuneração e nem de

remição, os internos recebem autorização para entrada de materiais para produção artesanal, seja para a ocupação do tempo, ou para que os produtos quando finalizados sejam retirados pelos seus visitantes, para que possam comercializar fora dos muros da prisão.

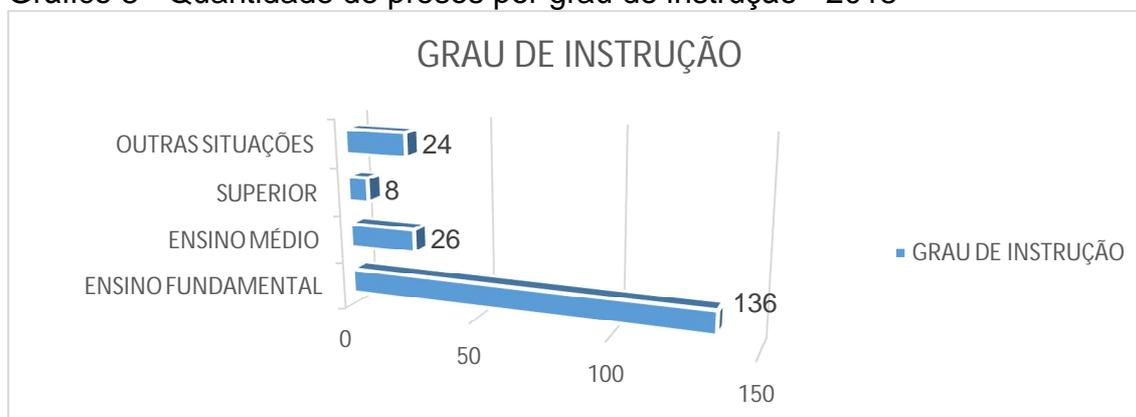
### 6.2.1 Perfil dos internos da Penitenciária de Amambai

Após a identificação dos aspectos históricos que contribuíram para o modelo existente da unidade penal, passamos neste momento a identificar quem são os internos da unidade de Amambai. Com isso, foi preciso delimitarmos algumas informações prioritárias, inclusive dentro do trabalho prisional. Para que sejamos eficazes nos tabulamentos dos dados foi utilizado a pesquisa documental.

A pesquisa documental assemelha-se muito a pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (GIL, 1989, p. 73)

Foram divididos da seguinte forma: por grau de instrução; por nacionalidade; por tempo total de pena; crimes tentados/consumados; por faixa etária; por cor da pele / etnia. A amostragem abrange 194 internos na data vigente e os dados foram compilados utilizando o acesso ao banco de dados interno da instituição.

Gráfico 8 - Quantidade de presos por grau de instrução - 2018



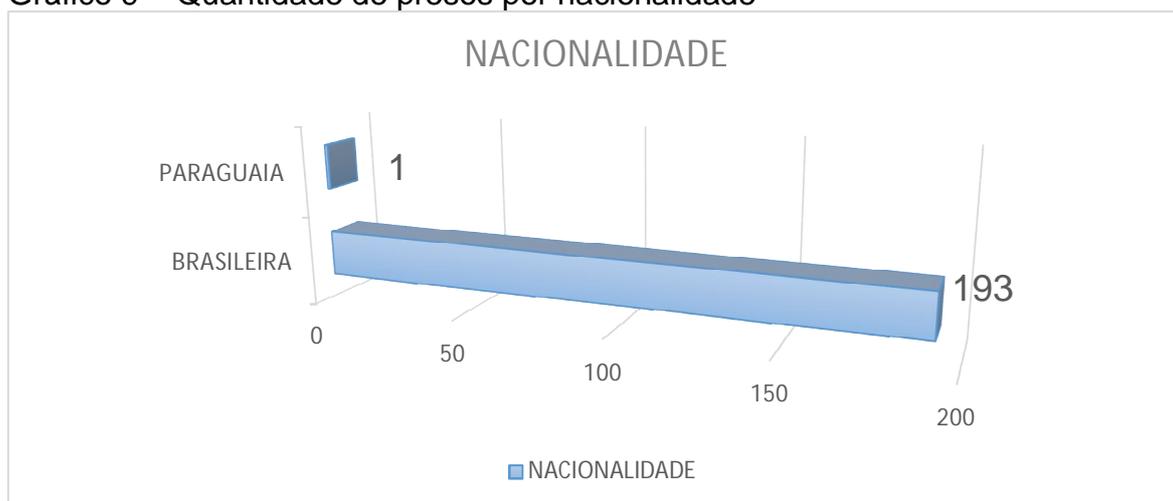
Fonte: Elaborado pelo autor com base no SIAPEN (2018)

Com base nos dados, em torno de 70% dos internos possuem apenas o ensino fundamental completo ratificando a relação em que a possibilidade de adentrar ao crime é maior para aqueles que não prosseguiram nos estudos. Com ensino superior apenas 4% compõem a massa carcerária de Amambai.

No que tange aqueles que compõem no gráfico o item “outras situações”, refere-se aos estudantes que em sua entrevista estavam concluindo seus estudos, mas foram interrompidos pelo fato de terem sido presos. Como havia apenas 4 internos identificados como analfabetos foram inseridos na categoria “outras situações”, tendo em vista, esses dados serem lançados quando os mesmos entram na unidade prisional e os mesmos assim que identificados como analfabetos são encaminhados para a instituição de ensino da unidade prisional.

No próximo gráfico, será retratado sobre as nacionalidades dos internos.

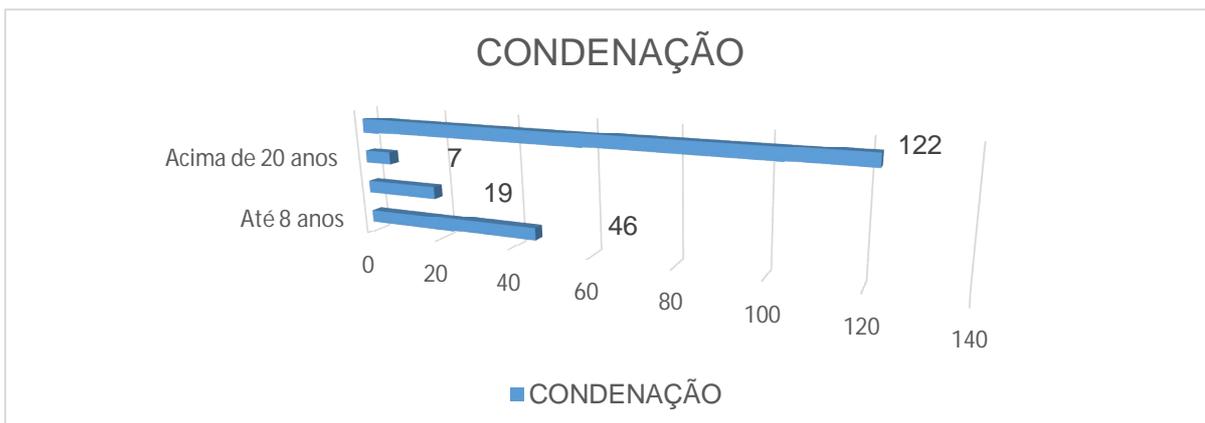
Gráfico 9 - Quantidade de presos por nacionalidade



Fonte: Elaborado pelo autor com base no SIAPEN (2018)

A unidade de Amambai está localizada entre os municípios de Ponta Porã e Coronel Sapucaia e ambos os fazem fronteira seca com cidades paraguaias. Todavia, essa relação não influenciou na presença de cidadãos paraguaios na prisão de Amambai, comprovando que a região é na verdade, referência no País com relação ao tráfico de drogas e armas. O deslocamento é nacional não atingindo o povo paraguaio. Com uma população carcerária brasileira, verificaremos no próximo gráfico a relação dos internos e suas penas.

Gráfico 10 - Quantidade de presos por tempo total de pena



Fonte: Elaborado pelo autor com base no SIAPEN (2018)

Os internos de Amambai, quando condenados tem suas penas no máximo até 08 anos, justificado pelo fato de estarem passando pela primeira condenação, em sua maioria no crime de tráfico de drogas. As penas acima de 20 anos representam internos condenados por homicídios, tendo nos indígenas sua maioria. O dado do gráfico “não informado” está relacionado ao fato de não terem nenhuma condenação e estarem aguardando sentença. No próximo gráfico trata-se do tipo de crime e comprovará a relação pena e crime por tráfico de drogas.

Gráfico 11 - Tipos de crimes



Fonte: Elaborado pelo autor com base no SIAPEN (2018)

Representando mais de 66% dos internos estão presos pelo crime de tráfico de drogas. Em segundo lugar estão os crimes contra o patrimônio como os roubos, furtos, estelionato e receptação. Contra a pessoa são os crimes de homicídio ou tentativa e estão em terceiro lugar nos tipos de crimes. Os crimes contra os costumes são de estupro, atentado violento ao pudor e corrupção de menores. O item outros compõe a junção dos demais atos criminosos que estão descritos em nossa legislação penal.

Na somatória dos valores do gráfico anterior, verifica-se que excede o quantitativo da amostragem (194 internos), entretanto neste caso temos uma peculiaridade, tendo em vista que muitos internos são presos por mais de um crime. Então, temos internos que estão presos por tráfico de drogas e no mesmo fato tenha ocorrido um homicídio, ou um furto de um veículo. Todavia, o crime de tráfico de drogas é o que superlota a unidade penal. Se mantivermos o mesmo raciocínio sobre o acúmulo de penas cadenciado pelo crime principal (tráfico de drogas), a unidade prisional estaria com um quantitativo ainda mais reduzido. O próximo gráfico, nesta engrenagem de informações, mostrará um dado interessante neste perfil dos internos da Amambai: sua faixa etária.

Gráfico 12 - Quantidade de presos por faixa etária



Fonte: Elaborado pelo autor com base no SIAPEN (2018)

Em sua maioria, os internos de Amambai têm entre 35 e 60 anos de idade com 36% do total dos internos. São pessoas com idade elevada e por determinado motivo adentraram ao crime. Em segundo lugar estão os internos com faixa etária entre 25 e 34 anos representando em torno de 34% dos internos. Os dados identificaram um fato interessante sobre os jovens presos de Amambai, que na amostragem representam 26% dos internos. Todavia, no momento da redução dos intervalos entre as séries, o intervalo para os jovens de 18 a 24 anos é de 06 anos, enquanto que segunda série é de 9 anos e na terceira 25 anos.

Sendo assim, se reduzirmos na mesma equivalência teremos que a maioria dos internos de Amambai são de jovens que deveriam estar iniciando seu caminho em busca de oportunidades, tanto pessoais na constituição de uma família, quanto profissionais e de formação pessoal. São jovens que, perderão um período de sua

juventude e de sua capacidade produtiva retidos e fora da sociedade. No próximo gráfico, abordaremos a questão da cor da pele e etnia dos internos de Amambai.

Gráfico 13 - Quantidade de presos por cor da pele / etnia



Fonte: Elaborado pelo autor com base no SIAPEN (2018)

Na unidade penal de Amambai, a maioria dos internos são caracterizados como pessoas morenas e pardas conforme identificação na entrevista de entrada do interno. Uma peculiaridade da unidade penal de Amambai é a quantidade de indígenas presos representando em torno de 11% dos internos. A cidade de Amambai distante 354km da capital, segundo dados do IBGE (2010) possui uma população de 34.730 habitantes, destes 7.225 são indígenas da etnia guarani-kaiowás e residem em 03 (três) aldeias em seu território circundando todas os acessos a outros municípios. Os indígenas em sua maioria são presos pelo crime de homicídio, vinculado principalmente ao uso de bebida alcóolica, todavia, crimes por tráfico de drogas já começam a proliferar nas aldeias situadas em Amambai.

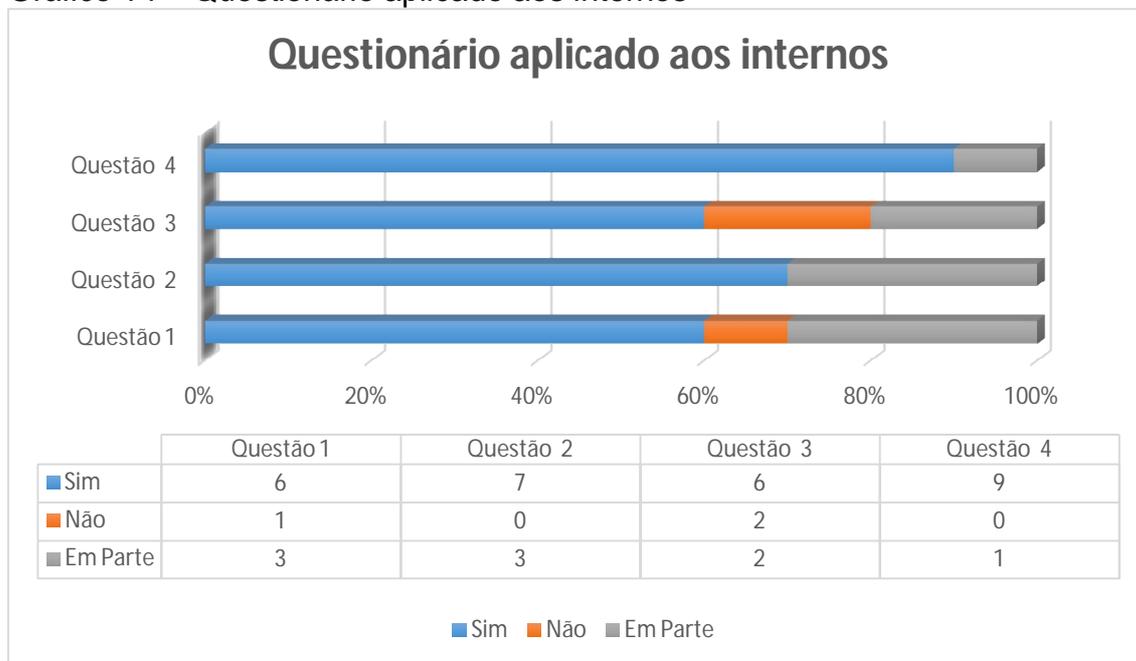
### 6.3 Questionário Aplicado

No presente capítulo serão expostos os dados colhidos a partir de um questionário aplicado em 10 (dez) internos que trabalham na unidade penal, com remuneração.

O questionário foi elaborado de forma sucinta, onde pudéssemos extrair em 04 (quatro) respostas objetivas relacionadas sobre a realidade no ambiente com

relação ao trabalho e suas perspectivas ao retorno a sociedade. O desenvolvimento e aplicação das questões ocorreram no interior da unidade, a partir de percepções da rotina prisional e voltados ao objetivo da pesquisa.

Gráfico 14 – Questionário aplicado aos internos



Fonte: Elaborado pelo Autor.

A primeira pergunta tinha o objetivo de questionar aos presos se a remuneração paga a estes pelo trabalho lhe dão condições de disporem de algum dinheiro para as suas necessidades e para ajudar na sobrevivência de suas famílias. Dos entrevistados 06 declaram que a remuneração é utilizada para seu sustento e de sua família. Preservado o seu anonimato, 3 responderam que em partes podendo ser justificado pelo valor que representa o ganho pelo trabalho de 2/3 de salário mínimo mensalmente sem direitos trabalhistas. E apenas 1 interno responde que a remuneração é insuficiente para seu sustento e de sua família.

A segunda pergunta formulada é se a remuneração paga ao preso pelo trabalho dará condições ao preso de dispor de algum dinheiro para as suas necessidades e ajudará quando colocado em liberdade, e que dispor de dinheiro para que possa sobreviver até adquirir trabalho e ajustar-se ao Meio Social, onde 07 responderam que sim e 03 três responderam “em parte”, salientando a eficácia do trabalho prisional remunerado.

A terceira pergunta com um tom mais objetivo era se o trabalho realizado faz com que este não pense em praticar novos crimes? Ressalta-se a peculiaridade das respostas comprovando de que mesmo com o acesso a oportunidades, impera o livre arbítrio nas decisões. Mesmo que nas respostas anteriores a maioria confirme a importância da renda para si e para sua família, ainda assim não é garantia de que não voltassem a cometer crimes. A reflexão parte do pressuposto de que se para aqueles que tem acesso, o risco de reincidir existe, que resultado obteríamos se um questionário similar fosse aplicado aos internos que não estão trabalhando na unidade prisional.

A quarta questão aplicada buscava entender dos internos se os mesmos acreditam que o sistema de trabalho exercido atualmente no presídio de Amambai/MS é capaz ressocializar? Na quarta e última resposta 90% dos questionados afirmam que sim, que as oportunidades oferecidas proporcionam ressocialização. Todavia, a distorção entre essa resposta e as anteriores nos resultados, remete há uma reflexão sobre a manipulação de respostas, tendo em vista, que mesmo ocorrendo a aplicação do questionário preservando o anonimato, vislumbrado não haver riscos de saída do trabalho tendenciam a respostas positivas coletivamente, mesmo causando uma contradição com as respostas anteriores.

O ponto de vista dos internos é fundamental para identificar o ambiente da organização e suas perspectivas. O modelo de aplicação no formato em questionário procura transmitir uma transparência em suas respostas, tendo em vista, que se fosse utilizado o formato de entrevista com gravação em áudio, poderiam de alguma constrangê-los em suas respostas, já que de certa forma sentem-se excluídos da sociedade e poderiam suavizar suas respostas, e o êxito não seria atingido com inverdades.

#### **6.4 Entrevistas**

As entrevistas seguiram um parâmetro voltado a relacionar as perguntas a demanda da pesquisa. Neste caso, os entrevistados exercem atribuições que convergem com os objetivos da pesquisa. Foram entrevistados o Diretor da unidade

penal, uma assistente social, uma psicóloga e um chefe de equipe responsável por uma das equipes de segurança plantonista.

As perguntas das entrevistas foram elaboradas no formato de questionários abertos, tendo em vista, a amplitude de formação dos entrevistados, onde as respostas seguiriam direções conforme o ponto de vista dos entrevistados. Alienar as respostas heterogêneas em um questionário objetivo, ocultaria visões da realidade prisional que na conjunção destes conhecimentos pode despertar novas ideias voltadas ao desenvolvimento de projetos de ressocialização.

A primeira questão direcionada ao diretor da unidade de Amambai/MS, o Agente Penitenciário de carreira, Alexandre Ferreira de Souza, e diretor da unidade penal de sua fundação, foi sobre o que ele entende por ressocialização, que respondeu:

É vc fazer pessoas compreender que aquele caminho que está tomando ele está errado, mostrar novamente a direção e indicar o caminho a pessoa. Para mim ressocialização é isso aí. (ALEXANDRE, Amambai, 22/11/2018)

Mantendo sua linguagem objetiva, fruto de uma rotina intensa de tomada de decisões, e com a delimitação do tempo, foi feita a segunda pergunta: Quais as políticas têm sido realizadas para melhorar o atual trabalho prisional no Presídio de Amambai?

São incentivados parcerias tanto com empresas públicas quanto privadas, sempre pensando no interno e em seus familiares. Tentamos também ampliar os trabalhos prisionais internos, que não geram renda, mas a ocupação da mente e do corpo ajuda no equilíbrio nas decisões. (ALEXANDRE, Amambai, 22/11/2018)

No terceiro questionamento ao Diretor da unidade penal, com relação ao trabalho prisional, se é realizado um estudo de personalidade, sob as aptidões e capacidade dos presos para a realização do trabalho prisional? Ao que respondeu:

Sim é feito a CTC, mas o que manda muito na seleção é um pouco de experiência que você tem que ter para adequar os presos para determinado trabalho, por que muitas vezes nem todo trabalho para ele vai ser para o perfil dele em determinado aspecto. (ALEXANDRE, Amambai, 22/11/2018).

Com relação ao termo CTC (Comissão de Tratamento e Classificação) relatado na entrevista, tem a finalidade segundo a Lei de Execução Penal:

Art. 6º A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório. 7º A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por 2 (dois) chefes de serviço, 1 (um) psiquiatra, 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade. Parágrafo único. Nos demais casos a Comissão atuará junto ao Juízo da Execução e será integrada por fiscais do serviço social. Art. 8º O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução. (LEP, 1984).

Conforme a legislação, e a quantidade de profissionais envolvidos, a importância do processo de classificação e na individualização da pena, sendo referência na tomada de decisão sobre o futuro de cada interno. Este laudo servirá de parâmetro na identificação do interno, em que o mesmo terá condições de retornar ao convívio social.

O quarto questionamento, na verdade, foi um aditivo, com o intuito de esclarecer ao leitor que tipo de interno estamos relatando nesta entrevista. Foi perguntado se eram apenas os presos do regime fechado que trabalham na unidade penal ao que respondeu “Sim, trabalham. Mas é insuficiente ainda. Eles estudam e trabalham, mas está abaixo do que eu acredito que deveria estar” (ALEXANDRE, Amambai, 23/11/2018).

Na última pergunta direcionada ao diretor se ele acredita que o trabalho exercido pelos presos dentro presídio dará condição aos presos de quando sair em liberdade, possuir uma profissão que represente a possibilidade de garantir o seu próprio sustento? Ao que respondeu:

Vai depender dele. Nós trabalhamos na cozinha, pode sair um cozinheiro, temos açougueiro. É pedreiro por exemplo, saiu 03 pedreiros daqui, e hoje trabalham como pedreiro e aprenderam aqui com o Silvério que era um funcionário nosso que ensinou eles quando nós chegamos aqui para remodelar o prédio para estrutura. Esses dois eu sei que trabalham como pedreiro na rua e que aprenderam aqui com o Silvério. (ALEXANDRE, Amambai, 22/11/2018)

Podemos observar um ceticismo da direção com relação ao poder transformador que a unidade prisional exerce sobre os internos. No decorrer da entrevista afirmou que poderia existir novas oportunidades, mas conforme relatou na última pergunta, a mudança de vida depende do interno. Ao citar o exemplo de duas pessoas que saíram da unidade penal com conhecimento de mestre de obras,

remeteu aos anos iniciais onde foi preciso a utilização de mão de obra prisional para concluir as reformas e construções, ratificando um período já citado no texto.

O entrevistado cita exemplos de oportunidades de formação profissional que possa ocorrer a partir de oportunidades que surgiram no setor de cozinha da unidade. Todavia, são formações empíricas, fruto da iniciativa e interesse do interno. Em nenhum momento ocorreu treinamento complementar aos internos da cozinha. O processo de aprendizado, em que o substituto aguarda sua oportunidade por antiguidade no setor e de prisão, facilita a forma de conduzir o trabalho do interno que já sabe que está finalizando sua pena.

Outro ponto é a ausência entre os trabalhos prisionais, do setor de crina, já que, quando assumiram a unidade em dezembro de 2004, já havia 05 internos que trabalhavam nesta empresa, que após mais de 10 anos vinculado a Agepen, reincidiu seus trabalhos, não apenas em Amambai, mas também em unidades prisionais na cidade de Dourados e Naviraí, ambas, complexos de segurança máxima.

A entrevista com a Direção da unidade penal ampliou o entendimento sobre a forma em que estão sendo desenvolvidos os trabalhos visando a implementação de oportunidades que venham a promover a reinserção a sociedade. Todavia, numa unidade penal, em um mesmo ambiente, discorrem várias abordagens e pontos de vistas com relação aos internos e seu retorno a sociedade.

A lei direciona o caminho da penalização com viés de mudança de comportamento a partir do pressuposto que a perda de sua liberdade seja o maior dano causado ao indivíduo. Neste processo de punição e arrependimento, o Estado fornece oportunidades de reinserção a partir do perfil de cada interno. Nesta análise do perfil é onde se concentram os relativos pontos de vista sobre a pessoa do interno.

Na entrevista anterior, obtivemos a ótica da direção, e nesta parte do texto relataremos o ponto de vista de um agente penitenciário. Foram utilizados os mesmos métodos da entrevista anterior, diferenciado apenas, já que na escolha de um servidor que representasse todas as equipes plantonistas e demais servidores da carreira de agente penitenciário. O agente escolhido é responsável por uma das equipes plantonistas e trabalha na unidade de Amambai há mais de 10 anos, tendo

passado um período lotado em um presídio de regime semiaberto, aberto e casa do albergado.

A entrevista foi direcionada no sentido de entendermos o ponto de vista do agente penitenciário com relação a ressocialização e o desenvolvimento dos trabalhos. A primeira pergunta foi “qual a importância do agente penitenciário no processo de ressocialização dos internos? ”.

Em primeiro lugar minha opinião se baseia em uma unidade penal de porte médio onde o contato com o preso é mais constante, respondendo à pergunta referente a importância do agente penitenciário no processo de ressocialização entendo que o agente penitenciário deveria ser a pessoa mais preparada no processo de ressocialização, pois é a pessoa que mais se aproxima do interno, mas na prática isso não ocorre, em parte do perfil das pessoas que se dispõem em fazer o concurso tendo uma visão mais do trabalho de polícia do que propriamente do profissional que pode influenciar a pessoa presa, pois trabalha muito direto com o interno, o profissional que tomo a decisão de fazer o concurso público nesta área passa por um período muito longo de conflitos entre o que ele imaginou que seria seu trabalho, o que ele aprendeu na teoria em curso de formação e a realidade que encontra quando começa suas atividades em um presídio, o sistema penitenciário sempre está com efetivo reduzido de servidores, e se coloca os novos servidores com conhecimento muito superficial para realizar suas funções. Indo direto ao ponto da pergunta com certeza é o principal e mais importante, no processo de ressocialização, pois como disse é o profissional mais perto do interno, porém o Estado não aproveita como devia este profissional, geralmente é desmotivado com falta de estrutura e reconhecimento com baixos salários entre outros fatores, semelhante aos professores em sala de aula. (Agente Penitenciário Luciano, Amambai, 20/11/2018)

A primeira resposta do Agente, trouxe várias reflexões sobre o papel do agente e sua relação pessoal com a carreira e o trabalho prisional. Primeiramente ele considera o agente penitenciário o servidor mais importante, todavia, ele ressalta que a responsabilidade com relação a sua preparação. Em sua resposta ele reflete sobre o conflito relativo as atribuições que o funcionário passa, tendo em vista, a exigência para aprovação em concurso é de formação em nível superior em qualquer área e quando se inscrevem no concurso acreditam que o exercício da função tenha similiaridade ao trabalho policial.

Esse trabalho policial, com aspecto apenas opressor, segundo agente ocorre no início da carreira, já no curso de formação que o mesmo considera direcionado ao aspecto policial, rotulado como o papel do agente como opressor. Ele complementa a resposta com uma crítica ao Estado com relação aos investimentos em infraestrutura para o exercício da profissão e também sobre as políticas salariais, como os principais pontos negativos na carreira do servidor.

Na segunda pergunta foi relacionada com relação aos trabalhos desenvolvidos na unidade que contribuem na mudança de conduta do interno ao que respondeu:

Sim, a atividade desenvolvida dentro das unidades com certeza contribui em muito, muitos dos que estão presos estão nesta situação por falta de oportunidade, mas é a minoria dos que estão presos que querem realmente mudar de vida, mas quanto são ocupados com atividades laborativas isso contribui em muito, até o trabalho do agente penitenciário é facilitado visto que se tem menos índice de indisciplina entre os internos. (LUCIANO, Amambai, 20/11/2018)

O ponto de vista do servidor começa a representar a heterogeneidade de visões entre os setores, quando ele afirma que “a minoria dos que estão presos que querem realmente mudar de vida”. Essa concepção, está relacionada a experiência adquirida após anos de trabalho nos corredores da prisão. O acompanhamento do diálogo entre os internos começa a desacreditar o servidor de alguma mudança no comportamento do interno. E mantendo a ótica do serviço policial, o resultado de uma oportunidade de trabalho prisional, observa que o resultado principal seja na disciplina e na ordem da rotina.

O conflito entre os posicionamentos entre os entrevistados (diretor e agente) remete a complexidade entre a realidade e a forma ideal de aplicar um trabalho de reinserção a sociedade. O livre arbítrio nas decisões é o que prevalece no desenvolvimento do trabalho e rotina nas prisões. As reincidências são fruto em sua maioria, na baixa perspectiva em que o interno se encontra ao retorna a sociedade.

Na terceira pergunta trata-se do entrevistado descrever experiências em que o interno se reintegrou a sociedade.

Sim. Já vi muitos internos que trabalhando dentro das unidades penais desenvolvendo alguma atividade , quando saem , continuam as atividades que desenvolviam antes, em nosso presídio temos o costume de dar oportunidade para quem tem habilidade em alguma área , como cozinha, construção civil, etc, bom eu mesmo já dei oportunidade em minha própria casa para ex internos para realizar serviços de pintura , metalúrgica, fiz isso como voto de confiança e nunca tive problemas e vejo muitos com um grande esforço de se manter trabalhando e não mais se envolver no crime. (LUCIANO, Amambai, 20/11/2018)

No relato, o Agente descreve que a unidade contribui na reinserção citando exemplos de oportunidades nos setores de cozinha, construção civil, etc. e conclui seu relatando que já oportunizou trabalho para ex-internos em sua residência e que

em nenhum momento teve problemas de conduta com o interno, ressaltando o esforço que ex-interno enfrenta para não se envolver mais em crimes e se manter trabalhando.

Quando é empregado o termo esforço, seu significado abrange a conexão entre a dificuldade na inserção ao mercado de trabalho e as propostas recebidas para continuar no mundo do crime. A partir do momento em que a pessoa vai presa e passa um período naquela sociedade paralela, ela reconhece aquele mundo como sendo sua realidade e em sua maioria, são predispostos a repor seu tempo presos em que não geraram renda, em uma nova oportunidade de receber meses de salário em um único dia.

E por último lhe foi perguntado sobre os desafios que a carreira tem com relação ao processo de ressocialização de internos.

O maior desafio que vejo do agente no processo de ressocialização em primeiro lugar é a consciência do próprio agente, como fiz o enunciado na primeira pergunta, quanto antes tomarem consciência de sua importância melhor seria para o sistema, quando estes servidores chocam com a realidade a princípio ficam frustrados, e passam por um longo período de adaptação e demoram entender que podem ser útil neste processo e que são importantes e podem realizar um bom trabalho e se satisfazer com esta profissão. Em segundo lugar o Estado investe muito pouco nos presídios com estrutura, pois tem pouca visibilidade pela sociedade, como comparado ao esgoto, só aparece quando estoura, aí a sociedade percebe que existe. (LUCIANO, 20/11/2018)

Conclui relatando a necessidade de uma consciência maior do agente com relação ao seu trabalho de ressocialização e o desenvolvimento de ações que tornem mais visível a profissão de agente penitenciário e que com isso, possa reordenar a concepção do papel do agente para aqueles que queiram trabalhar nesta carreira. Conclui sua fala ressaltando a importância da assistência religiosa nas prisões e o efeito causado no indivíduo.

Diante disto cabe ressaltar que é a minha opinião, e que infelizmente qualquer mudança deve começar de dentro para fora, é necessário que o indivíduo queira mudar, pois se ele não quiser, não há o que se possa fazer, e tenho visto que o apoio religioso que as instituições religiosas fazem dentro dos presídios ajudam muito neste processo, pois mostra que existe um caminho melhor e possível para o ser humano e que se houver uma conversão ou seja uma mudança de trajeto muitos podem ter um destino melhor, e que se permanecer no mesmo caminho o destino pode ser implacável e destruidor para ele e o próximo. (LUCIANO, Amambai, 20/11/2018)

Conforme as entrevistas vão sendo apresentadas, a construção da concepção que os servidores, nas diversas carreiras tem do interno e a perspectiva de retorno a sociedade. Na próxima entrevista, falaremos sobre o papel do acesso ao ensino escolar na reintegração a sociedade, em que a servidora entrevistada é assistente social de carreira e há 05 anos trabalha na unidade de Amambai.

A primeira pergunta foi no sentido em que ela descrevesse como é a rotina educacional na unidade.

As aulas acontecem nos períodos matutino e vespertino, sendo para ensino fundamental e médio. As vagas são dispostas por series e os alunos são avaliados primeiro pela equipe de assistência e perícia e também pelo setor de disciplina. O total de vagas para os alunos são de 60 internos, sua permanência na escola, se dá através de sua dedicação em sala, notas, e também de avaliações contínuas de seu comportamento em cela e convívio com os demais internos. A escola segue as regras do ensino externo, tendo como direção o vínculo a Escola Estadual Dom Aquino Corrêa. A importância desta rotina educacional se dá devido ao fato dos internos manterem as regras da disciplina, terem atividades fora de cela, contato com professores, palestrantes e equipe técnica e ganhar a remissão. Com todas estas questões, que são de benefício ao cárcere, os internos mantem as regras e ordem para serem beneficiados. (CLEONICE, Amambai, 25/11/2018)

Ao descrever quais os procedimentos que o setor utiliza para selecionar os internos para o acesso ao ensino na unidade, a participação e o entendimento dos diversos setores contribuem na tomada de decisão. Em seu depoimento afirma que o acesso a educação contribui na disciplina da unidade penal, justificando com exemplo de ações voltadas a atividades fora de cela, contato com professores e palestrantes e a remição de sua pena.

Com relação a remição, o cálculo é feito de forma diferenciada, enquanto no trabalho o interno reduz sua pena com o acesso por 3 dias ao trabalho, o estudante o cálculo é feito por horas de presença em sala de aula. A intenção seja que o objetivo principal do acesso à educação esteja direcionado ao aprendizado e sua formação pessoal para reinserção a sociedade.

Na próxima questão foi perguntado sobre os projetos que são desenvolvidos na unidade.

São desenvolvidos projetos ligados a rotina da educação, é a equipe psicossocial em conjunto com os professores realizam palestras com vários profissionais trazendo temas de relevante importância ao interno. (CLEONICE, Amambai, 18/11/2018)

A resposta ressalta o que foi dito na questão anterior, sem aprofundar de que forma seria essa rotina e nem quais projetos considerados relevantes os internos já

tiveram acesso. Sendo assim, a terceira pergunta refere-se à influência da escola na reinserção do interno a sociedade.

Claramente há muitas mudanças, pois, o interno que não importava se com o estudo fora do sistema prisional, o vê como perspectiva de obter uma elevação em seus estudos e com a rotina e os conhecimentos adquiridos passa a ter uma nova visão de mundo e sociedade. Também este comportamento de regras e disciplinas escolares que muitos não as tinham fazem com que queiram mais de si mesmo e assim melhorar a vida funcional. Também a relação com a família tem melhoras pois quem tem novos conhecimentos tem novas perspectivas e assim criasse por ele mesmo novas oportunidades extra muro que o encarcerado não voa quando estava em sua rotina. (CLEONICE, Amambai, 18/11/2018)

Na resposta a assistente social ressaltou três pontos que a educação nas prisões modifica sua realidade. Primeiramente retrata que o acesso ao ambiente escolar já proporciona uma reflexão sobre sua situação e impulsiona possibilidades ao retornar a sociedade. Pondera também que o ambiente escolar, munido de regras, prazos e disciplina, reorganiza o modo de pensar do interno, com a formação de modelo de condução de sua vida, que conforme a realidade vivida pelo interno anteriormente não obtinha o devido conhecimento.

Conclui a questão tratando de sua relação com a família, tendo em vista, que o acesso ao conhecimento tem o poder transformador do ser humano com aquilo que aprende em sala e tal mudança de comportamento é transmitido aos seus familiares que observam sua mudança de comportamento, onde antes a expectativa de mudança de vida do interno estava abalada por tantas oportunidades perdidas, agora este indivíduo modificado pelo acesso à educação renova as esperanças de seus familiares.

Sobre a assistência religiosa foi aplicado um questionário a psicóloga da unidade penal, tendo em vista que a mesma compõe a equipe que seleciona tanto os internos que irão participar quanto os agentes religiosos que ministrarão suas cerimônias ou cultos. Assim como nos demais questionários, as questões foram objetivas e na busca de obtermos respostas concisas com relação a reinserção do interno a sociedade.

A primeira pergunta questionou sobre a forma que ocorre a assistência religiosa aos internos que respondeu: “ocorre aos sábados com igrejas previamente cadastradas e trabalhos esporádicos durante a semana com igrejas convidadas pela unidade penal” (Psicóloga VERÔNICA, Amambai, 24/11/2018). Vale destacar que as

visitas religiosas acontecem todos os sábados no período matutino pela Igreja Congregação Cristã do Brasil. Justifico a identificação da denominação religiosa, já que, desde a criação da unidade penal a referida igreja esteve presente em todos os sábados na parte da manhã e cumprindo rigorosamente os procedimentos.

No período vespertino ficou determinado aos sábados, exceto o primeiro e terceiro sábado de cada mês, tendo vista, que o horário está reservado para que os internos recebam visitas dos menores de idade autorizados e acompanhados de um visitante adulto também autorizado. Atualmente as Igrejas Católica e Universal do Reino de Deus são as autorizadas para ministrarem nestes horários fixos.

A segunda questão refere-se o modo como é feito o cadastramento dos internos: “após a solicitação do interno interessado, os setores de disciplina e psicossocial realizam avaliação e selecionam mediante bom comportamento e convívio na U. P.” (VERÔNICA, Amambai, 24/11/2018). Na assistência religiosa é adotado o mesmo procedimento dos demais setores relativos a seleção dos participantes. Como ocorre uma seleção conforme o perfil do interno, as autorizações de cultos religiosos, além do que foi estipulado sendo o sábado, tem o intuito de atingir aqueles internos que ainda não tiveram condições de compor o grupo dos dias programados, e com isso, não é negado o direito de acesso a cultos religiosos, não ocorrendo discordância com a legislação penal.

Na terceira pergunta voltada a mudança de comportamento dos internos que frequentam cultos religiosos: “apresentam expressiva melhora no convívio social e familiar, bem como, alguns relatos de mudança de comportamento na vida egressa.” (VERÔNICA, Amambai, 24/11/2018). Sua resposta, um tanto objetiva, no entanto, sem expressar nenhum exemplo relativo a esta mudança de comportamento.

Na última pergunta sobre os desafios encontrados nos projetos de assistência religiosa: “horário e local apropriado para encaixe de todas as igrejas interessadas em realizar trabalhos religiosos.” (VERÔNICA, Amambai, 24/11/2018). Vejamos uma dificuldade citada pela psicóloga fruto da rotina e estrutura da unidade prisional que impede a ampliação dos cultos religiosos, sendo possível apenas permitir pequenas ações que não envolva um trabalho de longo prazo.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A iniciativa da pesquisa partiu do pressuposto de que a sociedade brasileira, em relação a segurança pública, partindo de um processo evolutivo, um descontrole na aplicação de método de contensão da criminalidade, seguindo os parâmetros legais carecia de propostas e iniciativas para o referido problema. A superlotação nos presídios não só em Mato Grosso do Sul, mas em todo País, representam falhas no desenvolvimento de políticas públicas, privadas e educacionais, que influenciam na liberação do instinto reprimido nos seres humanos.

O fato do objeto de pesquisa estar localizado em uma região de fronteira, também instigou o entendimento e na formulação das hipóteses do por que buscar na criminalidade uma forma de obter renda pessoal. Tal particularidade se justifica, por estarmos na fronteira com o Paraguai, que é de domínio público, o maior fornecedor de drogas e armas para o Brasil. Essa predisposição gerada no País vizinho, tornou a região que circunda a cidade de Amambai, com os municípios paraguaios de Pedro Juan Caballero e Capitan Bado, reduto de facções criminosas, que instalam suas organizações criminosas para facilitar as mediações de seus negócios ilícitos.

Neste cenário, entre a falta de oportunidade no mercado de trabalho e o desejo de adquirir um dinheiro rápido, assumindo riscos, inúmeras pessoas se aventuram estradas. Estes indivíduos, levando em conta que a análise está sendo feita com o tipo de crime mais comum na região (tráfico de drogas), todavia, a delinquência também está refletida em outros crimes, saem de todas as partes do Brasil e as mais diversas histórias compõem o contexto de vida.

Com isso, surgiu o questionamento: todos têm perfil de criminosos? Ou para alguns as condições econômicas e sociais que obrigaram a arriscar a vida, a liberdade, a destruição de famílias em nome de ato criminoso, que afeta toda a sociedade, haja vista, que se um indivíduo consegue cumprir com a entrega de

qualquer que seja o ilícito, pessoas estarão consumindo o produto e utilizando das armas para cometimento de crimes.

Sendo assim, de que forma, com base nas pesquisas, poderíamos propor alternativas para aquelas pessoas que cometeram os crimes, mas se arrependeram e que de alguma forma desejam reestabelecer sua vida. Surgiu então, a hipótese da economia criativa, fomentar possibilidades de reinserção a sociedade com base na capacitação do interno, explorando suas aptidões e habilidades, adquiridas ou não dentro da unidade prisional.

Primeiramente, com base nas obras pesquisadas foi possível identificar um condicionamento humano, baseado em três premissas: trabalho, educação e religião. Individualmente ou em conjunto estes segmentos são controladores das pulsões humanas. A priori a pesquisa analisou se na unidade de Amambai, ocorrem projetos seguindo as três direções. Entretanto, a intenção da pesquisa é verificar se a economia criativa pode proporcionar mudança na trajetória de vida do interno.

A delimitação com relação ao trabalho prisional, justifica-se pelo fato de que justamente a condição econômica desfavorável, condicionou ao cometimento de crimes. E reintroduzir um conhecimento que o interno já tenha e estimular com oportunidades, gerando novas expectativas quando regressar ao convívio social. Mas estimular apenas aquele que seja habilitado, segrega e exclui aqueles indivíduos que tem expectativa em mudar de vida, mas não tem a oportunidade, e os projetos criativos servem para todos, desde que haja interesse no aprendizado.

Em determinado momento no desenvolvimento teórico da pesquisa, fruto de obras de pensadores voltados ao tema que analisaram sociedades em que a disseminação de prisões tinham como finalidade a exclusão por classe econômica, a partir de políticas públicas opressoras que retiravam direitos sociais, sem propor uma alternativa substituta. Nestes países, foi identificado uma correlação entre a retirada dos subsídios sociais com a ampliação da população prisional.

Com relação ao Brasil, tal correlação seria inválido, tendo em vista, nossos programas de governo ainda abrangerem boa parte da população com baixa renda e empiricamente a relação entre criminalidade e pobreza, tem um caráter

discriminatório, já que o caráter humano está acima das necessidades e condições econômicas. Os discursos são de que prisão é lugar de pobre, mas pobreza não leva a pessoa a prisão. A sua conduta e suas decisões que norteiam entre o convívio social harmônico ou a reclusão nas prisões em geral.

A partir do momento em que começaram a ser analisados os dados referentes a unidade de Amambai, comparando por meio de entrevistas, questionários e dados específicos sobre a população prisional, o que foi abordado no referencial teórico, alguns pontos merecem destaque. Primeiramente que a unidade de Amambai, proporciona aos internos acessos aos três segmentos analisados no capítulo 1 e 2 desta pesquisa, ou seja, o trabalho prisional, o acesso à educação e a assistência religiosa são disponibilizados a todos os internos, desde que, se adequem as normas da unidade.

A lotação prisional de Amambai, está composto em sua maioria de internos que cumprem pena pelo crime de tráfico de drogas. A relação de suas prisões e a situação econômica dos internos ratifica em parte, com o resultado apresentado no capítulo 3, haja vista, as realidades sociais serem diferentes. No entanto, é salutar que mesmo em ambientes distintos, o indivíduo adentra ao crime especificamente por questões econômicas. De que forma, a sociedade brasileira conduziria um modelo político de magnitude similar ao descrito no referido capítulo.

Na pesquisa de campo, constatou-se a partir das respostas dos principais atores sociais relevantes a pesquisa, que existe uma demanda excedente de internos sem acesso aos três seguintes: trabalho, educação e religião. As diversas opiniões remetem a um único caminho: ampliação de oportunidades. A unidade prisional não possui nenhum tipo de trabalho criativo formal em funcionamento, sendo que menos de 10% dos internos trabalham com direito a remuneração.

Foi identificado um amplo espaço desativado, após a saída de uma empresa que trabalha nos moldes do sistema produtivo, não exigindo talento criativo. Este espaço pode ser aproveitado na implantação de projetos criativos que podem proporcionar oportunidades para até 30 internos em sua capacidade máxima. Uma inclusão de 30 internos, desenvolvendo trabalhos criativos, elevaria o índice de trabalhadores remunerados para mais de 20% do efetivo prisional. Sendo assim, a

relação entre economia criativa e ressocialização converge positivamente para um entendimento da necessidade de implantação de projetos voltados a este contexto. Proporcionar capacitação profissional utilizando dos segmentos da economia criativa, torna-se uma viabilidade para ressocialização dos internos da Amambai.

As parcerias públicas privadas (PPP), serão essenciais para a implantação de projetos e trabalhos, com viés criativo, já que podem usufruir dos benefícios fiscais da utilização de mão de obra prisional e proporcionar oportunidade de trabalho e renda ao interno que possui potencialidade e iniciativa de reinserção a sociedade. Além disso, o aspecto social merece destaque já que a instituição contribuiu na capacitação do interno, podendo mudar sua perspectiva de retorno a sociedade. As instituições sem fins lucrativos, tais como as universidades por exemplo, podem contribuir com pesquisas e projetos científicos conforme as características das demandas vigentes.

Na unidade não foi identificada nenhuma distinção entre os internos, por raça, gênero ou classe social, onde todos possuem as mesmas condições de desenvolver suas potencialidades. Sendo assim, com a ausência das distinções, a fomentação de um projeto voltado a ressocialização por meio da capacitação ou aprimoramento de uma habilidade individual existente, contribuiria na reinserção do indivíduo a sociedade, conseqüentemente reduziria a lotação na prisão de Amambai por reincidência criminal e os resultados seriam sentidos na sociedade, com a redução dos índices de criminalidade, onde os órgãos públicos redirecionariam os recursos para outros segmentos, e o desenvolvimento da sociedade migraria suas atenções para atividades voltadas a melhoria na qualidade de vida dos cidadãos.

## 8 REFERÊNCIAS

ADORNO, S. **O Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea**. In: O que ler na ciência social brasileira 1970-2002. Volume IV.

AGEPEN. **Decreto nº 12.140, de 17 de agosto de 2006. Regimento interno básico das unidades prisionais do estado de mato grosso do sul.** Disponível em: <<http://www.agepen.ms.gov.br/legislacao/decretos/>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. 352 p.

CASA CIVIL. **Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm)>. Acesso em: 10 fev. 2018.

CASARA, R. **Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CASTELAR, J. C; Armando. **Sociedade e economia: Estratégias de crescimento e desenvolvimento**. BRASÍLIA: IPEA, 2009. 252 p.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: Do conhecimento à ação política**. 1 ed. Centro Cultural Belém - Pará: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005. 435 p.

DARDOT, P. ; LAVAL, C ; **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

SILVA, M. R.; PIRES, G. L.; PEREIRA, R. S. **Consequências das “elites do atraso no poder”: a democracia no Brasil e a “[des] esperança equilibrista”, a destruição das universidades, a mídia e o trabalho escravo. Motrivivência,**

Florianópolis, v. 29, p. 7-17, dez. 2017. ISSN 2175-8042. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/21758042.2017v29ne spp7>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

DEPEN. Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-esporte-e-cultura/planoestadualdeeducaonasprisesdoms.pdf>. Acesso em: 20 de set. 2018.

FIRJAN. **Mapeamento da indústria criativa no brasil**. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/economiacriativa/pages/default.aspx>>. Acesso em: 03 out. 2017.

FONSECA, Ana Carla. **Economia criativa: Um conjunto de visões**. São Paulo: Fundação Telefônica, 2012. 170 p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. 39 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011. 291 p.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: Nascimento das prisões**. 27 ed. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 1987. 288 p.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. 21 ed. Rio de Janeiro: Imago, 1996. 49 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOVERNO FEDERAL. **Constituição federativa do brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 13 set. 2017.

GOVERNO FEDERAL. **Ministério da justiça e segurança pública**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/radio/mj-divulga-novo-relatorio-sobre-populacao->

carceraria-brasileira>. Acesso em: 14 jul. 2017.

HABERMAS, J. **Conhecimento e Interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

HILL, Chistipher. **A revolução inglesa de 1640**. 2 ed. BRASIL: Martins Flores, 1983. 119 p.

HOWKINS, John. **The creative economy: how people make money from ideas**. [s.l.]. 1 ed. [S.L.]: PENGUIN, 2001.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário de 2006**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Dados da industria criativa**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Dados da industria criativa**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 set. 2017.

IPEA: SOCIEDADE E ECONOMIA: **Estratégias de crescimento e desenvolvimento / organizadores**: João Sicsú, Armando Castelar. – Brasília: Ipea, 2009. 252 p.: gráf. tabs.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 270 páginas, São Paulo, 1991.

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização**: Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. 6 ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1975. 232 p.

MARX, KARL. **O capital**: Crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013. 894 p.

ONOFRE, E. F. J.; Cammarosano E. M.. A Educação na Prisão como Política Pública: entre desafios e tarefas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, mar./mar. undefined.

ONU, UNCTAD; **Creative Economy Report 2008** – Creative Economy: A Feasible Development Option. UN, 2008.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2 ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000. 337 p.

REALIDADE, Educação &. Educação & Realidade. **Educação & Realidade**, [S.L], v. 50, n. 5, p. 686-700, abr./200. undefined. Disponível em: <[https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/14916/14916\\_9.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/14916/14916_9.PDF)>. Acesso em: 13 set. 2017.

RIBUP. **Regimento Interno Básico das Unidades Penais**. DECRETO Nº 12.140, DE 17 DE AGOSTO DE 2006. *Dispõe sobre o regimento interno básico das Unidades Prisionais do Estado de Mato Grosso do Sul*. Acesso em: 15 de set. 2018

SEMADE. **Secretaria de meio ambiente e desenvolvimento economico**.. Disponível em: <[http://www.semade.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2015/03/diagnostico\\_socioeconomico\\_de\\_ms\\_20151.pdf](http://www.semade.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2015/03/diagnostico_socioeconomico_de_ms_20151.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2017.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. 6 eds. São Paulo: Companhia de Letras, 1999. 172 p.

SIAPEN. **Sistema Integrado de Administração do Sistema Penitenciário**. Disponível em: [www.siapen.ms.gov.br](http://www.siapen.ms.gov.br). Acesso em 05 out. 2018.

THOMAZ, Wood Junior; A. P. P. De Paula; Pop Management: contos de paixão, lucro e poder. **Organização & Sociedade**, Salvador, v. 9, n. 24, ago./ago. undefined.

UBALDI, Pietro. **A grande síntese**: síntese e solução dos problemas da ciência e do espírito. 1 ed. Campo dos goytacazes: Fraternidade são francisco de assis, 1939. 165 p.

WACQUANT L. **As duas faces do Gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada.** Rio de Janeiro: Revan, 2001.

\_\_\_\_\_. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos.** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações.** São Paulo: Cultrix, 2008.

## **APÊNDICE A: RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS**

DE SOUZA, Alexandre Ferreira. Depoimento pessoal concedido ao autor. 16/11/2018.

DA SILVA, Carlos Luciano. Depoimento pessoal concedido ao autor. 18/11/2018.

SPADA, Cleonice de Souza. Depoimento pessoal concedido ao autor. 15/11/2018.

DA SILVA, Verônica Cristina. Depoimento pessoal concedido ao autor. 15/11/2018.

**ANEXOS 01**  
**ENTREVISTAS**  
**(SERVIDORES)**

**Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos**  
**Entrevistas com os Servidores 01**

Pesquisa: A Economia Criativa como ferramenta de ressocialização dos internos de Amambai/MS.

Pesquisador: Leoncio Elidio dos Santos Junior

Entrevistado: Alexandre Ferreira de Souza

Data: 16/11/2018

1) Explicar sobre a Unidade Penal: A reformulação da estrutura da unidade penal, com a finalidade de proporcionar novas oportunidades aos internos da U.P.

2) PERGUNTAS

a) O que o senhor entende por ressocialização?

É vc fazer pessoas compreender que aquele caminho que está tomando ele está errado, mostrar novamente a direção e indicar o caminho a pessoa. Para mim ressocialização é isso aí. (ALEXANDRE, Amambai, 22/11/2018)

b) Quais as políticas têm sido realizadas para melhorar o atual trabalho prisional no Presídio de Amambai?

São incentivados parcerias tanto com empresas públicas quanto privadas, sempre pensando no interno e em seus familiares. Tentamos também ampliar os trabalhos prisionais internos, que não geram renda, mas a ocupação da mente e do corpo ajuda no equilíbrio nas decisões. (ALEXANDRE, Amambai, 22/11/2018)

c) É realizado um estudo de personalidade, sob as aptidões e capacidade dos presos para a realização do trabalho prisional?

Sim é feito a CTC, mas o que manda muito na seleção é um pouco de experiência que você tem que ter para adequar os presos para determinado trabalho, por que muitas vezes nem todo trabalho para ele vai ser para o perfil dele em determinado aspecto. (ALEXANDRE, Amambai, 22/11/2018).

d) Quais as dificuldades encontradas na tentativa de melhorar o trabalho prisional?

Vai depender dele. Nós trabalhamos na cozinha, pode sair um cozinheiro, temos açougueiro. É pedreiro por exemplo, saiu 03 pedreiros daqui, e hoje trabalham como pedreiro e aprenderam aqui com o Silvério que era um funcionário nosso que ensinou eles quando nós chegamos aqui para remodelar o prédio para estrutura. Esses dois eu sei que trabalham como pedreiro na rua e que aprenderam aqui com o Silvério. (ALEXANDRE, Amambai, 22/11/2018)

**Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos**  
**Entrevistas com os Servidores 02**

Pesquisa: A Economia Criativa como ferramenta de ressocialização dos internos de Amambai/MS.

Pesquisador: Leoncio Elidio dos Santos Junior

Entrevistado: Carlos Luciano da Silva

Data: 18/11/2018

1) Explicar sobre a Unidade Penal: Papel do Agente Penitenciário no processo de ressocialização dos internos.

2) PERGUNTAS

a) Qual a importância do agente penitenciário no processo de ressocialização dos internos?

Em primeiro lugar minha opinião se baseia em uma unidade penal de porte médio onde o contato com o preso é mais constante, respondendo à pergunta referente a importância do agente penitenciário no processo de ressocialização entendo que o agente penitenciário deveria ser a pessoa mais preparada no processo de ressocialização, pois é a pessoa que mais se aproxima do interno, mas na prática isso não ocorre, em parte do perfil das pessoas que se dispõem em fazer o concurso tendo uma visão mais do trabalho de polícia do que propriamente do profissional que pode influenciar a pessoa presa, pois trabalha muito direto com o interno, o profissional que toma a decisão de fazer o concurso público nesta área passa por um período muito longo de conflitos entre o que ele imaginou que seria seu trabalho, o que ele aprendeu na teoria em curso de formação e a realidade que encontra quando começa suas atividades em um presídio, o sistema penitenciário sempre está com efetivo reduzido de servidores, e se coloca os novos servidores com conhecimento muito superficial para realizar suas funções. Indo direto ao ponto da pergunta com certeza é o principal e mais importante, no processo de ressocialização, pois como disse é o profissional mais perto do interno, porém o Estado não aproveita como devia este profissional, geralmente é desmotivado com falta de estrutura e reconhecimento com baixos salários entre outros fatores, semelhante aos professores em sala de aula. (LUCIANO, Amambai, 20/11/2018)

b) Com relação aos trabalhos desenvolvidos na unidade que contribuem na mudança de conduta do interno ao que respondeu:

Sim, a atividade desenvolvida dentro das unidades com certeza contribui em muito, muitos dos que estão presos estão nesta situação por falta de oportunidade, mas é a minoria dos que estão presos que querem realmente mudar de vida, mas quanto são ocupados com atividades laborativas isso contribui em muito, até o trabalho do agente penitenciário é facilitado visto que se tem menos índice de indisciplina entre os internos. (LUCIANO, Amambai, 20/11/2018)

c) Descreva as experiências em que o interno se reintegrou a sociedade.

Sim. Já vi muitos internos que trabalhando dentro das unidades penais desenvolvendo alguma atividade , quando saem , continuam as atividades que desenvolviam antes, em nosso presídio temos o costume de dar oportunidade para quem tem habilidade em alguma área , como cozinha, construção civil, etc, bom eu mesmo já dei oportunidade em minha própria casa para ex internos para realizar serviços de pintura , metalúrgica, fiz isso como voto de confiança e nunca tive problemas e vejo muitos com um grande esforço de se manter trabalhando e não mais se envolver no crime. (LUCIANO, Amambai, 20/11/2018)

d) Com relação aos desafios que a carreira tem com relação ao processo de ressocialização de internos.

O maior desafio que vejo do agente no processo de ressocialização em primeiro lugar é a consciência do próprio agente, como fiz o enunciado na primeira pergunta, quanto antes tomarem consciência de sua importância melhor seria para o sistema, quando estes servidores chocam com a realidade a princípio ficam frustrados, e passam por um longo período de adaptação e demoram entender que podem ser útil neste processo e que são importantes e podem realizar um bom trabalho e se satisfazer com esta profissão. Em segundo lugar o Estado investe muito pouco nos presídios com estrutura, pois tem pouca visibilidade pela sociedade, como comparado ao esgoto, só aparece quando estoura, aí a sociedade percebe que existe. (LUCIANO, 20/11/2018)

**Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos**  
**Entrevistas com os Servidores 03**

Pesquisa: A Economia Criativa como ferramenta de ressocialização dos internos de Amambai/MS.

Pesquisador: Leoncio Elidio dos Santos Junior

Entrevistado: Cleonice de Souza Spada

Data: 15/11/2018

1) Explicar sobre a Unidade Penal: Como é desenvolvido os projetos educacionais na unidade penal.

2) PERGUNTAS

a) Como é a rotina educacional na unidade de Amambai?

As aulas acontecem nos períodos matutino e vespertino, sendo para ensino fundamental e médio. As vagas são dispostas por series e os alunos são avaliados primeiro pela equipe de assistência e perícia e também pelo setor de disciplina. O total de vagas para os alunos são de 60 internos, sua permanência na escola, se dá através de sua dedicação em sala, notas, e também de avaliações contínuas de seu comportamento em cela e convívio com os demais internos. A escola segue as regras do ensino externo, tendo como direção o vínculo a Escola Estadual Dom Aquino Corrêa. A importância desta rotina educacional se dá devido ao fato dos internos manterem as regras da disciplina, terem atividades fora de cela, contato com professores, palestrantes e equipe técnica e ganhar a remissão. Com todas estas questões, que são de benefício ao cárcere, os internos mantem as regras e ordem para serem beneficiados

b) Quais são os projetos desenvolvidos?

São desenvolvidos projetos ligados a rotina da educação, é a equipe psicossocial em conjunto com os professores realizam palestras com vários profissionais trazendo temas de relevante importância ao interno.

c) A influência da escola na prisão muda a perspectiva de retorno a sociedade do interno?

Claramente há muitas mudanças, pois, o interno que não importava se com o estudo fora do sistema prisional, o vê como perspectiva de obter uma elevação em seus estudos e com a rotina e os conhecimentos adquiridos passa a ter uma nova visão de mundo e sociedade. Também este comportamento de regras e disciplinas escolares que muitos não as tinham fazem com que queiram mais de si mesmo e assim melhorar a vida funcional. Também a relação com a família tem melhoras pois quem tem novos conhecimentos tem novas perspectivas e assim criasse por ele mesmo novas oportunidades extra muro que o encarcerado não voa quando estava em sua rotina.

## **Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos**

### **Entrevistas com os Servidores 04**

Pesquisa: A Economia Criativa como ferramenta de ressocialização dos internos de Amambai/MS.

Pesquisador: Leoncio Elidio dos Santos Junior

Entrevistado: Verônica Cristina da Silva

Data: 15/11/2018

1) Explicar sobre a Unidade Penal: Como é desenvolvido os projetos voltados a assistência religiosa na unidade penal.

#### 2) PERGUNTAS

a) Como ocorre a assistência religiosa aos internos da unidade penal?

Ocorre aos sábados com igrejas previamente cadastradas e trabalhos esporádicos durante a semana com igrejas convidadas pela unidade penal.

b) Como é feito o cadastramento dos internos?

Após a solicitação do interno interessado, os setores de disciplina e psicossocial realizam avaliação e selecionam mediante bom comportamento e convívio na u. P.

c) É possível mensurar alguma mudança de comportamento aos internos que frequentam as atividades religiosas?

Apresentam expressiva melhora no convívio social e familiar, bem como, alguns relatos de mudança de comportamento na vida egressa.

d) Quais são os principais desafios encontrados nos projetos de assistência religiosa?

Horário e local apropriado para encaixe de todas as igrejas interessadas em realizar trabalhos religiosos.

**ANEXOS 02**  
**QUESTIONÁRIOS**  
**(INTERNOS)**

**Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos**  
**Questionário aplicado aos internos 01**

Pesquisa: A Economia Criativa como ferramenta de ressocialização dos internos de Amambai/MS.

Pesquisador: Leoncio Elidio dos Santos Junior

Entrevistados: Internos da Unidade Penal que trabalham com remuneração

Data: 17/11/2018

- 1) Explicar sobre a Unidade Penal: Verificar com os internos seus pontos de vista sobre o trabalho prisional.

**QUESTIONÁRIO**

- 1) Foi questionado aos presos se a remuneração paga a estes pelo trabalho lhe dão condições de disporem de algum dinheiro para as suas necessidades e para ajudar na sobrevivência de suas famílias.

“Sim”, (     ) )

“Não”, (     ) )

“Em parte” (     ) )

- 2) A remuneração paga ao preso pelo trabalho dará condições ao preso de dispor de algum dinheiro para as suas necessidades e ajudará o preso quando colocado em liberdade, dispor de dinheiro para que possa sobreviver até adquirir trabalho e ajustar-se ao Meio Social.

“Sim”, (     ) )

“Não”, (     ) )

“Em parte” (     ) )

- 3) O trabalho realizado faz com que este não pense em praticar novos crimes?

“Sim”, (     )

“Não”, (     )

“Em parte” (     )

4) Acreditam que o sistema de trabalho exercido atualmente no presídio de Amambai/MS é de capaz ressocializar?

“Sim”, (     )

“Não”, (     )

“Em parte” (     )